



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DA

COVILHÃ

ATA N.º 01/2023

DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 06 DE FEVEREIRO DE 2023

INICIADA ÀS 14 HORAS E 45 MINUTOS. CONCLUÍDA ÀS 19 HORAS.

SUMÁRIO:	FL
ABERTURA	02
ANTES DA ORDEM DO DIA	06
ORDEM DO DIA	43
INTERVENÇÃO DO PÚBLICO	71
ENCERRAMENTO	72

ATA N.º 01/2023ABERTURA

Aos seis dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e três, no Auditório Municipal, sito na Rua do Castelo, em Covilhã, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal do Concelho da Covilhã, sob a presidência do Exmo. Senhor **Dr. João José Casteleiro Alves** com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS**1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

- 1.1 - *Apreciação e votação da Ata n.º 05/2022 de 19 de dezembro de 2022***
- 1.2 - *Tomada de conhecimento do Expediente***
- 1.3 - *Intervenções***

2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

- 2.1 - *Apreciação da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Atividade e Situação Financeira do Município***
- 2.2 - *Tomada de conhecimento das Declarações ao abrigo da alínea a) e b) do n.º 1 do artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 20/2012, de 14 de maio, 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro, e 22/2015, de 17 de março***
- 2.3 - *Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Isenção do Pagamento de Taxas – Concessão de exploração de pontos de carregamento da rede piloto de mobilidade elétrica (Petrogal, S.A.) - Licença de utilização privativa do domínio público - Protocolo entre o Município e a MOBI.E***
- 2.4 - *Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Prorrogação do Prazo para a transferência de competências estabelecidas pelo DL n.º 55/2020, de 12 de agosto – Descentralização no domínio da Ação Social – Acordo Setorial de compromisso entre o Governo e a ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses***
- 2.5 - *Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Autorização da Celebração de Contratos Interadministrativos com os Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas – 2023***
 - a) *Agrupamento de Escolas a Lã e a Neve***
 - b) *Agrupamento de Escolas Pêro da Covilhã***

- c) Agrupamento de Escolas do Teixoso*
- d) Agrupamento de Escolas Frei Heitor Pinto*
- e) Escola Secundária Campos Melo*
- f) Escola Secundária Quinta das Palmeiras*

3. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

A sessão foi secretariada pelo 1.º e 2.º Secretários, respetivamente, o Senhor António Paulo Pereira Ranito e a Senhora Prof.ª Doutora Maria da Graça Guilherme d'Almeida Sardinha. -----

Responderam à chamada os Excelentíssimos Senhores: Dr. João José Casteleiro Alves, Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes, Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro, Dr. Hugo Ferrinho Lopes, Prof.ª Doutora Maria da Graça Guilherme d'Almeida Sardinha, Prof. Vítor Manuel Reis Silva, António Paulo Pereira Ranito, Dra. Vanda Cláudia Raposo Cid Ferreira, Dr. Jorge Manuel Torrão Nunes, Dr. Jorge Filipe Reis Ferrão Vaz, Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes, Dra. Valéria Alexandra Mendes Garcia em substituição do Senhor Dr. Nelson Antunes Carvalho, Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves, Dr. Fernando Teixeira Dias Pinheiro, Doutora Mónica Cristina Cerqueira Ramôa, Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro, Dra. Joana Petrucci Dias Rocha, Dra. Vânia Sofia Saraiva Neves, Eng.º Luís da Silva Rodrigues, Eng.º Pedro Miguel Melo Bernardo, Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo em substituição do Senhor Dr. Nuno Flávio Costa Reis, Dr. Afonso Manuel Mousaco Gomes e os Excelentíssimos Senhores(as) Presidentes de Junta/União de Freguesia(s): Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra), Dr. Nuno Miguel Bento Lourenço em substituição do Dr. Jorge Ricardo Gouveia Viegas (Cortes do Meio), José Carlos Varandas Neves Matos (Dominguizo), João Ramos Almeida (Erada), Dr. Gilberto Miguel Fortuna Melfe (Ferro), Dr. Sérgio Nuno Proença Rodrigues (Orjais), Gabriel Simões Lopes Gouveia (Paul), Cristina Maria Conde de Campos Barata (Peraboa), Paulo Jorge da Silva Maçãs Quintela (S. Jorge da Beira), Mestre Sandra Isabel Neves Ferreira (Sobral de S. Miguel), Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo), Dra. Cátia Vanessa Alves Gaudêncio em substituição do Senhor José António Serra Guerreiro (Unhais da Serra), Mestre Daniela Sofia Pereira Correia (Verdelhos), Prof. Vítor Barata Fernandes (Barco e Coutada), César Araújo Craveiro (Casegas e Ourondo), Carlos do Carmo Martins (Covilhã e Canhoso), Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio), António Manuel Pais Carriço (Teixoso e Sarzedo) e Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e Aldeia de Souto). -----

Não estiveram presentes os Senhores: Joana Patrício Campos (Aldeia de S. Francisco de Assis) e Pedro Nuno Cunha Leitão (Cantar-Galo e Vila do Carvalho). -----

Verificada a existência de “quórum”, o Excelentíssimo Presidente da Mesa deu por iniciados os trabalhos da presente Sessão. -----

PRESENCAS DA CÂMARA MUNICIPAL

--- Estiveram presentes: o Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Vítor Manuel Pinheiro Pereira, o Senhor Vice-Presidente, Dr. José Armando Serra dos Reis, e os Senhores Vereadores: Dr. Pedro Miguel Santos Farromba, Prof.ª Doutora Maria Regina Gomes Gouveia, Dr. Ricardo Miguel Correia Leitão Ferreira da Silva, Eng.º José Miguel Ribeiro Oliveira e Eng.º Jorge Humberto Martins Simões em substituição da Dra. Marta Maria Tomaz Gomes Morais Alçada Bom Jesus; do corpo técnico: a Diretora do Departamento de Administração Geral e Coordenação Jurídica – Dra. Graça Isabel Pires Henry Robbins, o Diretor do Departamento de Finanças e Modernização Administrativa – Mestre Júlio Manuel de Sousa Costa, o Diretor do Departamento de Obras e Planeamento – Eng.º Jorge Manuel Galhardo Vieira e do Serviço de Apoio à Assembleia Municipal a Técnica Superior, Dra. Ivone Franco Correia. -----

--- Submetida a **Ordem de Trabalhos** à votação, **foi** a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

Não votaram, por se encontrarem ausentes da sala, os Senhores Presidentes das Uniões de Freguesias Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio), António Manuel Pais Carriço (Teixoso e Sarzedo) e Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e Aldeia de Souto). -----

1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA N.º 05/2022 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022

--- Submetida à apreciação a **ata n.º 05/2022 de 19 de dezembro de 2022**, previamente enviada a todos os Membros Municipais convocados, **foi a mesma aprovada por unanimidade**. -----

Não participaram na discussão e votação da ata, nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro (CPA), os seguintes Membros Municipais: Prof.ª Doutora Maria da Graça Guilherme d'Almeida Sardinha (PS), Dr. Fernando Teixeira Dias Pinheiro (Movimento "Covilhã Tem Força"), Doutora Mónica Cristina Cerqueira Ramôa (CDU - PCP/PEV), Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro (PS), Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP), Dr. Nuno Miguel Bento Lourenço (Cortes do Meio), Dr. Sérgio Nuno Proença Rodrigues (Orjais), Carlos do Carmo Martins (Covilhã e Canhoso) e António Manuel Pais Carriço (Teixoso e Sarzedo). -----

Não votaram, por se encontrarem ausentes da sala, os Senhores Presidentes das Uniões de Freguesias Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio) e Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e Aldeia de Souto). -----

1.2 - TOMADA DE CONHECIMENTO DO EXPEDIENTE

--- Nos termos da alínea *m*) do n.º 1 do artigo 29.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi dado conhecimento do seguinte expediente: -----

- Email do "Movimento Povo Ourondo Relvas" a remeter comunicado 1/2022 sobre aprovação da desagregação da União de Freguesias de Casegas e Ourondo; -----
- Email do Senhor Presidente da Assembleia da União de Freguesias de Teixoso e Sarzedo a remeter recomendação "Marcação e sinalização da Estrada Municipal 501 - Teixoso-Sarzedo - Verdelhos" aprovada na Sessão Ordinária da Assembleia da União de Freguesias de Teixoso e Sarzedo de 28/12/2022; -----
- Email do Gabinete do Senhor Primeiro-Ministro a acusar a receção da Moção CTT; -----
- Email do Senhor Mestre Fernando Manuel Silva Parente a agradecer o Voto de Louvor aprovado na Assembleia Municipal da Covilhã; -----
- Ofício n.º XV-1061/GPAR do Gabinete do Senhor Presidente da Assembleia da República a acusar a receção da "Proposta de desagregação da União das Freguesias de Cantar-Galo e

Vila do Carvalho - Criação de novas Freguesias: Freguesia de Cantar-Galo e Freguesia de Vila do Carvalho"; -----

- Ofício n.º XV-1062/GPAR do Gabinete do Senhor Presidente da Assembleia da República a acusar a receção da "Proposta de desagregação da União das Freguesias de Barco e Coutada - Criação de novas Freguesias: Freguesia de Barco e Freguesia de Coutada"; -----
- Ofício n.º XV-1063/GPAR do Gabinete do Senhor Presidente da Assembleia da República a acusar a receção da "Proposta de desagregação da União das Freguesias de Casegas e Ourondo - Criação de novas Freguesias: Freguesia de Casegas e Freguesia de Ourondo"; --
- Ofício n.º XV-1065/GPAR do Gabinete do Senhor Presidente da Assembleia da República a acusar a receção da "Proposta de desagregação da União das Freguesias de Peso e Vales do Rio - Criação de novas Freguesias: Freguesia de Peso e Freguesia de Vales do Rio"; -----
- Email do Senhor Presidente da União das Freguesias de Teixoso e Sarzedo a remeter Moção de Recomendação_Sinalização da EM501 aprovada na Sessão da Assembleia da União de Freguesias de Teixoso e Sarzedo de 28/12/2022; -----
- Ofício n.º 21/2023/AMG do Senhor Presidente da Assembleia Municipal da Guarda a remeter "Moção - A Guarda e a Unidade de Emergência, Proteção e Socorro - UEPS" aprovada na Sessão da Assembleia Municipal da Guarda de 20/12/2022; -----
- Ofício n.º 320 do Senhor Chefe da Casa Civil do Presidente da República a acusar a receção da Moção CTT; -----
- Ofício n.º 050025 do Senhor Presidente Executivo CTT a responder à Moção aprovada na Sessão de 19/12/2022 relativa aos CTT's; -----
- Ofício n.º 150.10.700 do Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Manteigas a agradecer a "Moção de Solidariedade pela EN338"; -----
- Email do Grupo Parlamentar do PCP a remeter iniciativa legislativa: Projeto de Lei n.º 509/XV/1.ª - Regime de Recuperação do Controlo Público dos CTT para conhecimento. ----

--- Foi interveniente a Senhora **Dra. Vanda Cláudia Raposo Cid Ferreira (PPD/PSD)** que, após cumprimentar todos os presentes, referiu que “o PSD volta a este púlpito para dar conta, uma vez mais, do que ainda está em falta: -----

- Resposta ao nosso requerimento, apresentado na Assembleia Municipal de Maio, onde foi requerido, nos termos do Regimento, o estudo do projeto do novo aeródromo, a ser entregue aos membros da Assembleia Municipal. Mais de meio ano depois continuamos a ver “passar aviões”, sem acesso ao referido estudo. Por mais quanto tempo ficaremos a aguardar? -----
- Resposta ao nosso requerimento, apresentado na Assembleia Municipal de Maio, onde foi requerido o acesso a documentação administrativa, nomeadamente aos relatórios aos quais o Data Center estava obrigado a efetuar e remeter ao Município para assegurar o seu regular funcionamento, assim como o Plano de Execução do Município. Senhor Presidente

da Assembleia Municipal continuamos sem acesso à documentação e continuamos a considerar desrespeitosa esta anarquia no órgão que preside. -----

- Resposta ao nosso requerimento, apresentado na Assembleia Municipal de setembro, onde foi requerido à Mesa da Assembleia Municipal que forçasse o cumprimento do Regime Jurídico das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, no âmbito do envio, à Assembleia Municipal, do relatório semestral do Revisor Oficial de Contas sobre a situação financeira do Município. Mais uma vez, Senhor Presidente, há algum lapso na transmissão destes requerimentos à Câmara Municipal ou apenas um claro desrespeito pela figura de autoridade máxima deste órgão? -----

Contabiliza-se assim e ainda um total de cinco requerimentos sem resposta. -----

Desde a última Assembleia Municipal só obtivemos resposta aos dois requerimentos sobre o incêndio na Serra da Estrela. -----

Questionámos, também neste órgão, no mandato anterior (e não obtivemos resposta) sobre a concessão do Welcome Center. Como foi feita uma concessão sem concurso público? E porque não o fizeram? -----

Questionamos também hoje em que ponto se encontra a vinda do secretário executivo da CIM a esta Assembleia Municipal, no âmbito do requerimento apresentado neste órgão pela bancada do PCP. -----

E por falar em PCP, no seguimento da moção apresentada por esta bancada e aprovada, por unanimidade, neste órgão, na última Assembleia Municipal sobre o deficiente funcionamento dos CTT no Concelho, pergunto ao Senhor Presidente da Câmara se leu com atenção o argumentário do CEO dos CTT sobre o assunto e o que lhe afere dizer.” -----

1.3 - INTERVENÇÕES

LÍDERES / REPRESENTANTES DE BANCADA

--- **Dr. Vítor Manuel Tomás Ferreira (Movimento “Covilhã Tem Força”)**, após cumprimentar todos os presentes, fez a intervenção que, a seguir, se transcreve: **(Doc. 01)** -----

“As minhas primeiras palavras são de congratulação para com o Sr. Presidente da Câmara, Sr. Dr. Vítor Pereira e para com o seu chefe de gabinete Sr. Eng. Hélio Fazendeiro. -----

Assisti no Pavilhão da Anil à sessão pública de esclarecimento do sistema de mobilidade da Covilhã, em que participaram a autarquia e a empresa concessionária e senti o pulsar de uma Covilhã que está viva. -----

Por um lado porque a autarquia deu a cara e explicou os moldes da mobilidade, deu a explicar esses mesmos moldes, respondeu e permitiu que outros respondessem às questões que foram sendo colocadas. -----

Numa fase em que se discute o novo Regimento da Assembleia Municipal parece finalmente estar encontrada a fórmula do período de intervenção do Público. -----

Proponho ao Sr. Presidente da Câmara, que de vez em quando e não de quando em vez, se disponibilize para promover e prestar estes esclarecimentos públicos, que além de aproximarem os órgãos dos cidadãos permitem aos cidadãos se aproximarem dos órgãos, poderem colocar questões, serem esclarecidos de viva voz, permitindo assim que não se disseminem especulações.

Claro que nestes esclarecimentos públicos e como diz a sabedoria popular, não há bela sem senão, vêm colocar-se a nu outros aspectos, e, das queixas que quase unanimemente ouvimos referiam que os passeios na cidade se encontram num estado lastimável, que os buracos nas estradas são mais que muitos e que estradas e passeios também fazem parte da mobilidade de quem tem que diariamente os utilizar. -----

Voltando ao contrato de concessão, não duvido que as letras gordas do mesmo foram todas explicadas, mas a população pretende que também sejam explicadas as letras pequeninas, aquelas que ninguém tem a pachorra para ler, mas são efectivamente aquelas que fazem moossa, eu que o diga, até por defeito de profissão. -----

O contrato aqui em causa não tem letras pequeninas, mas há respostas que inequivocamente têm que ser dadas. -----

Saúda-se a gratuidade de todo o transporte escolar, que incluiu o universo universitário, pela qual todos pugnamos, -----

mas importa perguntar: -----

A Concessionária terá como receitas toda a bilheteira, toda a publicidade nas paragens de autocarro, nos próprios autocarros, nos elevadores e funicular e nos silos autos, -----

entre outra publicidade em mupis e outdoors -----

e ainda o recebimento anual por compensação do serviço público???? -----

Serão imputados à Câmara as despesas com a eletricidade, manutenção ou reparação estrutural dos elevadores e funiculares, realização de obras para marcar estacionamento, e custos com consumos energéticos de carregadores, abrigos e afins??? -----

Não há dúvida alguma de que os contratualizados 9,1 milhões de euros não sofrerão alteração??? -----

Ou será que quando se utilizou a expressão “contratos dinâmicos” se quis dizer que os mesmos serão adaptáveis até se atingir um valor global final??? -----

Atrevo-me a ironizar que estas questões ora elencadas, não passam de meras minudências que constam no contrato e, por isso não foram ainda suficientemente abordadas e esclarecidas. -----

Mas se assim é façam o favor de as explicar, porque as mesmas ainda não foram entendidas por todos nós cidadãos comuns, que somos ao mesmo tempo eleitos e eleitores.” -----

--- Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU - PCP/PEV), após cumprimentar todos os presentes, fez a intervenção que, a seguir, se transcreve com as alterações introduzidas durante a intervenção: (Doc.02) -----

“Parcerias Público Privadas -----

Do Saneamento, Água e Silos à Mobilidade -----

Segundo o Instituto de Gestão Financeira existem três definições de PPPs, indicando que a mais usual é a associação empresarial ou relação contratual entre uma entidade pública e outra privada, com fins lucrativos da entidade privada ou ganhos de “VfM – Value for Money”. -----

Bastas vezes não existem riscos partilhados. O privado assegura sempre o lucro, à custa, como é evidente, da entidade pública. -----

Alguém conhece, ou tem notícia, de uma PPP onde o privado tem prejuízo? -----

Alguém tem conhecimento que um privado presta serviço público ao custo real do mesmo? -----

Ou alguém conhece um privado a prestar serviço público abaixo do seu real valor? -----

Um modelo, uma moda que recebemos dos Ingleses, das imposições e resoluções da União Europeia. -----

Sim....porque a perspetiva da União Europeia é a livre concorrência....os Estados não podem ter o monopólio do serviço público....têm que abrir as portas aos privados em todas as áreas....na água....no saneamento...na rede viária (autoestradas)..nos CTTs, nos Combustíveis..na EDP..nas Comunicações....na Saúde e no Ensino.... -----

Com estas imposições e com o lançamento dos concursos públicos internacionais cá aparecem os grandes grupos económicos europeus e outros, caso da EDP, a substituir a gestão pública. -----

Passado algum tempo, os nossos serviços de água ou de saneamento ou de transportes já andam no mercado internacional, no negócio da venda e compra destes ativos, pelos grupos financeiros, porque têm lucros assegurados, não existem incertezas, os clientes pagam e se estes incumprirem paga a entidade que concessionou. -----

Um negócio seguro. Um negócio lucrativo. Pagam sempre os mesmos. -----

Com o 25 de Abril de 1974 foi possível, com o esforço das populações, das suas autarquias locais e apoio da administração central fazer chegar as infraestruturas de luz, água, saneamento, hospitais, escolas, correios, comunicações, rede de telefone e TV, rede viária e transportes à generalidade das populações. -----

O investimento foi feito, criámos bem estar e qualidade de vida às populações. Mas...a quantidade de clientes...abriu a gula aos privados. -----

Dito isto..podemos afirmar que na nossa cidade, após o 25 de Abril de 1974, o Poder Local Democrático criou e aprofundou o serviço público, através de serviços municipais, o fornecimento de eletricidade, de água e de saneamento. Sem grandes custos para a autarquia criaram-se os transportes urbanos. -----

Porém, a partir de 1990, tivemos uma gestão PSD até 2013, com interregno entre 1994 e 1998, que defendeu a venda de serviços públicos a privados em parcerias público privadas, ruinosas para o concelho como hoje se verifica. -----

Verifica-se na venda de 49% da AdCovilhã que obriga a tarifas no consumo da água para remunerar o parceiro privado....remunerando-se também a Câmara Municipal na distribuição de dividendos, diga-se. -----

Quem paga? O consumidor, o cliente, o munícipe, a população! -----

Verifica-se na Concessão do Saneamento a um privado as Águas da Serra, com lucros antecipadamente arrecadados, e que hoje aufere centenas de milhares de euros por mês, cobrados na fatura da água. -----

Um escândalo, este negócio da gestão do PSD, que o Sr Presidente da Câmara Municipal do PS tarda em desmontar, remunicipalizando o serviço. -----

Quem paga? O consumidor, o cliente, o munícipe, a população! -----

Verificou-se na concepção, construção e exploração dos Silos do Pelourinho...para um investimento de 5 milhões a empresa foi remunerada em 12 milhões. E a cessação do negócio foi feito com o argumento, por parte da empresa, de que a CMC não cedeu 120 estacionamentos à superfície. ---

Coisa conveniente, diga-se. Argumento aceite pelo tribunal arbitral (privado). -----

E lá vai dinheiro público...e ninguém é responsável. -----

Quem pagou e paga? A população! -----

Verifica-se na Contratação de Recolha de Resíduos Sólidos a uma empresa que tem dificuldade em realizar um serviço público de qualidade. -----

Quem paga? O consumidor...o cliente....a população! -----

Verificou-se na concessão dos transportes à Covibus. -----

Foi prestado melhor serviço público? Não! -----

Quando a estratégia da empresa mudou, abandonou os Covilhanenses e obrigou a Câmara Municipal a sujeitar-se às condições e preços da Transdev. -----

Os exemplos atrás referidos, prática da gestão municipal, não acrescentaram conhecimento aos atuais eleitos. -----

A dialética das coisas e do social ensina-nos que da prática resulta um conhecimento que nos leva a confirmar e a reforçar procedimentos, avaliados como positivos ou negativos. -----

A experiência anterior, quanto aos procedimentos adoptados, já nos levou a concluir (quer pelo Executivo quer aqui no Órgão Deliberativo) que as opções não foram as mais adequadas em defesa do interesse público. -----

Então, porque insistir nas Parcerias Público Privadas? -----

Por comodidade? -----

Porque não se procurou outra forma de fazer as coisas? -----

Se a Câmara Municipal vai remunerar o privado pelo serviço de transportes urbanos, que tem que comprar viaturas e contratar pessoal, porque não estruturou a Câmara um serviço de transportes municipais? -----

Acresce ainda a falsa afirmação de que a solução privada fica mais barata do que a solução pública e que esta concessão não é muito mais cara do que a anterior. -----

Só que, não se diz: -----

1 - O acréscimo no valor base de concurso para perto do milhão de euros aproximou a opção privada dos valores do estudo para a opção pública; -----

2 - A anterior concessão não tinha o rendimento dos estacionamentos em silos e estacionamentos à superfície; -----

3 - Não tinha rendimentos da utilização de elevadores e funiculares, bicicletas e trotinetas. -----

A preocupação das populações quanto ao estacionamento à superfície é justa. Todos vão pagar, pouco ou muito, é mais uma despesa a sair do bolso dos mesmos de sempre. -----

E que dizer da situação miserável dos transportes do resto do Concelho? -----

Qual a intervenção e solução que a maioria do PS apresenta para a melhoria das condições de mobilidade (qualidade das viaturas e horários) dos residentes nas freguesias do Concelho? -----

E para quando a implementação do PART (Redução Tarifária) para todos os residentes no Concelho da Covilhã? -----

Quem utiliza viatura própria é o trabalhador, comerciante, empresário, funcionário disto ou daquilo. -----

A Câmara Municipal da Covilhã discrimina o cidadão em idade ativa, ligado à criação de riqueza. Não valoriza quem trabalha, quem produz e investe. -----

O Part visa a redução das emissões de carbono provocadas pela circulação de veículos na área da cidade. -----

Com a política de mobilidade desta Câmara Municipal, de gestão PS, nada se muda...continuamos a ter os mesmos veículos a circular...e não é esta a fundamentação do PART. -----

Mais um erro escandaloso do PS na implementação e gestão de um programa, objetivo nacional, no nosso Concelho. -----

A opção do PS é irresponsável na gestão local dos transportes, porque comete o mesmo erro na opção pela concessão privada, e não contribui para o objetivo nacional de Redução Tarifária para as populações do Concelho.” -----

--- Mandatado pelo líder da Bancada do **CDS-PP**, o Membro Municipal **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo**, após cumprimentar todos os presentes, iniciou felicitando “o Eng.º Hélio Fazendeiro pela última nomeação que teve de Vereador da Mobilidade, pelo menos uma nomeação *ad hoc* –

Penso que a vereação da mobilidade devia ser assente na perfeição atendendo aos vários e inúmeros cargos que tem ocupado nesta Câmara e neste Município, desde logo Chefe de Gabinete do Presidente, Líder da bancada, Presidente da Secção do PS, Representante da Câmara na CIMBSE sucessivamente... Pelos vistos, agora também é especialista em transportes, já que também esteve na Sessão de Esclarecimento sobre os mesmos e numa situação de substituto permanente do Presidente da Câmara em tudo o que são atividades e situações municipais, nomeadamente nos incêndios e nas entrevistas à televisão. -----

Daqui são evidentes: -----

- 1 - Carácter interno do PS – já começam a dizer que é candidato à Câmara e, portanto, acho que, com tanta atividade política, partidária e municipal, pelo menos deverá esclarecer se não é candidato para ver se dá hipótese aos seus putativos concorrentes do PS de terem ou não hipótese de concorrer contra alguém com tanta capacidade e com tanta intervenção; -----
- 2 - A vida do Município e a evidência que a concentração de tantas tarefas/funções/representações nos faz lembrar – faz-nos lembrar, de facto, regimes de outras latitudes e de outros princípios que não os democráticos. Esta intervenção política tem a ver exatamente com isto porque o Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro vem dizer que os outros têm estilo Trumpista, Bolsonarista e que têm outras formas de atuar que não o estilo democrático legítimo de fazer uma crítica sobre a atuação municipal. Convém que se tenha tento na língua. A Democracia não se apregoa; a Democracia pratica-se. Pratica-se exatamente evitando este tipo de comportamentos e de atuações que descredibilizam a Democracia. Que eu saiba o Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro foi eleito Membro desta Assembleia. Não foi eleito nem Representante da Câmara, nem Vereador, nem pode exercer essas funções. O Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro tem que esclarecer, para além da questão político-partidária que já referi, se é Chefe de Gabinete a tempo parcial ou a tempo inteiro e se efetivamente, enquanto Chefe de Gabinete, oficial ou oficiosamente, tem elementos e documentos na intervenção da Câmara que desconhece e que o Senhor Presidente da Câmara desconhece porque quase tudo que vem a esta Assembleia passa pelo Senhor Presidente da Câmara. Tem que esclarecer a esta Assembleia: -----
 - Ou não exerce o seu trabalho como Chefe de Gabinete, coisa que não me admira atendendo às várias funções que desempenha, e que se desleixa um bocadinho nessa parte; -----
 - Ou então, se exerce, o que é que está aqui a fazer na Assembleia? Se está aqui apenas para servir de chefe, de líder à Câmara ou se está aqui para exercer o seu mandato de deputado como membro desta Assembleia fazendo as funções, nomeadamente de fiscalização que deve fazer. -----

Para terminar, vou ler um excerto de um parecer da Associação Nacional de Municípios (já desde 2014 no âmbito da nova Lei) que diz, a propósito da nomeação e das intervenções de um membro do gabinete de apoio pessoal do presidente de uma câmara municipal: *“...em obediência ao princípio da imparcialidade, se impõe um dever de abstenção por parte do membro da Assembleia Municipal a intervir em deliberações que estejam relacionadas com o exercício das suas funções*

enquanto membro do gabinete de apoio pessoal do Senhor Presidente da Câmara devendo considerar-se impedido nos termos do artigo 44.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, sendo que não podem estar presentes no momento da discussão nem da votação os membros do órgão que se encontrem ou se considerem impedidos. -----

Importa, ainda, ressaltar que a ANMP tem alertado para os problemas/inconvenientes que o recurso a estas situações pode gerar a nível ético/político, face à dificuldade em balizar os eventuais impedimentos no âmbito das funções exercidas, na medida em que o seu exercício simultâneo poderá colocar em causa as garantias de isenção, de transparência e de imparcialidade que têm de estar sempre presentes na atuação dos titulares de órgãos autárquicos.” -----

É por demais evidente que quem assim atua é quem não tem respeito pela Democracia. Quem atua em violação destes princípios não tem direito pela Democracia. São estes senhores que, atuando desta forma, chamam e provocam que outros que sejam mais populistas do que eles venham a assumir cargos e posições porque o descontentamento das pessoas é exatamente relativamente a este tipo de atuações que ele se manifeste.” -----

--- Mandatado pelo líder da Bancada do **PPD/PSD**, o Membro Municipal **Dr. Jorge Filipe Reis Ferrão Vaz**, após cumprimentar todos os presentes, fez a seguinte intervenção que, a seguir, se transcreve: **(Doc.03)**: -----

“Gostaria de iniciar esta intervenção recuando um pouco no tempo para mencionar um princípio consignado na Lei 73/2013 de 3 de setembro, mais especificamente a alínea f) do nr. 2 do art.º 3º da referida lei, o Princípio da Equidade Intergeracional. -----

Este princípio, refere que a atividade financeira das autarquias locais está subordinada ao princípio da equidade na distribuição de benefícios e custos entre gerações, salvaguardando as suas legítimas expetativas através de uma distribuição equilibrada dos custos. -----

Há, ainda, outros princípios que devem regular a atividade autárquica. -----

Referimo-nos, concretamente, aos princípios da economia, eficiência e eficácia que consistem em conseguir assegurar adequados padrões de qualidade dos serviços públicos com a utilização da menor despesa, garantido o acréscimo de produtividade, com resultados semelhantes ou melhores com menos despesa. Os referidos princípios implicam a utilização dos recursos mais adequados para atingir o resultado que se pretende alcançar, garantindo uma boa administração. -----

Por boa administração deve entender-se a administração economicamente eficiente e sustentável e socialmente justa, obtendo os melhores resultados ao menor custo social e os objetivos alcançados corresponderem à utilidade social desejada pelo cidadão, à prossecução do interesse público. Os princípios da economia, eficiência e eficácia são, desde logo, princípios enquadradores da atividade financeira de qualquer Estado de Direito Democrático. São, na verdade, limites internos do exercício de poderes discricionários por parte da Administração Financeira do Estado.

Tudo o atrás referido enquadra as dúvidas que nos suscita o contrato de Mobilidade em vigor desde o passado dia 2 de fevereiro. -----

Queremos mesmo acreditar que todas as preocupações colocadas na negociação e contratação de todos os serviços associados à mobilidade do Município levaram em linha de conta os princípios mencionados ou, de outro modo, seria de difícil compreensão todas e tantas críticas que ouvimos a gestões autárquicas anteriores pelos mesmos motivos, embora possamos sempre questionar que procedimentos foram iniciados para inverter as eventuais situações penalizadoras para o município e seus munícipes, passados 9 anos da primeira eleição. -----

Mas centremo-nos nas questões que esta assembleia pretende ver esclarecidas, acreditando que a maioria dos munícipes partilha das mesmas dúvidas. -----

Começamos pelo valor total do contrato: -----

Indicado o valor da adjudicação por 9.170.000 euros, a verdade é que o contrato na sua Cláusula 123 menciona claramente 20.952.867 euros, ou seja, quase 21 milhões de euros, valor ao qual devemos somar mais o valor aproximado a 5 milhões de euros, pago até esta data. -----

Para além do óbvio pedido de esclarecimento sobre este valor e do motivo da sua diferença, que nos parece atribuível a algum mecanismo de compensação tarifária ou de compensação de receitas expectáveis e que não se concretizem, parece-nos que o princípio com que iniciámos a nossa intervenção, da Equidade Intergeracional se encontra incumprido. -----

Qual é, afinal o número de lugares de estacionamento tarifado na via pública? -----

O contrato refere na cláusula 66.1) um número não inferior a 1.000 lugares. -----

As informações veiculadas pela CS referem no dia 16/12/2022 – 300, no dia 22/12/2022 – 300 e no dia 31/01/2023 – 450. -----

Que compensação pode a concessionária receber por esta diferença? -----

No que respeita ao custo do estacionamento para residentes, devemos fazer fé no estipulado no contrato, cláusula 69.2, com atualização de acordo com a fórmula da cláusula 80, que refere o valor de 30 euros para o 1º carro e 60 euro para o 2º, ou devemos considerar os valores informados pelo Sr. Presidente e que são 50% destes valores? -----

É ou não verdade que o Concessionário terá como receitas as seguintes (cláusulas 4.1e), 14.1, 74.1, 75.1), ou seja: -----

- Toda a bilhética; -----
- Toda a publicidade nas paragens de autocarro, nos autocarros, nos elevadores e funicular e nos silos automóveis; -----
- Autorização para colocar de forma gratuita 200 mupis novos explorando toda a publicidade que aí vender; -----
- Autorização para colocar de forma gratuita 20 outdoors (8X3) explorando toda a publicidade que aí vender; -----
- Autorização para colocar de forma gratuita 200 postes publicitários explorando toda a publicidade que aí vender; -----
- Recebimento anual por compensação do serviço público, que segundo o contrato é de 100.000 euros nos primeiros 2 anos do contrato. -----

É ou não verdade que as despesas a cargo da Câmara Municipal serão: -----

- Cláusula 63.1) a eletricidade com os carregamentos das bicicletas, trotinetas, elevadores e funiculares; -----
- Cláusula 52) manutenção ou reparação estrutural dos Elevadores e Funiculares, pinturas e atos de vandalismo; -----
- Cláusula 66.2) realização das obras necessárias à demarcação, bem como instalação de sinalização horizontal e vertical das novas zonas de estacionamento tarifado na via pública; -----
- Cláusula 71.1) Os custos com consumos de energia elétrica relativos à operação dos parquímetros; -----
- Cláusula 78.1) Os custos com consumos de energia elétrica relativos ao mobiliário urbano publicitário e sinalização direcional publicitária; -----

Por fim, é ou não verdade que, em 2020, a Câmara assinou um contrato de arrendamento do silo do Sporting por 500.000 euros (por 10 anos) e que agora o vai ceder, gratuitamente, à empresa concessionária? -----

Como é que, perante estes valores e questões podem V. Exas garantir e comprovar que os princípios da economia, eficiência e eficácia foram respeitados? -----

--- **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS)**, após cumprimentar todos os presentes, iniciou apresentando as seguintes propostas de Votos de Louvor: -----

- Voto de Louvor à trabalhadora **Maria Fernanda Silva Carrilho**, “Funcionária do Município. Aposentou-se no início deste ano. Está hoje connosco a título pessoal e simpático e acho que, durante todos estes anos, serviu de forma exemplar, dedicada e empenhada os órgãos e o Município. Completou mais de 40 anos de serviço. Creio que merece esta homenagem da Assembleia. Esteve de serviço no apoio aos órgãos, nomeadamente na Assembleia Municipal, e merece de todos nós este reconhecimento com os votos das maiores felicidades e das maiores venturas, com saúde para gozar esta nova fase da vida.” -----

- O presente **Voto de Louvor foi aprovado por unanimidade** com uma salva de palmas. -----

- Voto de Louvor à Senhora **Arq.ª Lara Seixo Rodrigues** pela “nomeação como uma das finalistas de mulheres inspiradoras no concurso da Revista Ativa. A Arq.ª Lara Seixo Rodrigues é oriunda da Covilhã. É uma das fundadoras do Movimento WOOL – Arte Urbana na Covilhã, mas também de um conjunto de outros projetos. Pode não ganhar, mas a simples nomeação e as atividades que tem desenvolvido por este país fora e pelo mundo, creio que são distintivas da própria, mas também da nossa Covilhã, da capacidade que a Covilhã tem para produzir talento, para dar talento ao mundo e quero por isso também louvar e felicitar a Arq.ª Lara Seixo Rodrigues por esta nomeação que, independentemente da sua vitória ou não, é já um grande mérito e uma grande distinção esta nomeação.” -----

- O presente **Voto de Louvor foi aprovado por unanimidade**. -----

- Voto de Louvor ao empresário **José Carlos Santos da Padaria Dias** pelo prémio conquistado do melhor pão biológico e nutricional do mundo no campeonato do mundo de panificação “Bread in the City”, em Itália, onde integrou a comitiva portuguesa. “Tem consecutivamente conquistado prémios ao nível da panificação e fez parte da equipa finalista em Itália. É um distinto empresário da nossa praça que merece o reconhecimento desta Assembleia e o reconhecimento dos órgãos do Município da Covilhã.” -----

- O presente **Voto de Louvor foi aprovado por unanimidade.** -----

“Quanto às questões políticas, quero sinalizar que foi nesta Assembleia que, há um ano atrás, todos fomos surpreendidos com o início da guerra na Ucrânia. Lamentavelmente, um ano depois, ainda não conseguimos que este conflito ficasse resolvido e não podia deixar de assinalar nesta Assembleia esse facto, reiterando aquilo que foi o apelo que todos fizemos e que continuamos a fazer no sentido de rapidamente as partes voltarem à mesa das negociações, ao direito internacional e à resolução pacífica deste conflito que tem arrastado milhares de mortes e que tem causado muito sofrimento, não só nas pessoas que afeta diretamente, mas em todo o mundo através da economia. -----

Queria depois dar destaque à iniciativa que foi feita, durante o mês de janeiro, em que o Governo de Portugal veio ao Distrito de Castelo Branco realizar um Conselho de Ministros e sinalizar um conjunto de ações, intervenções e medidas de apoio à governação do país, mas sobretudo com o enfoque na área dos territórios de baixa densidade. -----

Não podia deixar de sinalizar, naturalmente, a reabilitação que foi feita da Residência Universitária da nossa Universidade da Beira Interior, que permite recuperar e reabrir uma residência universitária que estava fechada há muitos anos por falta de condições, e sinalizar que foi através do Programa de Recuperação e Resiliência que mais umas dezenas de quartos são colocados à disposição dos estudantes, contribuindo isto para um melhor ensino, uma melhor qualidade de oferta em termos de alojamento da nossa cidade, nomeadamente através da Universidade da Beira Interior, para podermos acolher os nossos estudantes. -----

Quero dar também destaque àquilo que foi o contrato assinado entre o Governo - no âmbito do PRR -, o Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana e a Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela para recuperar mais de 700 fogos neste território. No caso da Covilhã, em concreto, temos sinalizados 40 fogos, num valor total de 7,4 milhões de euros. -----

Esta é uma medida determinante para conseguir apoiar a necessidade dos jovens e das famílias que, não tendo condições económicas para fazerem e beneficiarem daquilo que é a habitação social, também não têm capacidade financeira para assumirem as rendas que estão num valor extremamente alto. Esta é uma boa política do Governo da República, mas é também ela acompanhada pelos executivos municipais e, no caso concreto, pelo Município da Covilhã, neste programa concreto com 40 habitações. -----

Pontuar que fez também, no passado final de janeiro, um ano que o Partido Socialista venceu as eleições com maioria absoluta e importa lembrarmos um pouco aquilo que tem sido este ano. Foi imediatamente a seguir - menos de um mês depois -, surpreendido e foi mudado todo o cenário

nacional e internacional com a guerra na Ucrânia, mas a qual o Partido Socialista não tem utilizado como desculpa para deixar de cumprir o seu programa e fazer aquilo com que se comprometeu aos portugueses. O essencial foi desenvolver o país, diminuir as assimetrias, criar mais oportunidades para os jovens, melhorar a nossa economia. -----

No último ano, de acordo com o Relatório Anual de Pobreza, tivemos menos 300 mil pessoas... 300 mil pessoas que saíram do risco de pobreza iminente. Contando desde 2015, saíram deste risco (que é tabelado, identificado e cientificamente acompanhado) mais de 735 mil pessoas. Isto é importante para dar condições a que os portugueses saiam exatamente do risco de pobreza e da miséria. -----

Mas conseguimos fazê-lo também melhorando as contas, tendo contas certas. Conseguimos fazê-lo tendo a economia a crescer, convergindo com aquilo que é a União Europeia. Crescemos no último ano (em 2022) 6,7%. Foi o segundo melhor crescimento da União Europeia. -----

E conseguimos, para além disso: aumentar o salário mínimo; ter creches gratuitas; aumentar as reformas; dar complementos financeiros para que as pessoas conseguissem, nomeadamente as famílias mais debilitadas, fazer face a esta crise inflacionista e energética que nos assolou, sobretudo na segunda metade do ano. -----

Estamos a fazer aquilo que é necessário. Estamos a tratar da vida de todos. Estamos a tratar da vida dos portugueses e do seu futuro com responsabilidade.” -----

INTERVENÇÕES / VOTOS DE CONGRATULAÇÃO, DE LOUVOR E DE PESAR / MOÇÕES

--- **Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo)**, após cumprimentar todos os presentes, referiu que “não podíamos deixar esquecer nesta Assembleia Municipal o **Eng.º Francisco Santos** que deixou as Águas da Covilhã e a quem a Câmara Municipal, por unanimidade, aprovou um voto de louvor. Foi um homem que esteve sempre ao lado das juntas de freguesia e quero(?) deixar-lhe aqui uma palavra de agradecimento por tudo aquilo em que nos ajudou ao longo dos anos que esteve ao serviço das Águas da Covilhã.” -----

- O presente ***Voto de Louvor foi aprovado por unanimidade.*** -----

Proseguiu a sua intervenção dizendo que “o Eng.º Hélio disse, e bem, que o Governo esteve no nosso distrito, esteve aqui na nossa região e perguntava ao Senhor Presidente da Câmara se aproveitou essa oportunidade, porque a bola estava do lado de lá, para conversar com o Senhor Ministro da Administração Interna acerca do posto da GNR do Tortosendo. -----

Na última Assembleia Municipal, foi dito aqui que, até 31 de janeiro, as juntas de freguesia teriam informação acerca dos parques infantis a instalar nas freguesias. Estamos em fevereiro e, como não tivemos qualquer informação, perguntava se já há alguma novidade para os presidentes de junta. -----

Perguntar novamente como está a situação do agendamento do asfaltamento das ruas do Belo Zêzere, piso que está em estado lastimoso. Estou certo que o Eng.º Hélio, se a estrada não for alcatroada até ao próximo Verão, será o maior perito em gincana nesta Assembleia Municipal para se desviar dos buracos. -----

Aproveitar esta Assembleia Municipal para agradecer à Câmara Municipal e elogiar o trabalho que foi feito na limpeza de valetas no eixo TCT, na antiga nacional 230, e também aproveitar para saudar a Plataforma pela Reposição das SCUT's que vão ter uma embaixada da Beira Interior em Lisboa. A Junta de Freguesia do Tortosendo já se associou a essa iniciativa e lançava também o desafio para que esta Assembleia Municipal se juntasse, no dia 25, a todos nós em Lisboa." -----

--- **Doutora Mónica Cristina Cerqueira Ramôa (CDU - PCP/PEV)**, após cumprimentar todos os presentes, fez a intervenção que, a seguir, se transcreve: **(Doc.04)** -----

“Uma espécie de Photo dump da vida dos portugueses... nomes fictícios... situações reais, na Covilhã e no país. -----

Rodrigo, 25 anos, licenciado em gestão. Trabalha numa loja de uma marca famosa. Tem um horário muitíssimo flexível e, raramente, está de folga ao fim de semana. Ganha cerca de 500 € limpos. Não consegue sair da casa dos pais. -----

Ana, 27 anos, técnica audiovisual, refere que já só cozinha 2 vezes por semana para poupar energia e, ao jantar, evita comer refeições quentes, para poupar na comida que gasta. Este ano, nunca ligou o aquecimento. -----

Inês, 25 anos, atriz. Partilha uma casa com mais 4 jovens. Nem sempre consegue comer 3 refeições por dia. -----

Pedro, 31 anos, licenciado em comunicação social. É trabalhador numa grande superfície. Nunca conseguiu exercer a sua profissão por mais de 3 meses seguidos. Consegue cerca de 700 € para viver. Desistiu do sonho de formar família e ser jornalista. -----

Joana, 29 anos, licenciada em educação física. Foi colocada a 597 Km de casa, num horário incompleto. Recebe limpos 600 €. Dorme num sofá da sala de uma colega. -----

Jorge, 47 anos. Empregado de armazém. Confessa que o seu ordenado não chega para as despesas fixas. Tem sempre de recorrer ao cartão de crédito para alimentação e despesas de saúde. Tem 2 filhos menores. -----

Eugénia, 48 anos, funcionária pública, mãe solteira. Pediu um empréstimo para poder pagar as aulas de ballet da filha, que é talentosa na dança. Nunca conseguiu gozar férias. -----

Andreia e Miguel, 35 e 36 anos, respetivamente. Ambos operários na Covilhã. Ficaram sem o apartamento, por não conseguirem pagar as prestações. Têm 2 crianças pequenas. Vivem os 4 com os pais dela, num apartamento de tipologia T2. Não conseguem ter liquidez suficiente para alugarem uma casa. -----

Maria, 20 anos, estudante de engenharia. Recebe cerca de 150 € por mês de bolsa de estudo. Não consegue sobreviver com esse dinheiro. Trabalha num café, clandestinamente, para não desistir de estudar. -----

Amélia e José, pensionistas, ambos com 78 anos. Só fazem uma refeição quente por dia, não aquecem a casa e já só ligam as luzes e a televisão à noite, durante 2 horas. Nunca saíram do lugar onde vivem. -----

São estas as vidas de muitas pessoas. São, segundo o INE, cerca de 4 milhões e meio de portugueses pobres ou em risco de cair em pobreza. Pessoas que trabalham e, mesmo assim, são pobres. O aumento do custo de vida, com a inflação que continua a enriquecer alguns, com lucros obscenos, o aumento das taxas de juro do crédito à habitação e outros, a insuficiente e quase insultuosa atualização dos salários e pensões, a crescente precariedade no emprego, as más condições de habitação ou, mesmo a inexistência dela, estão a destruir o país. Estamos perante a destruição da capacidade do país poder superar-se. -----

Os portugueses e, principalmente, os jovens têm como destino, em Portugal, a pobreza. -----

Aqui, o futuro ... não é de manhãs claras!” -----

--- **Carlos do Carmo Martins (Covilhã e Canhoso)**, após cumprimentar todos os presentes, iniciou a sua intervenção dizendo que “a União de Freguesias da Covilhã e do Canhoso não ficou resignada quando a Câmara Municipal na Covilhã não aprovou a nossa proposta para a ampliação da ARU na nossa cidade. Já houve quatro alterações. -----

Neste momento, estão a passar algumas imagens de zonas degradadas da União de Freguesias da Covilhã e do Canhoso (**Doc.05**), nomeadamente do Bairro Municipal, Bairro da Biquinha, Bairro dos Penedos Altos e Bairro do Rodrigo. Em conversa com alguns dos proprietários, alguns queixam-se que há covilhanenses de primeira, covilhanenses de segunda, que vale a pena ir recensear-se a outra freguesia depois de investir na Covilhã, porque é mais fácil terem acesso à ARU. -----

Os bairros municipais, Penedos Altos, Biquinha e Rodrigo foram construídos, respetivamente, em 1925, 1936 e 1947 e 1974. Há várias dissertações apresentadas na nossa Universidade para a urgência da reabilitação destes bairros. -----

Aproveito este meio tempo, pelo facto de o Senhor Presidente da Câmara se recusar a reunir comigo, para dizer o seguinte: -----

O Senhor Presidente da Câmara está a inviabilizar a criação de uma creche nas instalações onde funcionam os serviços da Junta no Canhoso (instalações propriedade da Câmara), que há muito tempo insistimos para que haja obras de conservação neste edifício. Não temos tido resposta; o Senhor Presidente até disse, para alguém da oposição, que não reúne comigo porque são outros assuntos. Quero defender os assuntos da minha Freguesia e das pessoas da minha Freguesia. São muitos os assuntos: para quando o asfaltamento das ruas da Urbanização Quinta da Várzea; para quando a revolução que a cidade precisa ao nível dos passeios; a limpeza; e muito mais. -----

Senhor Presidente da Câmara, olhe para mim. Temos que nos reunir em prol da União de Freguesias da Covilhã e do Canhoso e das suas populações.” -----

- **Dra. Joana Petrucci Dias Rocha (CDS-PP)**, após cumprimentar todos os presentes, informou que esteve “presente na Sessão de Esclarecimento do dia 1 de fevereiro sobre o Sistema de Mobilidade, cuja realização saúdo e penso que ficou claro para todos que lá estiveram, nomeadamente o Senhor Presidente da Câmara e o Senhor Chefe de Gabinete (também Deputado Municipal aqui presente), que quando estas sessões são agendadas com alguma antecedência, convenientemente divulgadas e marcadas para uma hora que não coincida com o meio da manhã ou da tarde (quando as pessoas estão a trabalhar) elas aparecem e participam. -----

Por isso, deixem de dizer que a Oposição e a população com espírito crítico é desatenta e que, por isso, deixa tarde às discussões. Permitam que essas discussões ocorram e elas acontecem como viram quarta-feira passada na ANIL. -----

Mas para mim, que estive nessa longa sessão e que tenho lido contratos, informações, notícias, esclarecimentos sobre o assunto, que tenho estado atenta e procurado estar informada, há dúvidas que persistem e que sei serem comuns a muitos munícipes e, aliás, muitas delas já hoje aqui também foram transmitidas. -----

Tendo em conta a altíssima importância deste assunto da Mobilidade, como a Câmara bem o reconhece, estou certa de que não será uma maçada para o Senhor Presidente da Câmara perder algum tempo e prestar aqui hoje algumas informações e dissipar algumas dúvidas legítimas, pedindo-lhe que deixe de lado o comportamento habitual relativamente às questões colocadas e que deixe de acusar de incompetente ou de agir com má-fé quem, de forma responsável, questiona. -----

É assegurado o transporte gratuito a estudantes, mas essa gratuidade é estendida a outros estudantes que vivem nas freguesias não urbanas ou apenas a partir do momento em que deixam o autocarro que os trouxe da sua freguesia e passam a entrar no autocarro na sede do concelho?

Quando a Câmara fala em poupança, relativamente ao que existia até aqui, de que valores fala? Qual é que era o valor da receita e da despesa para a Câmara? -----

Quanto vai a Câmara pagar neste contrato à Concessionária e quanto vai gastar, nomeadamente com a compensação pela prestação do serviço público, manutenção, reparações e eletricidade? Terá a Câmara alguma receita? Qual? Ou terá apenas despesa? -----

Qual é o real custo do contrato celebrado com a Concessionária, sendo certo que do contrato consta um valor total de mais de 20 milhões de euros? -----

O Senhor Presidente da Câmara garante aqui que, ao longo dos 10 anos do contrato, os lugares de estacionamento tarifado à superfície serão apenas 450? Garante que os lugares da bolsa de estacionamento, representados a amarelo nas plantas exibidas no dia 1 e que são em número muito superior aos apresentados como tarifados, não se transformarão em lugares tarifados e que não servirão, nomeadamente, para compensação à Concessionária? -----

A Câmara tem dito que o segundo veículo de cada agregado familiar pagará 15 € anuais e o terceiro 30 €, mas o contrato fala no dobro. Em que é que ficamos? Será também uma obrigação da Câmara compensar a Concessionária por esta diferença? -----

As empresas terão igual isenção no primeiro veículo e os mesmos valores para o segundo e o terceiro? -----

Por fim, afirma a Câmara que as tarifas serão as que estavam em vigor em 2019. Mas, assim será durante os 10 anos da concessão quando o contrato prevê expressamente atualizações? -----

- **Dra. Valéria Alexandra Mendes Garcia (PPD/PSD)**, após cumprimentar todos os presentes, fez a intervenção que, a seguir, se transcreve: **(Doc.06)** -----

“Sendo natural, estudante e residente da Covilhã, foi com grande orgulho e satisfação que eu pessoalmente, e enquanto representante do PSD, vi o Teatro Cine ser alvo da remodelação que prometia ser o prólogo de um novo capítulo na história da cultura da nossa cidade, cidade dos estudantes, mas também de todos os que cá vivem e trabalham. -----

Há quase dois anos que se escreve, então, o capítulo “Teatro Municipal da Covilhã” com uma cadência de espetáculos que aqui louvamos e que acreditamos ser ambição de várias salas nacionais de renome. -----

A dúvida que aqui trazemos, e que gostaríamos de ver respondida, é se a cadência de espetáculos é proporcional ao número de espectadores e valores de bilheteira ou se, pelo menos, estes valores de bilheteira são satisfatórios na medida em que permitem fazer face às despesas inerentes ao funcionamento da sala ou até mesmo recuperar o investimento nela feito. -----

E coloco esta dúvida talvez por inaptidão da minha parte, ou talvez pela falta de transparência a que nos têm habituado, já que temos fácil acesso à agenda do TMC e também ao número de espectadores de cada evento, não obstante a ausência dos valores de bilheteira. -----

Ainda assim, uma simples análise à informação escrita disponibilizada permite-nos afirmar que, desde o passado mês de outubro, com espetáculos semanais, o TMC esteve próximo de atingir a sua lotação máxima em apenas 5 ocasiões, todas elas com artistas reconhecidos a nível nacional. Creio que será simples de perceber, até para os menos astutos e pouco dotados de conhecimento na matéria, a preferência cultural do público covilhanense. -----

Sendo louvável a oportunidade dada a artistas locais e regionais para apresentar e divulgar o seu trabalho, parece-nos que a estratégia de marketing cultural do TMC se encontra aquém do expectável, da mesma forma que se encontra a gestão do mesmo. -----

E esta impressão advém da simples comparação do TMC com outras salas no nosso concelho e até salas improvisadas no concelho vizinho. Senão vejamos: é certo que o TMC nos presenteia com espetáculos semanais, ao contrário dos espetáculos realizados no Pavilhão do Unidos do Tortosendo ou na Moagem e Octógono, no Fundão, que ocorrem, na melhor das hipóteses, mensalmente. É certo também que a dimensão e lotação destas salas em nada se compara às do TMC, da mesma forma que não é comparável o valor dos bilhetes, já que atinge o máximo de 10€ em espetáculos no TMC enquanto esse é o preço mínimo praticado nas outras salas. -----

Tendo em conta a crise económica que vivemos e os constrangimentos cada vez maiores que os habitantes da nossa cidade enfrentam, é louvável a possibilidade que nos é dada de ter acesso a cultura a custos reduzidos. Ainda assim, o que nos intriga é saber que os espetáculos realizados nas outras salas que aqui uso como termo de comparação vêm os seus ingressos, com custo médio

de 15€, esgotados pouco tempo após a sua disponibilização, enquanto a maioria dos ingressos no valor de 4€ para assistir a atividades no TMC ficam ad eternum nas bilheteiras. Mais ainda, intrigame ver estudantes da Covilhã e covilhanenses, muitos deles membros desta Assembleia, deslocarem-se várias vezes ao concelho vizinho, custeando a viagem e o ingresso, para ter acesso a atividades culturais, desconsiderando as que ocorrem simultaneamente na sua cidade, a um custo muito inferior. -----

Mais uma vez, e para terminar, questiono. Os covilhanenses e estudantes desta cidade têm uma disponibilidade financeira muito superior à que referem? Os covilhanenses e estudantes desta cidade preferem assistir a atividades culturais em salas degradadas ou até improvisadas, ao invés de salas novas com condições de excelência? Ou será que os covilhanenses e estudantes desta cidade têm valores e interesses culturais que têm escapado ao planeamento estratégico de marketing e gestão do TMC? -----

- Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves (PS), após cumprimentar todos os presentes, apresentou uma moção que, a seguir, se transcreve: **(Doc.07)** -----

Moção -----

Acessibilidades na Serra da Estrela -----

As assimetrias territoriais entre Litoral e Interior têm-se agravado ano após ano, provocando constrangimentos de natureza distinta ao longo do país, e em que os Censos 2021 são retrato perfeito e desolador. O despovoamento do interior de Portugal é hoje o nosso principal problema enquanto país, gerador de cada vez mais acentuadas desigualdades, desembocando até em catástrofes "naturais" das quais é exemplo último o grande incêndio da Serra da Estrela, em Agosto passado. -----

Como tal, nunca foi tão importante o desígnio da Coesão Territorial, transformado, e bem, em ministério por este governo, reconhecendo a gravidade da situação. Neste âmbito, urge tomar medidas que promovam o desenvolvimento dos territórios desfavorecidos, algumas delas constantes de planos nacionais com décadas e que ainda hoje as populações aguardam a sua execução, dos quais o IC6 é exemplo máximo. -----

As cidades de Seia, Covilhã e Oliveira do Hospital são autênticos pólos de desenvolvimento de uma zona do país que se encontra em acentuada queda populacional, sendo fundamental procurar criar sinergias entre elas por forma a mitigar o problema. Porém, tal torna-se extremamente complicado enquanto existirem obstáculos como a enorme distância temporal entre cidades, apesar de concelhos vizinhos. Entre Seia e Covilhã, por exemplo, a ligação rodoviária mais curta faz-se, imagine-se, pelo Alto da Torre, num desnível de 1.500m para cada lado da serra que não se cumpre em menos de 1 hora. -----

O IC6, itinerário incluído no Plano Rodoviário Nacional e que prevê ligar a Covilhã (A23) a Coimbra, pólo dinamizador da região centro, tem 28,5km em funcionamento desde 2010, entre o Porto da Raiva e Tábua, tendo o governo já anunciado a intenção de concluir o troço em falta (cerca de 59km), começando pelo troço Tábua-Folhadosa (19km) que estará, segundo o governo, concluído em 2026. O IC7 e IC37, também integrantes nos eixos rodoviários da Serra da Estrela, permanecem

adormecidos, impedindo a concretização plena do PRN. Ora, a drástica evolução do despovoamento do território não permite que se adie mais a conclusão destas obras estruturantes para a zona da Serra da Estrela, para a Beira Interior e para Portugal, sob risco de assistirmos a uma falência contínua de serviços essenciais que resultará, inevitavelmente, em mais situações como as vividas em Agosto último. -----

Desta forma, e dada a urgência de colocar estas estradas ao serviço das populações, as Assembleias Municipais de Seia e Covilhã, vêm propor ao Governo: -----

- Que assuma o compromisso e tome as diligências necessárias para que os itinerários complementares em torno da Serra da Estrela (IC6, IC7 e IC37) estejam ao serviço em 2030, elaborando um plano temporal para a realização de cada um dos troços. -----
- Avançar para a conclusão do IC6 com a maior brevidade possível, sugerindo que se divida o troço em falta do IC6, Folhadosa-Covilhã (40km), em dois troços: Folhadosa-Pedras Lavradas (17km) e Pedras Lavradas-Covilhã (23km), lançando primeiramente o troço Pedras Lavradas-Covilhã e posteriormente o troço Folhadosa-Pedras Lavradas, cumprindo a meta de 2030 para todo o IC6 se encontrar transitável. -----
- Iniciar assim que possível o IC37, conexão fundamental desta zona a Viseu, dando prioridade ao troço Seia-Nelas, de vital importância para o desenvolvimento da região por se tratar da ligação do maciço norte da Serra da Estrela à ferrovia em Nelas. -----

Mais uma vez, entendemos os encargos financeiros que estas obras acarretam, mas também percebemos melhor que ninguém o que será o futuro das nossas populações se o governo não der a devida prioridade às mesmas. Esperamos, sinceramente, que o governo também perceba. -----

Depois de aprovada, esta moção deve ser enviada ao Senhor Primeiro-Ministro, ao Senhor Ministro das Infraestruturas, à Senhora Ministra da Coesão Territorial, ao Presidente da Assembleia da República, aos grupos parlamentares da Assembleia da República, ao Senhor Presidente da República e às Infraestruturas de Portugal.” -----

- Colocada à votação, a presente **Moção – Acessibilidades na Serra da Estrela** foi **aprovada por unanimidade.** -----

Não votou, por se encontrar ausente da sala, o Senhor Presidente da União de Freguesias de Peso e Vales do Rio. -----

- **Dr. Fernando Teixeira Dias Pinheiro (Movimento “Covilhã Tem Força”)**, após cumprimentar todos os presentes, fez a intervenção que, a seguir, se transcreve: **(Doc.08)** -----

“Nos passados dias 25 e 26 de janeiro de 2023 o Governo visitou os 11 concelhos do Distrito de Castelo Branco, onde naturalmente também fomos incluídos. -----

Como alguém afirmou o distrito de Castelo Branco transformou-se na sede do Governo. -----

Em uma agenda intensa, primeiro ministro, ministros e secretários de Estado desdobraram-se em visitas, contactos e reuniões. -----

A isso juntou-se ainda a realização do Conselho de Ministros, cujo “briefing” não escapou aos assuntos que preocupam a região, mesmo os que não foram alvo de nenhuma decisão, como as portagens. -----

Continuamos a perder estas oportunidades, para não sermos incómodos com os governantes que nos visitam, de os obrigar de uma vez por todas a assumir uma decisão clara e inequívoca que vá de encontro aos nossos anseios, ou seja a abolição das portagens. -----

Todos temos a ganhar com essa decisão, mas a mesma é sempre adiada, com as promessas governativas de que muito em breve há decisão. -----

Urge essa decisão. -----

No essencial ouvimos de todas as autarquias os mesmos problemas, ou seja: Habitação, Saúde, Educação, Investimento, Fixação de Pessoas, continuam a esquecer-se da Justiça mas todos a reclamam em surdina. -----

Continuando por esta última continua a ser lamentável que as grandes causas civis e penais do nosso Distrito continuem a ser julgadas apenas e só em Castelo Branco, -----

e quando aí chegamos ao Tribunal da sede de distrito, deparamo-nos invariavelmente com cidadãos e profissionais do foro, da Covilhã e do Fundão, -----

que infelizmente para aí têm que se deslocar para ver resolvidos os seus direitos, que reclamam na via judicial, com os acrescidos custos, que não são tão poucos, sendo que os factos se passaram ou no concelho da Covilhã ou no concelho do Fundão. -----

Haja coragem de reivindicar para a Covilhã e para o Fundão o pleito destes casos que apenas à sua população dizem respeito, -----

se antes nos foram retirados que nos sejam devolvidos -----

dando assim utilidade aos famigerados investimentos de remodelação efetuados em ambos os Tribunais. -----

Fala-se tanto em morosidade da justiça, que por causa desse requisito inclusivamente não conseguimos captar alguns investimentos, não nos esqueçamos então de pugnar por aquilo que é nosso por direito próprio. -----

A UBI centralizou uma parte da visita governamental na Covilhã em que o Sr. Reitor voltou e bem a pedir um financiamento justo, garantindo que a verba seria usada para transformar a UBI na melhor universidade do país em cinco anos. -----

Tenhamos este espírito e foco e por certo o sonho vira realidade. -----

Sabemos que a Covilhã detém uma Faculdade de Ciências da Saúde, onde a Medicina se ensina, um Hospital Universitário onde a medicina se pratica, uma Ubimedical onde a medicina se testa. –

Num momento em que se pretende aliciar os médicos, propondo melhores condições, para que se fixem no Interior, em regiões com menor densidade populacional, tendo nós em mãos a fábrica que os produz e desenvolve -----

saibamos potenciar logo à nascença essa possibilidade de os cativar para que os mesmos se fixem no nosso Concelho, indo ao encontro dos seus anseios, escutando as suas sugestões e criando condições para que fiquem. -----

Ouvi o Sr. Ministro da Saúde dizer que por delegação de competências o município da Covilhã assume competências nos cuidados de saúde primários, tendo sido assinado protocolo nesse sentido. -----

Ouvi também da Sra. Ministra da Coesão Territorial, Dra. Ana Abrunhosa referir que a delegação de competências é feita nas áreas em que o Governo sabe que as autarquias estão mais capacitadas, porque têm soluções de proximidade mais adequadas e até outra sensibilidade face ao problema. -----

Daí que, pelo que conheço o Município tem parceria, por exemplo com a Mutualista Covilhanense, que permite fazer chegar através do projeto Unidade Móbil acompanhamento médico ao Sarzedo, a Verdelhos, a São Jorge da Beira, a Aldeia de São Francisco de Assis, aos Trigais num total de 11 localidades. -----

Mutualista que tem ainda parcerias com os núcleos universitários de Medicina e Ciências Farmacêuticas e que faz chegar através desses núcleos mais valias de saúde a essas localidades. –

Sou obrigado a questionar, do que é que estamos à espera,??? temos Universidade, Hospital, Ubimedical, e Instituições de rectaguarda. -----

Este mundo da Saúde, seja nas suas vertentes públicas, público-privadas ou mesmo privadas são o nosso novo têxtil, disso não tenhamos qualquer dúvida. -----

Já não somos a Manchester Portuguesa, mas podemos num primeiro momento ser Pamplona em que a faculdade de medicina revitalizou toda a província de Navarra. -----

A saúde tem que ser forçosamente o nosso polo de desenvolvimento regional. -----

Continuamos a ter emigrantes do nosso Concelho, que por exemplo estiveram em França, Suíça, Luxemburgo, Alemanha e se veem na contingência de ciclicamente voltarem a esses países única e exclusivamente por motivos de assistência na saúde. -----

Não foi obra do acaso o sanatório ter sido construído na nossa encosta da Serra da Estrela, apostemos também e de uma vez por todas no Turismo da Saúde, -----

não só por nós, -----

mas também por todos aqueles que nos podem visitar e quiçá fixar, há cada vez mais idosos, atenta também a expectativa média de vida, a longevidade com qualidade só se consegue apostando nos cuidados de saúde. -----

Acabamos de sair de uma pandemia que veio transmitir-nos, respirem ar puro. -----

Haveria ainda tanto mais a dizer sobre a saúde, mas voltaremos ao tema... -----

– *Duas notas finais que agradecia que o Sr. Presidente da Câmara pudesse abordar transmitindo o que eventualmente tem conhecimento das mesmas: -----*

1) *A Sra. Ministra da Coesão Territorial referiu que mais de 70% das medidas para a Serra, pós incêndio, estão no terreno. Quais???* -----

2) *O Sr. Ministro das Infraestruturas que tutela a área das telecomunicações esteve no Data Center da Altice, sendo por decisão da empresa, o encontro não foi aberto à comunicação social.* -----

Conhece as Conclusões da reunião???" -----

- **Eng.º Luís da Silva Rodrigues (PPD/PSD)**, após cumprimentar todos os presentes, fez a intervenção que, a seguir, se transcreve: **(Doc.09)** -----

"O assunto que hoje me traz aqui já é sobejamente conhecido, mas teima em não ser resolvido da forma como todos nós aqui presentes há muito ambicionamos. -----

No arranque da campanha eleitoral para as Legislativas de 2015, o atual Primeiro Ministro, à data de 20 de setembro de 2015 na qualidade de candidato, e à saída de uma visita ao Centro Hospitalar Pêro da Covilhã, referiu e passo a citar "É necessário fazer a reavaliação das obrigações contratuais que o Estado assumiu de forma a permitir, quer nas regiões do interior, quer em todas as regiões fronteiriças e zonas de particular fluxo turístico como é o caso da Via do Infante, eliminar e criar condições para que se possa criar melhores condições de acessibilidade à região" fim de citação. -

Na campanha eleitoral para as Legislativas de 2019, mais uma vez a promessa é plasmada no programa eleitoral do PS no distrito de Castelo Branco. -----

*Em maio de 2020 a Sra. Ministra da Coesão Territorial diz que "**deixa de ser ministra**" se não conseguir cumprir a promessa que fez de descontos nas portagens das antigas SCUT no interior do país. Mais duas promessas falhadas, a da diminuição do valor das portagens e a sua demissão, é caso para dizer "habituem-se".* -----

Em 2021 tivemos uma redução significativa à custa de uma proposta de redução em 50% do valor das portagens, apresentada pelo PSD no âmbito da Lei do OE2021 e aprovada na Assembleia da República com os votos contra do PS incluindo os seus deputados do distrito de Castelo Branco, esta redução não se tornou efetiva na sua plenitude porque mais uma vez o PS com pouca vontade ou nenhuma em cumprir a promessa de redução ou abolição das portagens, teve o descaramento de revogar os descontos anteriores para depois aplicar o desconto de 50% que a Lei do OE2021 impunha. -----

Na campanha eleitoral para as Legislativas de 2022 a Sra. Ministra Ana Abrunhosa, numa reportagem no dia 21 de janeiro em Vila Velha de Rodão na Adega 23, evidencia a promessa do Sr. Primeiro Ministro em reduzir o valor das portagens na A23 tendo como objetivo final a eliminação das mesmas, mais uma promessa e mais um discurso pouco coerente como já nos habituou. -----

No âmbito do "Governo Mais Próximo em Castelo Branco" que decorreu nos dias 25 e 26 de janeiro último, a Plataforma P'la Reposição das SCUT A23 e A25 pediu uma audiência ao Sr. Primeiro Ministro da qual não obtiveram resposta, no entanto a Sra. Ministra da Coesão Territorial veio

afirmar que a abolição das portagens seria uma contradição com a implementação do Plano de Mobilidade Territorial, o incentivo aos transportes públicos e com as questões ambientais. -----

Sra. Ministra, em termos de Mobilidade Territorial estamos muito mal, começando pelo Plano Ferroviário Nacional que não trás nada de novo para a região nas próximas décadas, no que diz respeito aos transportes públicos entre as cidades, vilas ou aldeias que a A23 serve, não temos nada em concreto que sirva o cidadão comum para se deslocar para o trabalho diariamente. Quanto à questão das preocupações ambientais o melhor é mesmo eliminar as portagens da A23 encurtando os tempos de viagem de quem aqui reside e aliviando os custos com a mobilidade e nas contas do deve e haver a nossa região contribui e muito para que Portugal cumpra os critérios ambientais previstos no Acordo de Paris. -----

Por fim fomos brindados com mais do mesmo ao sermos informados pela Sra. Ministra que o Governo vai esclarecer "de uma vez por todas" que posição tem "relativamente às portagens no interior e na A22" até à próxima reunião com os responsáveis da Plataforma P'la Reposição das SCUT A23 e A25, marcada para 15 de fevereiro. -----

Com esta última informação da Sra. Ministra ficámos esclarecidos que o Governo nos tem prometido uma coisa da qual não tem posição ainda definida o que demonstra que temos sido enganados constantemente, é conversa, mas nada. -----

Sra. Ministra tire mas é consequências das suas palavras porque até agora só tem feito uma coisa: mentir para se manter no cargo, nem por ter um Secretário de Estado amigo do Dr. Victor Pereira lhe tem valido." -----

- Eng.º Pedro Miguel de Melo Bernardo (PS), após cumprimentar todos os presentes, fez a intervenção que, a seguir, se transcreve: **(Doc.10)** -----

"Sobre o tema do Sistema de Mobilidade da Covilhã trazido a debate, apraz-me constatar nesta assembleia um facto político e um facto de interesse público. -----

Ao facto político que o Sistema de Mobilidade da Covilhã trouxe aos covilhanenses, é que a coligação PSD/CDS não é de confiança. -----

Este facto não é propriamente uma novidade, mas em boa verdade nestas últimas semanas, e agora também nesta assembleia, a coligação PSD/CDS ao decidir fazer eco de quem se quer afirmar como o "André Ventura da Serra", esmerou-se nas múltiplas tentativas de enganar os covilhanenses... -----

Esmerou-se quando orgulhosamente manifestou publicamente a sua incompetência de análise de um contrato público, disponível para consulta desde 9 de fevereiro de 2022. Aprovado e público o caderno de encargos em sede de Assembleia Municipal a 2 de Março de 2020 e discutido com a população da Covilhã no final de 2019. -----

Relembro esta Assembleia, que esta incompetência já teve custos para os Covilhanenses, tendo em conta o triste exemplo dos 8,8 Milhões de euros que os covilhanenses pagaram à Parque C de indemnização à conta da gestão do PSD. -----

Esmerou-se na mentira apregoada ao manipular informação de um Programa de Mobilidade com parecer positivo da Autoridade Mobilidade e Transportes e do Tribunal de Contas, revelando de novo, aquilo que os covilhanenses manifestaram nas últimas 3 eleições... -----

O PSD e o CDS da Covilhã não são de confiança. -----

Senhoras e Senhores Deputados... -----

Almejar promover na Covilhã um clima de ódio e suspeição, enganando os covilhanenses através de mentiras e manipulação de informação, não é fazer oposição. -----

É fazer um chorrilho de baixa política atacando os mais elementares valores democráticos que os Covilhanenses não merecem. Um ataque que não toleramos, nem aceitamos! -----

A Covilhã e os Covilhanenses merecem respeito e dignidade no debate político. -----

A frustração demonstrada pela vossa incapacidade de apresentar soluções para os problemas dos Covilhanenses, não serve de justificação para a rendição ao modus operandi de extrema-direita em que estão inundados. -----

Minhas senhoras e meus senhores -----

Quanto ao facto de interesse público, é que desde o dia 1 de Fevereiro entrou em funcionamento um Sistema de Mobilidade integrado, diversificado e melhorado com o contributo dos covilhanenses, que vem reformar de forma estrutural e estratégica a mobilidade numa cidade do interior de Portugal, comparável à realidade vivida em grandes centros urbanos por esse mundo fora. -----

Um Sistema de Mobilidade, que promove a utilização de transportes públicos a todos os estudantes de forma gratuita durante os próximos 10 anos. Assumindo-se não só como redução de custos às famílias, mas também como instrumento de criação de hábitos de mobilidade que se irão perpetuar no futuro. -----

Que dá aos Covilhanenses uma verdadeira alternativa ao uso de carro próprio, uma das maiores despesas no orçamento de qualquer família. Mas acima de tudo presta um serviço público a quem não tem possibilidades de ter viatura própria. -----

Que serve de complemento de serviços ao desenvolvimento do turismo na Covilhã, quando a estação de ferrovia passa a ser paragem de transportes públicos, liga a Covilhã à Serra da Estrela e tem como oferta diferentes modalidades de passes, disponíveis a quem visita a Covilhã. -----

Um Sistema de Mobilidade que dá um passo importante para a descarbonização da Covilhã, reforçando a responsabilidade ambiental no nosso município. -----

Um Sistema de Mobilidade que é uma realidade e que por isso desafio a oposição a utilizar. -----

Senhoras e Senhores deputados, -----

Termino com as declarações públicas do vereador do CDS da Covilhã em 2020, como mote para a próxima reflexão que o PSD irá ter durante o fim de semana quando novamente e para surpresa destes (e passo a citar) "existir um fluxo anormal de turistas à região". -----

"Estamos a caminhar para um sistema de mobilidade mais integrado e mais pensado", "acredito que os municípios sairão beneficiados nas diferentes modalidades de passes pensados." -----

- Dra. Vanda Cláudia Raposo Cid Ferreira (PPD/PSD), após cumprimentar todos os presentes, fez a intervenção que, a seguir, se transcreve com as alterações introduzidas aquando a sua leitura: **(Doc.11)** -----

"Voltamos aos incêndios do Verão passado e ao Plano de Revitalização da Serra da Estrela. O PSD vai continuar a debater-se por aquilo em que, piamente, acredita. -----

E esta bancada acredita que o processo de combate ao incêndio, tem de ser investigado para se apurar tudo: as boas práticas mas também o que foi mal analisado e decidido, para que no futuro a tragédia não se volte a repetir. -----

Acredita que se deve exigir todos os esforços e apoios para que a recuperação da área ardida seja uma efetiva realidade e as vítimas mais diretas da catástrofe sejam ressarcidas das suas perdas, por forma a retomar a sua vida e as suas atividades. -----

Esta bancada acredita que o Município deve e pode ter um papel ativo na recuperação da Serra da Estrela exigindo ao Poder Central o cumprimento das suas promessas de ajuda aos territórios devastados por esta tragédia. -----

E ACREDITA que, se tudo continuar como até hoje, fevereiro de 23, a 4 meses do início do verão, corremos sérios riscos de tudo se voltar a repetir e desta vez só arde aquilo que ainda ficou por arder. -----

Dito isto, agradecer ao Executivo a resposta aos requerimentos sobre os incêndios, nomeadamente, o relatório dos prejuízos e a resposta a algumas perguntas. Dizendo claramente que, na sua generalidade, as respostas são tão evasivas que, sinceramente, ficamos a saber o que já sabíamos: nada!!! -----

Como "nada" é, e continua a ser o trabalho de uma comissão "fantasma" que desrespeita em primeira instância o órgão que a criou: ESTE. -----

É inacreditável e até provocatório receber um mail, 4 meses depois da comissão ter sido criada, antes mesmo desta AM, simplesmente para dar prova de vida, com medo de sofrerem novas críticas. Aqui está uma Comissão "consequente" como a bancada do PS tanto queria. Parabéns!!!

Abordemos agora as últimas declarações públicas, da Ministra da Coesão Territorial, sobre o tema:

"Mais de 70 % das medidas de emergência na Serra da Estrela estão concretizadas disse Ana Abrunhosa depois do Conselho de Ministros em Castelo Branco. Estão, Sr. Presidente? No nosso território, também? Confirma? -----

A Ministra sublinhou, também, que ao nível dos equipamentos e infraestruturas municipais foram já transferidos, via fundo de emergência municipal, 6 milhões de euros. Já foram pagos, no final do ano passado, cerca de 60% desse valor. Já, Sr. Presidente? A Câmara já recebeu verbas? Que valor? Já foram utilizadas? Quando e onde? Este órgão merece respostas... -----

Mas também José Luís Carneiro, Ministro da Administração Interna, veio publicitar novos apoios dizendo e cito: “estamos a preparar o Verão.” 21 municípios assinaram contratos-programa para a recuperação das áreas ardidas: Murça, Vila Real, Carrazeda de Ansiães, Mesão Frio, Valpaços, Vila Pouca de Aguiar, Peso da Régua, Guarda, Fundão, Albergaria-a-Velha, Estarreja, Oliveira de Azeméis, Ansião, Alvaiázere, Leiria, Pombal, Ourém, Ferreira do Zêzere, Tomar, Palmela e Loulé. --

Só tenho uma pergunta: Onde está a Covilhã, Sr. Presidente? -----

Termino com o nosso Concidadão e atual secretário de estado do turismo Drº Nuno Fazenda que deu a conhecer 2 medidas de apoio aos sectores do Turismo e do Comércio. Foco-me naquela que faz mais sentido na minha intervenção: Programa Transformar Comércio, destinado ao comércio dos concelhos afetados pelos incêndios no Parque Natural da Serra da Estrela. Apoios a fundo perdido a micro e pequenas empresas do comércio a retalho. Uma medida com uma dotação de 2 milhões de euros, 80% financiado a Fundo perdido e um teto de 7.500 € por empresa. -----

Sr. Presidente aqui está um excelente apoio para o nosso comércio, o que é que a Câmara já fez na divulgação do mesmo e na ajuda técnica às candidaturas? Ao que sei nada... ao contrário de outras câmaras mais céleres e mais proactivas. -----

Não é melhor dar “corda aos sapatos” antes que a dotação se esgote ou mesmo que o prazo termine... é já sexta-feira... fica o desafio!!!” -----

- Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes (CDS-PP), após cumprimentar todos os presentes, referiu que “não há dúvida que o Sistema de Mobilidade é uma peça essencial deste mandato. Estamos todos de acordo e, concorde-se ou não com ele, ele é estruturante e é disruptor da vida das pessoas para melhor ou para pior. Há muita coisa a mudar; muda muita coisa com este Sistema de Mobilidade. -----

A sessão de esclarecimento à população acontece no primeiro dia da entrada em vigor desse Sistema de Mobilidade e isto tem de ser criticado. Não se pode mudar a vida das populações com parques, com descontos, com lugares que passam a ser tarifados, ..., mudar a mobilidade na cidade, achar que é preciso fazer uma sessão de esclarecimento (porque era, de facto) e fazê-la no dia em que entra em vigor; e depois ficar pasmado que a população tenha dúvidas, que a Oposição (que faz parte da população) também tenha dúvidas, e achar que é ser de extrema-direita vir trazer dúvidas para a população. -----

Ser de extrema-direita é não querer ouvir as populações na oposição e isso é o que os senhores estão a fazer! Mas, por que carga de água é que os Deputados da Oposição não podem fazer perguntas e até criticar e até, se for o caso, elogiar? Porque sou a favor de um sistema com interoperabilidade, estou disponível para perceber melhor o Sistema, mas há dúvidas que temos que ainda ninguém respondeu e que a Câmara é equívoca quando responde. -----

Até nos números de lugares, a Câmara foi equívoca. Depois não interessa alguém levantar e o Senhor Presidente dizer-lhe “venha falar comigo que logo vejo a sua situação”. Não queremos ver a situação do senhor que falou; queremos saber a situação de todos os lugares e de toda a população. -----

No fim, até podemos chegar e dizer “está aqui um bom Sistema de Mobilidade; discordo aqui e discordo ali.” Mas as dúvidas fazem parte do processo democrático e, sempre que oiço a acusação de “extrema-direita”, fico com a sensação que estamos com a razão. -----

A mim nunca ninguém na vida me acusou de extrema-direita. Aliás, tenho um currículo e tenho uma vida que não me permite que a extrema-direita goste de mim. Portanto, quando me chamam de extrema-direita eu digo “é porque estou no caminho certo.”” -----

Terminou apresentando a seguinte proposta de Moção: **(Doc.12)** -----

“Atendendo à radical importância do novo sistema de mobilidade, e tendo em conta o seu impacto na vida das nossas populações, torna-se essencial que os órgãos autárquicos promovam um amplo debate e esclarecimento sobre o modelo e as suas alegadas vantagens. -----

Neste sentido, impõe-se que a Assembleia Municipal, enquanto órgão fiscalizador, convoque a concessionária para um amplo debate com os eleitos locais e com as populações. -----

Deve assim ser convocada uma sessão extraordinária desta Assembleia, aberta à população, com a presença da concessionária, e que esta preste informação periódica ao longo da fase de implementação do sistema. -----

É o que se propõe.” -----

“Acho que não há nada a temer numa proposta como esta porque aquela sessão de esclarecimento que aconteceu não foi suficiente. E também não foi suficiente porque os esclarecimentos que foram dados por parte da Câmara foram suficientemente equívocos para estarmos ainda hoje a falar neles.” -----

- A presente **Moção para que se convoque uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal da Covilhã para debate do Sistema de Mobilidade da Covilhã, aberta à população, com a presença da concessionária e para que esta preste informação periódica das fases de implementação do sistema** foi colocada à votação, tendo-se registado **17 votos a favor (PPD/PSD, CDS-PP, CDU - PCP/PEV, Movimento “Covilhã Tem Força” e os Presidentes de Junta/União de Freguesias de Ferro, Peraboa, Tortosendo, Barco e Coutada e Covilhã e Canhoso), 1 abstenção (Dr. Jorge Manuel Torrão Nunes) e 17 votos contra (PS e os Presidentes de Junta/União de Freguesias de Dominguizo, Erada, Paul, Sobral de São Miguel, Verdelhos, Casegas e Ourondo e Vale Formoso e Aldeia do Souto).** -----

Verificando-se um empate na votação, a presente moção foi rejeitada com o voto de qualidade do Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal. -----

Não votaram, por se encontrarem ausentes da sala, os Senhores(as) Presidentes de Junta/União de Freguesias de Cortes do Meio, Orjais, Unhais da Perra, Peso e Vales do Rio, São Jorge da Beira e Teixoso e Sarzedo. -----

Foram feitas as seguintes **Declarações de Voto:** -----

- **Carlos do Carmo Martins (Covilhã e Canhoso):** “Votei a favor dessa reunião porque: qual é o receio de mais uma reunião? -----

Mais uma vez, o Presidente da União das Freguesias da Covilhã e do Canhoso não foi convidado para essa sessão de esclarecimento. Tive conhecimento até no dia seguinte. A verdade é que, na véspera (final da tarde), um funcionário do Município foi à Junta de Freguesia entregar um cartaz para divulgar na véspera (no final da tarde). Eu estava ausente da Covilhã e, portanto, acima de tudo é a defesa dos interesses dos fregueses da maior freguesia do Concelho (Covilhã e Canhoso).

Qual é o receio de ouvirmos mais uma vez esta situação? -----

Mais: ainda não me pronunciei em nome da União das Freguesias da Covilhã e do Canhoso porque ainda não tive a oportunidade de ver o contrato. Certamente é um contrato muito complexo. Não sou jurista, mas sei ler as letras grandes e as pequenas e, na altura própria, irei pronunciar-me.” –

- **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS):** “A bancada do Partido Socialista votou contra este pedido de agendamento especial ou extraordinário de uma reunião da Assembleia Municipal com o Concessionário desde logo, e em primeiro lugar, porque o assunto foi debatido e prolixamente debatido, tanto no âmbito das sessões públicas de esclarecimento, como dos próprios órgãos Municipais, Executivo e Assembleia Municipal, onde foram aprovadas as peças do caderno de encargos, onde foi aprovado o resultado do concurso internacional e onde foi aprovado o contrato de serviço.-----

Não estamos nem contra o debate nem contra os esclarecimentos que são devidos aos cidadãos e aos órgãos e exigidos à Concessionária. Seremos os primeiros, se porventura entendermos que eles não são suficientes, a exigir esclarecimento dos órgãos e em primeiro lugar dos cidadãos. Entendemos é que este é um assunto demasiado sério para que dele se faça chicana política, procurando baralhar, procurando iludir, e não falar verdade. -----

Na sessão pública, a Concessionária comprometeu-se publicamente com todos - faz parte das obrigações contratuais - a prestar todas as informações. Estaremos na primeira linha para a acompanhar e, se porventura percebermos que algo não está a ser cumprido pela Concessionária, a sermos os primeiros a exigir explicações. -----

Iniciou-se o serviço dia 1 de fevereiro. Foi explicado pela Concessionária os termos em que esse serviço iria iniciar e as diversas fases em que esse serviço iria ser implementado até 1 de julho. ---

O Partido Socialista continuará vigilante, neste como nos restantes assuntos de interesse municipal, para assegurar o cumprimento dos compromissos assumidos e das obrigações contratuais e a sermos os primeiros a exigir explicações caso sejam necessárias. -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** “A bancada do CDS – Partido Popular votou favoravelmente esta moção porque entende que é um exercício legítimo do direito à informação e da transparência dos órgãos municipais. -----

Estes contratos, pela sua complexidade, pela sua extensão e pelas suas consequências para a população, têm que ser monitorizados e acompanhados, principalmente nesta fase de implementação. -----

Não posso deixar de aqui referir, já que ouvi falar no que aconteceu com o Silo-Auto, que temos que perceber que esta Câmara está a cometer o mesmo erro que cometeu o Senhor Carlos Pinto na altura, que foi exatamente limitar os lugares de superfície, e a causa da rescisão do contrato do Silo-Auto foi exatamente limitar os lugares de superfície. -----

Quando estamos a falar, temos que saber as causas e, portanto, é preciso perceber que as consequências que já foram pesadas para o Município, neste momento estão a ser cometidos os mesmos erros, as mesmas imposições ao Concessionário. -----

Não posso deixar de lamentar que numa Assembleia que tem como função fiscalizar e, nomeadamente, acompanhar estes contratos de altíssima complexidade, haja membros que cegamente votam contra, denunciando e renunciando aos seus poderes de fiscalização nesta matéria e achando que se arrogue o direito de saber quando é que o resto dos deputados e dos munícipes têm o direito a saber o que quer que seja sobre o contrato. -----

Lamento e registo a posição de um Presidente da Assembleia que, dirigindo um órgão fiscalizador, assumia a posição contrária à fiscalização. Infelizmente, não posso concordar com ela.” -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD):** “Fazer uma declaração de voto em nome de toda a bancada do PSD e não apenas de parte da bancada. Votámos favoravelmente esta moção porque achamos que é obviamente, como disse o Eng.º Hélio, essencial que a empresa, à luz das condições contratuais, venha prestar contas ao Órgão. -----

Votámos favoravelmente esta moção a bem da democracia, da transparência e da prestação de contas, ainda que a última frase não ponha em causa que a empresa venha aqui porque nós requeremos, nos termos da Lei n.º 75/2013, o agendamento potestativo desta matéria para a próxima Assembleia.” -----

- **Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro (PS):** “Sendo que sou a favor da fiscalização sempre que os contratos envolvam parcerias público-privadas, votei contra porque esta moção não é uma moção exatamente destinada a ser esclarecido, mas é uma moção destinada apenas a fazer chicana política e a continuar a propagar a mentira. E isso é o que não podemos permitir. -----

Quem quer ser esclarecido vai às sessões de esclarecimento e esclarece. O problema é que as pessoas nunca se sentem esclarecidas porque lhes dá jeito e porque sai nos jornais! Por isso é que votei contra.” -----

- **Dr. Jorge Filipe Reis Ferrão Vaz (PPD/PSD)** – “Esclarecer porque é que votámos a favor: faz parte deste órgão a fiscalização dos contratos independentemente da sessão de esclarecimento. Ficaram dúvidas e as dúvidas foram inclusivamente apresentadas na intervenção que tive no ponto 1.3. -----

Tendo ficado dúvidas para as pessoas, mesmo depois da sessão de esclarecimento, este é o órgão próprio onde elas devem ser esclarecidas e, como tal, o voto favorável para esta sessão extraordinária para esclarecimento das dúvidas que ficaram neste órgão e pelos membros deste órgão.” -----

--- **Dr. Afonso Manuel Mousaco Gomes (PS)**, após cumprimentar todos os presentes, referiu que “muito se tem falado e debitado sobre o tema do Sistema de Mobilidade da Covilhã e queria aqui deixar uma clara nota de que um sinal de elogio ao próprio sistema, independentemente de todas as vantagens que já aqui foram também elas enunciadas e na sessão de esclarecimento também foram elas já esclarecidas, foi o esvaziamento político na intervenção do Líder da Bancada do CDS-PP, pessoalizando e individualizando a sua intervenção, mencionando pessoas que se dedicam à causa pública e à causa política, deixando de parte as cláusulas que versam no Sistema de Mobilidade e também a repetição das sucessivas questões que já foram respondidas oportunamente na sessão pública de esclarecimento e que hoje aqui se tornam a trazer ao debate e que a mim me apraz deixar o comentário de que quando se lê, efetivamente, um contrato é preciso ler-se todas as alíneas, porque há umas que complementam outras. -----

No entanto, elogio aqui a postura do Senhor Deputado Adolfo Mesquita Nunes que tem uma intervenção em que propõe as suas questões, apresenta a sua moção. Mas também lhe quero deixar aqui uma nota de que algumas das questões que aqui propõe foram abordadas na sessão de esclarecimento e de que o plano entrou e entrou de forma faseada. Estive lá enquanto munícipe e pude perceber isso. Portanto, a população pode ainda dar a sua opinião e pode ainda contribuir para aquilo que é a construção e a concessão do novo Sistema de Mobilidade. -----

Posto isto, já sabemos que a Oposição é contra: um sistema de mobilidade integrado, diversificado e melhorado; um sistema gratuito para todos os estudantes nos próximos 10 anos; um instrumento à criação e produção de hábitos sustentáveis e de novas ofertas; um sistema que reduz os custos às famílias. -----

Apraz-me perguntar: a Oposição é favor do quê? -----

E mais. -----

A informação relacionada com este contrato está pública há um ano. Por quê só agora trazê-lo, e bem, para este fórum e demonstrar as suas preocupações? -----

Para terminar, já percebi aqui na intervenção da colega do PPD/PSD que a Oposição não é contra: é do contra...! Porque se, quando o Teatro Municipal estava para ser inaugurado o problema era a programação, agora a programação foi aqui elogiada e o problema são os bilhetes que são demasiado baratos. -----

Relativamente aos elementos que vão a outras cidades ver espetáculos, permitam-me, e peço imensa desculpa aqui a minha expressão de algibeira... isto é bonito é com nomes.” -----

--- **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS)** agradeceu ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Tortosendo “a referência ao Senhor Eng.º Francisco Santos. Foi um imperdoável esquecimento da minha parte e, portanto, quero juntar-me naturalmente à saudação e ao elogio

do Partido Socialista e de toda a Assembleia ao seu trabalho, às maiores venturas, saúde e fruição de tempo nesta nova fase da sua vida.” -----

Seguidamente apresentou a moção que, a seguir, se reproduz: **(Doc.13)** -----

“Moção sobre Plano Ferroviário Nacional -----

A Assembleia Municipal da Covilhã incentiva o Governo a melhorar o Plano Ferroviário Nacional, incluindo na proposta final medidas que melhorem o serviço na Linha da Beira Baixa. -----

*A versão colocada para consulta pública ignora as falhas do serviço ferroviário aos cidadãos e empresas, bem como a necessidade **premente** de melhoria da infraestrutura, destacando-se: -----*

- *A necessidade de redução dos tempos é urgente. **O Intercidades da Linha da Beira Baixa é o mais lento do país e é inexplicável que o Plano Ferroviário Nacional não contenha medidas de redução do tempo de viagem.** Qualquer cidade média do país ficará a menos de 2h30 de uma Área Metropolitana, à exceção da Covilhã e Fundão.* -----
- *O Plano Ferroviário Nacional mantém a Linha da Beira Baixa como uma infraestrutura de segunda categoria para mercadorias, apesar de ser o trajeto mais curto entre o sul do país e o centro da Europa (menos 45 km face à Linha da Beira Alta) e poder contribuir para uma maior competitividade das exportações portuguesas.* -----
- *É preocupante que seja rejeitado um serviço regional de elevada frequência no eixo da Beira Interior Castelo Branco – Fundão – Covilhã – Guarda sem que tenham sido publicados estudos ou seja equacionada a possibilidade de as Comunidades Intermunicipais assumirem o serviço. Ao contrário do resto do país, as pessoas residentes neste eixo ficam, na prática, afastadas do acesso a passes regionais de reduzido custo na mobilidade casa-trabalho. ---*

Rejeitamos que um documento estratégico para a política de transportes contribua para os desequilíbrios socioeconómicos do país. -----

A Assembleia Municipal da Covilhã incentiva o Governo a incluir na proposta final o seguinte: -----

- *Melhorias na infraestrutura da Linha da Beira Baixa, tendo como objetivos estratégicos a **ligação em 2h30 entre Lisboa e Covilhã**, bem como a **integração deste eixo ferroviário nas redes transeuropeias de transportes.** Estas intervenções devem ter lugar ao longo dos próximos quadros comunitários de apoio, beneficiando do expectável aumento de financiamento europeu para ação climática;* -----
- ***Reconhecimento da necessidade de serviços regionais de maior frequência no eixo da Beira Interior.** Caso o Governo não esteja disposto a facilitar estes serviços, deve abrir a possibilidade de as Comunidades Intermunicipais concessionarem o serviço;* -----
- *Considere o estudo de uma ligação de alta velocidade, alternativa, para ligação a Espanha, via Plasencia, que maximize a intervenção na Linha da Beira Alta construindo um troço que derive na Guarda, no sentido sul, passando pela Covilhã e Fundão em direção a Plasencia onde o Plano Ferroviário espanhol prevê já uma ligação direta a Madrid. Esta opção poderá resultar em tempos de viagem mais curtos entre Porto e Madrid face à alternativa por Guarda – Salamanca – Medina del Campo – Madrid.* -----

O Plano Ferroviário Nacional deve contribuir para reduzir os desequilíbrios territoriais, e não o contrário. O investimento nacional na ferrovia não pode deixar para trás uma região que tem conseguido nos últimos anos atrair empresas de serviços de alto valor acrescentado e tem uma Universidade em franco crescimento e com fortes relações científicas internacionais. De facto, a ausência de investimentos na Linha da Beira Baixa significa que a Universidade da Beira Interior continuará a ser a universidade europeia mais afastada por ferrovia de um aeroporto internacional. Os atuais tempos de percurso, em que praticamente uma manhã é perdida numa deslocação Lisboa-Covilhã, condicionam a atratividade para a fixação de empresas na região ou mesmo a possibilidade de turistas provenientes de Lisboa se deslocarem no mesmo dia à nossa região. -----

Não aceitamos que o Plano Ferroviário Nacional introduza limites implícitos ao desenvolvimento da região no país mais centralizado da União Europeia. Incentivamos o Governo a melhorar o Plano Ferroviário Nacional, apresentando medidas concretas de melhoria de infraestrutura na Linha da Beira Baixa e de reforço da frequência do serviço regional no eixo da Beira Interior. -----

Depois de aprovada, esta moção deve ser enviada ao Senhor Primeiro-ministro, à Senhora Ministra da Coesão Territorial, ao Senhor Ministro das Infraestruturas, ao Senhor Presidente da Assembleia da República, aos grupos Parlamentares da Assembleia da República, ao Senhor Presidente da República, às Infraestruturas de Portugal e à CP – Comboios de Portugal.” -----

- Colocada à votação, a presente **Moção** foi **aprovada por unanimidade**. -----

Não votou, por se encontrar ausente da sala, o Senhor Presidente da União de Freguesias de Peso e Vales do Rio. -----

Foram feitas/apresentadas as seguintes **Declarações de Voto**: -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)** – “Voto favoravelmente esta moção não só porque, ao contrário do que aqui já foi referido, a oposição não é do contra nem é sempre contra.

Voto favoravelmente, mas a moção peca por defeito porque o Plano Ferroviário Nacional devia conter também algumas situações que já foram sobremaneira faladas na Covilhã, mas sobretudo que falasse em duas questões essenciais: a qualidade dos serviços da ferrovia na Beira Interior, para a Beira Interior e nomeadamente para a Covilhã, em que não pode haver e sujeitar os passageiros aos constantes suprimentos, atrasos e às demoras; e as condições de viagem que continuam a ser, em alguns casos, quase do século passado. -----

Falamos na alta velocidade quando nem sequer temos comboios como devem de ser para a Covilhã e para as ligações ferroviárias da Covilhã a todo o país. Se se ligar a alta velocidade também se ligarão as outras.” -----

- **Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves (PS): (Doc.14)** “Votei favoravelmente por concordar com a generalidade dos pontos presentes na Moção, sendo inexplicável como o Governo apresenta uma primeira versão do Plano Ferroviário Nacional completamente ausente de estratégia para o

país, em que a maioria dos pólos de desenvolvimento regional do interior, nomeadamente da Beira Interior e de Trás-os-Montes, são completamente ignorados, por exemplo no que à Alta Velocidade diz respeito, acentuando ainda mais as assimetrias territoriais que tanto obstaculizam o progresso de Portugal ao invés de funcionar como ferramenta mitigadora das desigualdades existentes. -----

Ainda assim, considero que esta Moção relativa ao PFN deveria focar-se no essencial, ou seja, na absoluta necessidade do Plano prever a redução dos tempos de viagem entre a Covilhã e as Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, bem como uma eventual ligação direta a Espanha que tornasse a Covilhã, e a Cova da Beira, num pólo relevante a nível nacional em termos de ferrovia. Tal apenas pode ser alcançado através de duas reivindicações presentes na Moção: -----

- ou pela renovação da Linha da Beira Baixa, em que se incluem vários quilómetros de novo traçado entre Alferrarede e Sarnadas (desviando a linha da corda do rio Tejo), entre Castelo Branco e o Fundão (com a construção de um túnel ferroviário na Serra da Gardunha) e entre a Covilhã e a Guarda; -----

- ou pela extensão do atual plano de Alta Velocidade da Guarda até à Covilhã, deixando para decisão posterior a ligação desta a Espanha, existindo aí duas possibilidades: Guarda-Vilar Formoso-Medina del Campo e Covilhã-Penamacor-Plasencia, sendo que a segunda opção serviria muito melhor os interesses do país, privilegiando o transporte de passageiros via Penamacor e o transporte de mercadorias via Vilar Formoso. -----

Se nenhuma destas reivindicações constar da versão final do documento, o Plano Ferroviário Nacional nunca servirá as nossas populações, continuando, no mínimo até 2050, a ser o automóvel o único meio de transporte realmente eficiente para quem se desloque entre a Cova da Beira e as principais cidades portuguesas, algo que, na minha opinião, seria totalmente incompreensível." --

--- Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD), após cumprimentar todos os presentes, referiu ver “toda a gente aqui muito nervosa sobre o plano de mobilidade e o Partido Socialista em particular. Não percebo a razão de tanto nervosismo se já estava pronto há um ano, se é um contrato assim tão bom. Qual é a necessidade então de virmos aqui com acusações de “extrema-direita”, de uma forma esganiçada que quase parecia a Marine Le Pen? Acho que não há necessidade de elevarmos tanto o tom, de ficarmos tão nervosos e começarmos na berraria porque este é um Órgão que deve ser tido com elevação e dignificação necessária. -----

Sobre a sessão de esclarecimento da semana passada, gostava de esclarecer que este é o local próprio também para se responder a todas as questões e, portanto, nenhuma questão que tenha sido feita e/ou respondida inválida que haja mais dados entretanto que impeçam a sua fiscalização neste que é o Órgão máximo representativo dos cidadãos do Concelho da Covilhã e, por essa razão, a bancada do PSD irá entregar um requerimento potestativo para que seja agendada na próxima Assembleia Municipal um ponto, não para aprovação dos contratos, mas para auscultação e debate com a empresa em questão. -----

Ao início pensei que este nervosismo era por causa do plano de mobilidade, mas depois lembrei-me que, se calhar, não é essa a razão. Se calhar, o nervosismo advém do ajuste direto recente com o advogado militante do PS (que já foi membro desta Assembleia Municipal) com a Câmara para ganhar um belo salário extra à sua atividade profissional; se calhar é por causa do voto de protesto

aprovado por unanimidade na União das Freguesias da Covilhã e do Canhoso à Câmara Municipal da Covilhã; se calhar é por causa dos 8.8 milhões de euros da Parq C aqui falados que foram pagos desnecessariamente - e todos já discutimos isto aqui amplamente que não era necessário -; se calhar é por causa da confusão entre os 9 ou 21 milhões de euros de oferta de mupis, bicicletas, elevadores; mas, se calhar, todo este nervosismo se deve a uma coisa: há uma reclamação pública, constante dos documentos de que falaram, feita por uma das empresas candidatas, que não teve resposta. Essa reclamação diz que há 3 empresas que legalmente tinham de ser excluídas deste concurso, uma das quais é aquela que ganhou o concurso, que legalmente não o poderia ter feito.

Para terminar, e já que se falou de descarbonização, gostava de lembrar que, até 2033, neste contrato não se prevê qualquer transição energética, que até é uma bandeira socialista. Portanto, gostava de saber como é que em 10 anos não pensamos em mobilidade sustentável.” -----

--- O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** propôs a votação de uma moção remetida pela Assembleia Municipal de Belmonte e enviada a todos os membros municipais que, a seguir, se transcreve com as devidas adaptações: -----

“Moção -----

A necessidade reconhecida como imperiosa, de construção de um novo aeroporto em Portugal, deve ser encarada como uma oportunidade de alavancar o desenvolvimento regional, no âmbito de uma verdadeira política de coesão. Nesse sentido, sendo as regiões periféricas, geograficamente mais afastadas da capital do país, penalizadas pela distância e pelos custos de mobilidade, vem esta Assembleia Municipal apelar aos decisores políticos para a importância de considerar as assimetrias regionais nesta decisão. -----

Os decisores políticos têm o dever de procurar esbater essas assimetrias, decidindo a localização do novo aeroporto em Santarém, sendo esta uma localização mais central e mais inclusiva de toda a região centro e, em particular do interior do país. Todos os concelhos do interior desejam e necessitam de melhores infraestruturas. Os seus habitantes merecem aceder, a menores custos a esta infraestrutura, e assim participar num desenvolvimento regional mais harmonioso.” -----

- **Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes (CDS-PP):** “Quem apresenta, nesta Assembleia Municipal, essa moção? É que não encontro, no Regimento nem na Lei, a possibilidade de a Assembleia Municipal de Belmonte propor pontos à ordem de trabalhos da Covilhã. -----

Portanto, e com todo o respeito, ou algum deputado municipal ou grupo municipal fez desse texto um texto para votarmos aqui ou não vejo qualquer fundamento para podermos votar aqui e foi, aliás, a observação que fizemos na sessão anterior.” -----

- O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** questionou se “algum grupo municipal quer assumir esta moção.” -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD):** “Acho que pode ser proposta pela Mesa - e deveria - mas deixo à consideração.” -----

- O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** referiu entender “aquilo que estão a dizer e por isso é que a tentei apresentar, mas agora estão a pôr limitações e com certeza que a ponho à consideração.” -----

- Apresentada pelo Grupo Municipal do PS, a presente **Moção** foi colocada à votação, tendo sido **aprovada por maioria com 24 votos a favor (PS, PPD/PSD e os Senhores(as) Presidentes de Junta/Uniões de Freguesias de Dominguizo, Erada, Ferro, Orjais, Peraboa, Sobral de São Miguel, Tortosendo, Verdelhos, Barco e Coutada, Casegas e Ourondo e Vale Formoso e Aldeia do Souto) e 11 abstenções (CDS-PP, CDU - PCP/PEV, Movimento “Covilhã Tem Força”, Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves, Eng.º Pedro Miguel de Melo Bernardo, Dr. Afonso Manuel Mousaco Gomes e o Senhor Presidente da União de Freguesias de Covilhã e Canhoso).** -----

Não votaram, por se encontrarem ausentes da sala, os Senhores(as) Presidentes de Junta/União de Freguesias de Cortes do Meio, Paul, São Jorge da Beira, Unhais da Serra, Peso e Vales do Rio e Teixoso e Sarzedo). -----

Foi feita a seguinte **Declaração de Voto:** -----

- **Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes (CDS-PP)** – “A nossa bancada absteve-se pela simples razão de que, não havendo autores desta moção, é impossível se saber em que é que se fundamenta a escolha do local, os prós, os contras, os custos, o tempo, quando é que está pronto, quando é que não está versus qualquer outra alternativa. -----

O processo de escolha do aeroporto é provavelmente o melhor exemplo do que é a gestão em Portugal. Estamos há décadas a decidir. Vem mais uma localização para cima da mesa disponível para, com certeza, discuti-la. Agora, sem se saber porquê, nem como, nem quanto, não é possível ter uma opinião formada e daí a abstenção.” -----

--- Seguidamente, procedeu-se à leitura e à votação dos seguintes **Votos de Louvor** que, a seguir, se transcrevem: -----

“VOTO DE LOUVOR -----

Considerando: -----

- *O trabalho desenvolvido nestes 25 anos ao serviço da comunidade e em especial daqueles que por algum infortúnio estão hospitalizados,* -----
- *A sua intervenção técnica, mas acima de tudo humana, no contacto com doentes,* -----
- *A vontade, carinho e disponibilidade demonstrada no apoio aos que mais precisam e ainda,*
- *Pela presença constante e ações desenvolvidas no sentido de melhorar a qualidade da assistência aos doentes, mas também a qualidade geral dos serviços prestados pelo CHUCB,*

Venho, na qualidade de Presidente da União de Freguesia de Covilhã e Canhoso, propor que a Assembleia Municipal da Covilhã, na sua reunião ordinária de 6 de fevereiro de 2023, aprove um voto de louvor ao Voluntariado Hospital do CHUCB, que ao longo destes 25 anos deram uma parte do seu tempo em prol dos outros.” (Doc.15) -----

- O presente **Voto de Louvor foi aprovado por unanimidade.** -----

Não votou, por se encontrar ausente da sala, o Senhor Presidente da União de Freguesias de Peso e Vales do Rio. -----

“**Voto de louvor a Healthway e seu diretor geral, José Pedro Dias** -----

A Healthway, criada há quase uma década em Oeiras, visa fomentar a formação e a certificação dos profissionais de saúde, tais como médicos e enfermeiros, mas cujo objetivo é vir a iniciar formação também para o doente. -----

José Pedro Dias viu na Covilhã e no Ubimedical as condições ideais para o crescimento da sua empresa o que, aliado ao desejo de regresso às raízes, levou à deslocação da Healthway e seu visível progresso, reconhecendo que uma das estratégias de sucesso da empresa é a descentralização das formações, indo ao encontro dos formandos. -----

Como reconhecimento do mérito do seu trabalho e das conquistas da sua empresa, bem como agradecimento por escolher a Covilhã para integrar este projeto, propõe-se que esta Assembleia Municipal da Covilhã, através da aprovação simbólica deste Voto de Louvor, reconheça a esta empresa e ao seu diretor geral o mérito e louve o seu trabalho, esperando que tenha muita força, dedicação e saúde para continuar este audacioso percurso. -----

Após a sua aprovação, propõem-se que deste voto seja dado conhecimento à própria empresa e ao seu diretor geral. -----

Os membros do grupo do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã.” (Doc.16) -----

- O presente **Voto de Louvor foi aprovado por unanimidade.** -----

Não votou, por se encontrar ausente da sala, o Senhor Presidente da União de Freguesias de Peso e Vales do Rio. -----

“**Voto de louvor a DeepNeuronic e seus fundadores** -----

Fundada em plena pandemia COVID-19, por dois covilhanenses e alunos de doutoramento na Universidade da Beira Interior, a DeepNeuronic, através do uso de inteligência artificial, visa facilitar o processo de supervisão de câmaras de vigilância com deteção automática e em tempo real de situações anormais e perigosas. -----

Refletindo sobre as problemáticas e desafios do mundo atual, os jovens covilhanenses perceberam que as mais de mil milhões de câmaras de vigilância pelo mundo, por norma, são apenas capazes de fazer simples deteções de movimento. Como tal desenvolveram um sistema que permite detetar e emitir alertas imediatos numa infinidade de cenários perigosos, com a possibilidade de incluir novas situações. -----

A inovação e pertinência da estratégia foi já reconhecida e financiada por uma série de projetos e entidades, sendo o último investimento de um milhão e meio de euros para consolidar e desenvolver a tecnologia, projetando-a no mercado internacional. -----

Como reconhecimento do mérito do seu trabalho e das suas conquistas, bem como agradecimento por escolher a Covilhã para continuar o desenvolvimento da sua tecnologia, propõe-se que esta Assembleia Municipal da Covilhã, através da aprovação simbólica deste Voto de Louvor, reconheça a esta empresa e aos seus fundadores o mérito e louve o seu trabalho, esperando que tenham muita força, dedicação e saúde para continuar este audacioso percurso. -----

Após a sua aprovação, propõe-se que deste voto seja dado conhecimento à própria empresa e aos seus fundadores. -----

Os membros do grupo do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã.” (Doc.17) -----

*- O presente **Voto de Louvor foi aprovado por unanimidade.** -----*

Não votaram o membro municipal Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD), nos termos do artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo, e o Senhor Presidente da União de Freguesias de Peso e Vales do Rio, por se encontrar ausente da sala. -----

“Voto de louvor a João Leitão -----

João Leitão é docente da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UBI, na área de Economia, além de vice-coordenador e investigador no Núcleo de Estudos em Ciências Empresariais da UBI. É ainda investigador colaborador do Centro de Estudos de Gestão do Instituto Superior Técnico e investigador associado do Instituto de Ciências Sociais, da Universidade de Lisboa, sendo também diretor do MBA, da UBIExecutive, Business School. -----

Além da atividade política que exerce no concelho vizinho, João Leitão, doutorado em Economia pela UBI, tem participação ativa nas mais diversas áreas a nível internacional e foi, no passado dia 27 de janeiro, eleito presidente da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional para o triénio 2023-2025. -----

Como reconhecimento do mérito do seu percurso, com enfoque na construção de uma forte ligação entre o conhecimento científico e a prática do desenvolvimento regional, políticas públicas de coesão e de desenvolvimento regional sustentável, propõe-se que esta Assembleia Municipal da Covilhã, através da aprovação simbólica deste Voto de Louvor, lhe reconheça o mérito e louve o seu trabalho, esperando que tenha muita saúde para continuar este audacioso percurso na investigação relacionada com a ciência regional. -----

Após a sua aprovação, propõem-se que deste voto seja dado conhecimento ao próprio. -----
Os membros do grupo do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã.” (Doc.18) -----

- O presente **Voto de Louvor foi aprovado por unanimidade.** -----

Não votou, por se encontrar ausente da sala, o Senhor Presidente da União de Freguesias de Peso e Vales do Rio. -----

“**Voto de louvor a CooLabora** -----

A CooLabora, cooperativa de intervenção social, tem pautado o seu percurso com forte contributo no desenvolvimento das pessoas, das organizações e do território, através de estratégias de promoção da igualdade de oportunidades, de aprofundamento da democracia e da participação cívica, da aprendizagem colaborativa e da coesão social. -----

Não obstante o reconhecimento cívico, a organização viu agora o seu novo projeto de reinserção social ser financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian, em consórcio com a Fundação Bissaya Barreto. -----

Como reconhecimento do mérito do seu trabalho, com enfoque nos sobreviventes de violência doméstica, migrantes e pessoas em situação de pobreza, e o esforço feito em promover nestes grupos uma maior autonomia económica, propõe-se que esta Assembleia Municipal da Covilhã, através da aprovação simbólica deste Voto de Louvor, reconheça a esta organização o mérito e louve o seu trabalho, esperando que tenha muita força, união e dedicação para continuar este audacioso percurso. -----

Após a sua aprovação, propõem-se que deste voto seja dado conhecimento à própria organização.
Os membros do grupo do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã.” (Doc.19) -----

- O presente **Voto de Louvor foi aprovado por unanimidade.** -----

Não votou, por se encontrar ausente da sala, o Senhor Presidente da União de Freguesias de Peso e Vales do Rio. -----

2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1. APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO

--- Foi presente informação escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal que faz parte integrante da presente ata, ficando, para os efeitos legais, arquivada em pasta própria. -----

--- O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** perguntou quem pretendia inscrever-se, tendo concedido a palavra aos seguintes Membros Municipais: -----

- **Dra. Joana Petrucci Dias Rocha (CDS-PP)**: “Em todas as sessões desta Assembleia falo sobre este assunto e insisto em dizer que não nos é fornecida a informação que, por Lei, temos direito, deixando para os meus colegas Senhores Deputados as considerações políticas sobre a informação que nos é dada. Mas, depois da votação a que assistimos há pouco da moção apresentada pelo Deputado Adolfo Mesquita Nunes, agora já começo a perceber que haja aqui deputados que não estão preocupados em defender e em exercer uma das funções desta Assembleia, que é a função fiscalizadora. -----

Voltando ao tema, hoje posso finalmente dizer que o Senhor Presidente da Câmara ou o serviço encarregue de elaborar a informação escrita começam finalmente a dar-me ouvidos e isso é notório na informação que nos foi enviada para esta sessão, onde verificamos o alargamento da informação prestada a mais áreas de atividade da Câmara e a mais divisões. Mas a informação escrita continua a não ser aquela que esperava e que a Lei obriga o Senhor Presidente a enviar-nos. -----

Por isso, e porque estou certa que o Senhor Presidente estará disponível para hoje e neste ponto nos prestar aqui a informação a que está legalmente obrigado, pergunto: -----

- Quantos processos de contraordenação estão pendentes, de que tipo e em que estado? --
- Não há processos de cobrança judiciais pendentes? -----
- Não há ações judiciais pendentes em Tribunal e em que Município ou as empresas municipais sejam parte? Há certamente, pelo que agradecemos informação sobre quais e o estado. -----
- Qual foi, desde a última Assembleia e que é o período que deve constar da informação escrita que hoje apreciamos, a atividade desenvolvida pela Câmara nas empresas municipais onde tem participação social? -----
- Quais os resultados de natureza económico-financeira dessas entidades? -----
- O que tem feito o Gabinete de Empreendedorismo & Promoção do Desenvolvimento? E o Gabinete de Proteção Civil? E o de Promoção Turística? -----
- Que atividade tem desenvolvido a Divisão de Desporto e Associativismo? -----

Deixo apenas algumas questões porque muitas mais haveria para colocar por não estarem respondidas na informação escrita que hoje apreciamos e cujo texto me deixa sempre perante esta dúvida e mais uma vez aconteceu: considera o Senhor Presidente como mais relevante aquilo que manda colocar na informação escrita que é enviada à Assembleia Municipal e que é tão pouco ou a verdade é que nada de relevante tem para fazer constar na informação escrita?” -----

- **Dra. Mónica Cristina Cerqueira Ramôa (CDU - PCP/PEV)**: Relativamente à obra, “que até vem aqui nos documentos para esta Assembleia Municipal, no que diz respeito ao expediente e da pintura horizontal da estrada municipal 501, perguntar se o trabalho está concluído e, se está concluído, se já foi ver a obra feita. Ao que sei, vi e constatei, pintar horizontalmente uma via

daquele traçado com transportes escolares e muita gente a fazer aquele percurso... pintar apenas com uma linha descontinuada, isto é, umas vezes no meio, outras vezes na berma direita ou na outra e não há uma continuidade... Pergunto se é para ficar assim ou se, de facto, não está acabada; e espero que não esteja acabada. -----

Perante as graves consequências de um incêndio em Lisboa este fim-de-semana que veio revelar uma situação de desumanização em que os migrantes vivem no nosso país, particularmente em Lisboa, pergunto-lhe Senhor Presidente: sabe onde e em que situação vivem os migrantes na Covilhã, nomeadamente aqueles muitos que fazem o trajeto a pé sem qualquer passeio ou proteção entre a Covilhã e o Parque Industrial do Canhoso e os de Unhais também? Sabe em que condições é que vivem? O local onde vivem tem condições mínimas de habitabilidade? Estão garantidas essas condições mínimas? Estão previstas algumas medidas? -----

Há outras pessoas no nosso concelho, não migrantes, que estejam a residir em habitações cujas condições não são aquelas que estão na lei, as mínimas de habitabilidade?" -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** "Já percebemos que, ao longo desta Assembleia e ao longo de todas as Assembleias que temos assistido nos últimos anos, esta Câmara tem um enorme problema com a informação. Tem um enorme problema com que se lhe peça informação que, pelos vistos, é entendido como um ato de selvajaria democrática e um ato de extrema-direita e tem uma impossibilidade de prestar essa informação. -----

A informação é incómoda. Sempre assim foi e é assim ao longo de todos os regimes democráticos. Aliás, a diferença entre um regime democrático de um não democrático é a gestão da informação e a disponibilização ou a vontade de disponibilizar a informação. -----

Aquilo que temos assistido desta Câmara, através desta informação escrita e das sucessivas falhas, lacunas, esquecimentos, desculpas - veja-se que nesta informação escrita até lá vem dizer que não se pode prestar informação porque *estamos a rever o sistema informático*, como se isso fosse razão para ocultar informação à Assembleia Municipal - é intolerável. Isto é a evidência de que um órgão supostamente democrático está a controlar a informação e está a limitar o acesso à informação. Toda a gente sabe que há mil e uma maneiras de criar obstáculos a prestar informação. -----

Estava a dizer que a informação é incómoda porque ela evidencia aquilo que é a vida do Município. E, pelas informações e apesar dos remendos de última hora que vieram acrescentar mais uns departamentozitos, ficamos a saber quais é que são as áreas da Câmara que funcionam e quais são as que não funcionam. Isto é incómodo para os titulares! É evidente! -----

Quando temos, durante 3 ou 4 meses, uma informação escrita onde está zero do Departamento do Associativismo, do Departamento do Desporto e de vários departamentos, onde o grosso da informação é do Departamento de Relações Públicas com as publicações do Departamento da Cultura, vemos como é que a Câmara funciona ou não funciona! -----

Acho estranho como é que um Partido Socialista que se diz garante da democracia, que se diz fundador da democracia em Portugal, como é que utiliza todos os subterfúgios e mais algum para limitar o acesso à informação. -----

E, a este nível, não posso deixar de referir(?), porque também não consta da informação escrita, mas felizmente também já foi publicado no site da CADA – Comissão de Acesso a Documentos Administrativos – o Parecer n.º 7/2023 de 18 de janeiro que, apesar de todas as dificuldades levantadas pelo Município para não facultar o acesso a documentos administrativos públicos, vem dizer que a Câmara não tem razão em limitar, que os documentos são sempre públicos e a Câmara está obrigada sempre a dar toda a informação e a facultar os documentos a quem os pedir. Isso não vem na informação escrita. Não dá jeito? Pois não! -----

Este pedido foi formulado pelo Presidente da Comissão Política Concelhia do CDS em julho de 2022 e o argumentário da Câmara apenas serviu para que demorasse 7 meses para ser decidido que a Câmara tem que informar e enviar os documentos à pessoa que o pediu. -----

A pergunta que lhe faço, Senhor Presidente, é: quando é que se vai dignar a cumprir este parecer da CADA? Vamos esperar outros 7 meses? Vamos esperar até quando os senhores “donos disto tudo” se dignem a cumprir a lei e a facultar o acesso à informação e aos documentos que são de todos – públicos. E é isto que esta informação escrita, como todas as outras anteriores, não tem.”

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU - PCP/PEV):** “A informação escrita que nos foi enviada corresponde à atividade municipal entre dezembro de 2022 e janeiro de 2023. Há o registo daquilo que já estamos habituados e outras informações da parca informação onde constam os despachos de delegação de competências, a atividade desenvolvida pela Divisão da Cultura, do Gabinete de Comunicação e Relações Públicas, os processos de licenciamento no âmbito do Urbanismo. Tenho verificado que os prazos do licenciamento e os prazos dos despachos são, de facto, curtos, o que se saúda. E depois a atividade que foi agora incluída da Divisão da Ação Social e Saúde, da Divisão de Planeamento e de Gestão de Cofinanciamento de Investimento. Já é um acrescento. Poderá dizer-se: já temos mais duas divisões. Talvez a gente consiga chegar às restantes nas próximas assembleias. Portanto, nada de registo a salientar na parca informação que nos foi enviada. -----

Continuamos a não entender o comportamento do Senhor Presidente da Câmara Municipal quando não organiza ou não manda organizar a informação escrita de acordo com o que se encontra determinado no estatuído na Lei 75/2013. Aliás, quando estava a elaborar este documento, li o documento que, sobre o mesmo assunto, escrevi na última Assembleia Municipal e quase me apetecia fazer o mesmo que faz o Senhor Presidente da Câmara – envia aquilo e a gente faz a mesma intervenção que fez na última assembleia porque o conteúdo e a situação são os mesmos e já foi aqui sublinhado esse facto. -----

Também as atas e as minutas do Executivo, logo que aprovadas, devem ser enviadas à Assembleia Municipal, também de acordo com a Lei, o que também não acontece. -----

Voltamos a registar que o Senhor Presidente da Câmara continua a não responder aos pedidos de informação dos membros da Assembleia e aqui o Senhor Presidente da Mesa pode intervir, se quiser intervir, porque a Lei confere-lhe esse direito de trazer o assunto a esta Assembleia Municipal. Só a Mesa é que conhece o número de requerimentos feitos pelos membros e que não são respondidos. Penso que aqui o Senhor Presidente da Mesa deve “despir o seu manto de solidariedade” para assumir-se como o presidente do órgão em que é solidário com os membros da assembleia, exigindo que a Câmara cumpra com a Lei ou pelo menos com os seus deveres. ----

Face à necessidade das populações, solicito informação quanto: -----

1. À bola que se encontrava no Ministério da Administração Interna; Se já foi devolvida com o envio dos contratos-programa para as obras da GNR do Paul e o novo edifício da GNR do Tortosendo. Na última Assembleia, o Senhor Presidente da Câmara disse que a bola se encontrava lá e, de lá para cá, espero que a bola já tenha sido devolvida; -----
2. Para quando a conclusão da obra no Ourondo no Largo da Carreira? Uma obra da Câmara que se encontra por concluir já lá vão mais de 6 anos, por aí; -----
3. Se o Hostel denominado “Ananda Valley”, na União de Freguesias de Casegas e Ourondo, se encontra devidamente licenciado quando se trata de um espaço em reserva ecológica e talvez classificado como zona de cheia; -----
4. Se a Câmara prevê a colocação de rails de proteção e sinalização vertical na estrada que liga Sobral de São Miguel às Pedras Lavradas e na estrada Ourondo-Parada, porque passar à noite nestas estradas, com nevoeiro, mete medo a qualquer condutor. O sentimento de falta de segurança é muito elevado pelo perigo e pela possibilidade de se ir pela encosta a baixo; -----
5. Qual é a solução proposta pela Câmara Municipal para os candeeiros com globos situados no Paul que se encontram inativos há mais de 10 anos, a degradar-se e que dificultam a mobilidade das pessoas? -----
6. Para quando a reabertura dos sanitários da cidade ou a colocação de outros mais modernos, como o Senhor Presidente da Câmara tem afirmado em várias ocasiões de colocar em funcionamento sanitários públicos no espaço da cidade? -----
7. Área dos Transportes no Tortosendo: se foi salvaguardado no Plano de Mobilidade a extensão dos transportes urbanos e respetivos passes e bilhetes à zona dos Maiorais de Cima; -----
8. Quanto ao material circulante dos transportes interurbanos do Concelho da Covilhã, nomeadamente na zona Sul do Concelho, têm sido vários os adultos e jovens que utilizam os transportes e que são transportados para as escolas da cidade que falam na falta de condições dos autocarros. Quem tem o dever de fiscalizar a qualidade do material circulante? Quem tem o dever de verificar se os mesmos têm o conforto mínimo para transportar pessoas? Quem pode intervir junto da empresa? -----
9. Questionar se existem estudos e se existe vontade quanto à circular da Covilhã ou uma outra via de acesso à Serra, alternativa à atual passagem pela Rua Rui Faleiro; -----
10. Questionar se é boa gestão da Câmara Municipal ou das empresas do universo municipal uma despesa de 360 mil euros, desde agosto de 2014 até janeiro de 2023 (8 anos e 4 meses), com os serviços jurídicos, com serviços de avença, quando penso que ainda mantemos o serviço, as avenças, o gabinete do Advogado Fontes Neves e quando temos serviços jurídicos organizados na Câmara Municipal. -----
Por que razão é que é necessária a contratação de outros serviços nestes valores e ao longo deste tempo? Se se verifica a necessidade, por que razão é que a Câmara não contrata profissionais juristas para os seus serviços, reforçando os Serviços Jurídicos da Câmara para dar resposta às necessidades que, durante 8 anos e pelo que parece, se verifica quer ao nível da *AdC*, quer ao nível da *ICOVI*, quer ao nível da Câmara Municipal? -----

Isto porque não entendo como é que a Câmara Municipal tem necessidade de contratar serviços jurídicos para o Coordenador, o Responsável dos Dados Pessoais. Será que na Câmara Municipal, nos Serviços Jurídicos, não existem juristas ou outros técnicos capazes de desempenhar estas funções? Era necessário contratar um jurista especificamente para esta função?" -----

- **Dra. Vanda Cláudia Raposo Cid Ferreira (PPD/PSD): (Doc.20)** *“Mais uma sessão da AM se realiza e já vamos na terceira após a grande catástrofe que se abateu sobre este território, a informação escrita não tem nada descrito sobre a recuperação e revitalização da área devastada pelos incêndios do verão passado. -----*

O documento continua a mostrar pouco mais que um trabalho de gestão corrente. Temos um resumo de todos os licenciamentos submetidos e para além disso, um resumo de atividades de comunicação e iniciativas culturais, que são de louvar mas que no nosso entender continuam aquém daquilo que poderia ser uma verdadeira agenda cultural para o concelho. Mas e o resto? -

Onde estão esplanadas as atividades mais prementes para a resolução de problemas graves e estruturantes para o concelho e para os nossos concidadãos? Não estão. -----

Onde está algo feito no âmbito da preparação dos incêndios de 2023? Onde está a aplicação do Programa de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela (PRPNSE) na componente que toca ao município? Continua-se a deduzir-se – se não consta do documento – que nada foi feito. Se, afinal, algo foi feito, então há uma falha de transparência, porque não o reporta ao órgão máximo do município. -----

Em qualquer um dos casos, é grave. Ou o município anda em pura gestão corrente na preparação do verão de 2023, ou então desrespeita a democracia local. -----

Na tal gestão corrente queremos voltar a salientar que o Sr. Presidente da Câmara continua a fazer nomeações em não eleitos, pessoas que não foram eleitas pelo povo para o exercício dessas funções. -----

Por sua vez, continuamos a ter, um nomeado que vai às reuniões da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela para tomar decisões. Nomeado esse que é Deputado Intermunicipal e que vai às respetivas sessões fiscalizar o que decidiu. Claramente um atentado à separação de poderes. Ah! mas se lá está (só de corpo presente) e não colabora na decisão então a Covilhã está claramente diminuída na sua representação, na sua comunidade intermunicipal. -----

Termino, novamente, com uma referência à informação financeira que continua a ser genérica e efetivamente pouco informa e não tem qualquer menção aos resultados da participação do município nas empresas locais e em quaisquer outras entidades, exigidos pela al. b) do n.º 2 do art.º 25.º da lei 75/2013.” -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra):** *“O Senhor Presidente da Câmara disse-nos, na última Assembleia Municipal, que em janeiro de 2023 iríamos reunir a propósito dos parques infantis e é para dar conta de mais um processo que a Junta de Freguesia da Boidobra recebeu da ASAE, não relativamente a questões de manutenção, mas sim a questões de propriedade e que*

nos foram passados dessa maneira e com o qual estamos confrontados e que não sabemos exatamente o que fazer. Ou seja, os parques foram-nos entregues sem soluções técnicas de modo a impedir o acesso a zonas de risco, sem os livros de inspeção e manutenção e, portanto, andamos a arrastar este assunto mais uma vez. -----

As juntas de freguesia estão confrontadas com esta questão e perguntava mais uma vez quando é que isto definitivamente será resolvido.” -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD):** “Volto a perguntar: qual é a necessidade de contratar um ex-membro socialista desta Assembleia Municipal, destacado militante, ao abrigo de um ajuste direto para o exercício de funções de assessoria jurídica relacionada com os dados pessoais por parte do Município? -----

E gostava também de perguntar outras duas coisas e fazer uma recomendação. -----

A primeira pergunta tem que ver com as obras que se iniciaram no passado mês de janeiro na Avenida Frei Heitor Pinto, que causaram grandes constrangimentos à circulação de pessoas e de veículos. -----

Não havia forma de se ter preparado estas obras informando as pessoas para saberem quais as alternativas de melhorar os acessos, de forma a que não prejudicasse o quotidiano dos cidadãos, como vimos que aconteceu pelo menos na fase inicial das obras? -----

A segunda pergunta é muito simples, mas que nos foi feita chegar por um munícipe e, cumprindo esta função de ponte entre o Município e a sociedade, cabe-me também transmitir a questão que foi feita: por que razão não podem animais de estimação entrar no Jardim das Artes? -----

Uma recomendação que deixo à Câmara, que tem que ver com uma moção já aprovada em 2008 nesta Assembleia Municipal para a toponímia em nome de Alçada Baptista. Fica a recomendação da nossa parte e também a questão ao Senhor Presidente da Câmara se e quando quer dar cumprimento a esta deliberação do órgão.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, após cumprimentar todos os presentes, passou a responder às questões colocadas. -----

“Uma questão muito concreta da Senhora Deputada Mónica Ramôa – dizer que está marcado o eixo da via no troço desta estrada entre Verdelhos e o Alto de São Gião e o Alto de São Gião e o Teixoso. As guias laterais entre o Alto de São Gião e a Atalaia já começaram também a ser colocadas e pintadas. Entretanto, segundo a informação do serviço, está prevista chuva já para amanhã e vamos interromper os trabalhos para depois os retomar. -----

A preocupação trazida pelo Senhor Deputado Reis Silva relativamente aos rails de proteção – peço a atenção dos serviços relativamente a essa justa preocupação. Em zonas onde há, efetivamente, perigo de sair do curso da estrada e se possa cair para alguma ravina ou para evitar maiores danos, que os rails de proteção lá sejam colocados para evitar que aconteça algo pior. -----

Empreitada da obra de requalificação do recinto lúdico e zonas sanitárias no Largo da Carreira, Ourondo – é, de facto, um “telenovelo”. Já decorre há muito tempo. Recordo que, por um despacho meu de 02 de fevereiro de 2021, foi determinada a aplicação de uma sanção no âmbito

do contrato, com o fundamento do incumprimento definitivo por parte do empreiteiro. A empreitada foi depois adjudicada; mais um prazo de execução; e, neste momento, é agarrarmos e fazemos uma nova contratação (sei que os serviços estão a trabalhar nesse sentido) para, de uma vez por todas, pôr termo àquela solução que é, a todos os títulos, desagradável, inestética e é algo que ultrapassa o Município porque ainda não temos o dom de evitar que quem é contratado não cumpra as obrigações do respetivo contrato. -----

Postos da Guarda Nacional Republicana (Tortosendo, Paul e Unhais da Serra) – no que diz respeito ao do Tortosendo e ao de Unhais, aguardamos, apesar de reiterar há poucos dias a um responsável político mais alto do que aqueles que têm tratado desse assunto... Espero que possa ter eco o mais rapidamente possível no sentido de podermos assinar o contrato interadministrativo. Nem o Senhor Presidente da Junta de Unhais, nem o do Tortosendo, nem eu próprio queremos terminar o mandato sem que essas obras estejam realizadas porque é de elementar justiça e significa que as populações foram atendidas dentro daquilo que eram as nossas prerrogativas e da nossa vontade de os bem servir. -----

O do Paul, que era aquele que estava mais avançado, sei que também o Senhor Deputado Vítor Reis Silva já tem informação detalhada. Estamos com um problema com a empresa que concebeu o projeto. Há também um deficit qualquer do ponto de vista técnico. Era aquele que estava mais avançado, era aquele que estava em primeiro lugar, mas, como diz o outro, não é como começa, é como acaba, e esperamos também que o do Paul tenha, o mais rapidamente possível, a solução deste mesmo problema. -----

Relativamente aos parques infantis, lamento mas não consegui, durante o mês de janeiro, reunir toda a informação e os elementos de que necessito, que são complementares, no sentido de poder “negociar”, propor e resolver com os senhores presidentes de junta. Reitero que cada junta tem as suas especificidades e necessidades, daí dizer que procurarei falar individualmente com todos, mas há um preço padrão. Não é fácil encontrar um modelo que sirva a todos, mas tem que se encaixar, na medida do possível, a todos, com um preço que seja razoável, ajustado e proporcional que sirva o propósito de se comprar material e equipamento adequado para que sirva as crianças que o possam utilizar com segurança e com comodidade. -----

Não consegui que durante o mês de janeiro fosse possível resolver o problema, mas vou procurar que ele o seja o mais rapidamente possível. -----

Relativamente ao Belo Zêzere, todo o procedimento está feito para que, até ao final da Primavera, assim que o tempo melhorar, se resolva o problema. Alcatroar está fora de questão a não ser em casos muito extremos, numa operação que se possa realizar em poucos dias e quando é previsível que se possa executar em curto espaço de tempo. Outra coisa diferente é falarmos do alcatroamento de grandes vias e, neste momento, manda o bom senso, manda a razoabilidade e manda o princípio da economia de meios que vamos apenas conseguindo remediar aquilo que é possível remediar com os serviços e materiais que temos, no sentido de evitar males maiores. ----

Temos provas dadas nos nossos mandatos que, apesar das dificuldades financeiras e do estado calamitoso em que as estradas estavam, fomos ao longo dos anos melhorando sempre aquilo que era possível fazer-se. Temo-lo feito e isso foi reconhecido pelas populações. Estou a falar desde do Sul ao Norte do Concelho e, obviamente, dentro da cidade, sendo que agora vamos dar uma

especial atenção aos passeios. O nosso plano é o de intervir tanto quanto possível em tudo quanto for passeios que estejam em mau estado ou danificados nos espaços dentro da cidade da Covilhã.

É um problema que tem décadas. Não estou a alijar, nem estou a enjeitar responsabilidades relativamente àquilo que ainda não foi feito, mas a verdade é que também não conseguimos fazer tudo. E as obras causam sempre incómodos, prejuízos e transtornos. Por mais informação e por mais acompanhamento que se dê, elas incomodam e só são boas depois de estarem prontas. -----

Os passeios são, de facto, uma prioridade na cidade e obviamente em todo o Concelho. Mas, na cidade, têm uma utilização particularmente intensa, sem descurarmos obviamente, através dos senhores presidentes de junta, aquilo que é possível fazer-se também nas freguesias. -----

Questão transversal e intensamente discutida ao longo desta sessão da Assembleia Municipal: Contrato de Concessão. -----

Parece que estamos a falar de um extraterrestre ou de um objeto voador não identificado que aterrou aqui na Covilhã e que nunca ninguém se tinha apercebido que ele existia. -----

Quanto à forma, já foi aqui questionado do formalismo ou do calendário da discussão e depois já lá vamos ao conteúdo. É verdade que, do ponto de vista contratual, esta concessão entrou em vigor no dia 1 do corrente mês, ou seja, a semana passada. Porém, como tiveram a oportunidade de constatar e por razões profusamente difundidas por nós e pela empresa concessionária, ela vai entrar em funcionamento de forma faseada por vicissitudes várias que agora não vêm aqui ao caso, mas estão até parte delas (não todas) previstas no contrato. -----

Estamos a 3 meses da entrada em vigor do estacionamento, do parqueamento, do pagamento dos lugares tarifados e não estamos a tempo dessa discussão? Não viemos a tempo para discutir esse assunto? Isso foi apresentado aos Covilhanenses do dia para a noite? Por favor! Estamos a 3 meses! 3 meses não é antecedência suficiente para esclarecer? E não é para esclarecer pela primeira vez! Já falámos disto várias vezes! É para aprofundar a discussão com a realização de uma sessão de esclarecimento pública, com sessões de Câmara onde os Senhores Vereadores têm toda a liberdade e toda a latitude de expor, de perguntar e de questionar, de depois aos senhores jornalistas dizerem o que se lhes oferece sobre o assunto? Dá a ideia de que estamos a tratar de uma coisa escondida, esconsa, uma coisa que está debaixo do tapete ou na manga do casaco!-----

Estamos a falar de uma coisa objetiva, de um contrato que foi discutido desde 2018. Há 5 anos que andamos a falar nisto! Claro que passou pela contratação. Dizem que é das melhores empresas, senão a melhor empresa portuguesa, nesta área em termos de consultadoria e essa empresa deu a informação pertinente quando foi necessário. Trouxemos o diretor da mais importante revista portuguesa sobre mobilidade; veio o Presidente da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes a uma sessão onde estiveram presentes especialistas da Universidade da Beira Interior que colocaram questões a quem ali expôs o nosso plano de mobilidade; e ali foi falado de tudo isto (preçário, custos, o que iria ser ou não tarifado). -----

A questão aqui e que as Oposições pretendem fazer é tirar partido daquilo que aqui já foi dito, por acaso, com inteligência e lucidez: é que isto é revolucionário. Já veio aqui um senhor deputado, e bem, dizer que este sistema era disruptivo. Por ser disruptivo, coloca a questão e põe o acento tónico na profunda mudança que vai ser feita. -----

Ao longo destes anos todos que andámos a tratar desta problemática do Sistema de Mobilidade da Covilhã, o que oiço e aquilo que apreendo (não sou especialista nem tenho pretensões em questões de mobilidade) é que é uma coisa que é de mediana clareza e de mediana compreensão, acessível ao comum do cidadão. Está mais que provado que só é possível, por exemplo no estacionamento, facilitar a vida aos comerciantes/prestadores de serviço/empresas sobretudo se houver ou existir, junto à entrada ou perto dos seus estabelecimentos, estacionamento tarifado. Caso contrário, e sabemos que é tendência humana, as pessoas chegam lá, estacionam o veículo, vão à sua vida e o cliente do cabeleireiro/advogado/engenheiro/arquiteto/médico tem que ir pôr o carro sabe-se lá aonde para poder tratar da sua vida nesses contextos. -----

Tarifar não é punir. Não é tratar mal as pessoas. Não é desconsiderá-las. É impor regras de respeito mútuo e recíproco que decorre da nossa vida em sociedade.-----

O que é que as Oposições tentaram fazer? “Olhe lá, isto aqui é um negócio chorudo para aquela empresa! Vêm aí uns capitalistas e tal... vêm aí com o monopólio... agarram nisto e vão sorver e absorver o dinheiro todo dos Covilhanenses com o estacionamento das viaturas nestas zonas!” Depois agarram-se a pormenores que são facilmente explicáveis, desmontáveis e esclarecidos porque são objetivos, claros e inequívocos. -----

Dou-vos o exemplo típico do número de lugares. No contrato, e a redação não é feliz (que é, no fundo, a reprodução do caderno de encargos que, por sua vez, também não é feliz), inculca aparentemente a ideia de que o estacionamento à superfície seria de 1000 lugares. Não. O que se pretendeu foi que na totalidade, ou seja, somando os parqueamentos em subterrâneo com os que estão à superfície é que não podem ultrapassar os 1000 lugares. -----

Concorreram 8 empresas, já agora, e parece que isto foi uma adjudicação direta! Todas elas tiveram a oportunidade de apresentar as suas propostas. Uma delas veio perguntar: “esclareçam lá afinal quantos lugares é que são”. Há uma informação, que foi dada pelos nossos serviços, a dizer exatamente o que vos acabei de dizer: os 1000 é o somatório dos lugares nos silos com os da superfície. -----

Aqui em cima, tínhamos 148 lugares num universo de 920 lugares. Em 920 lugares que existem aqui na zona histórica da cidade, vamos à superfície fazer aquilo que já estava feito, ou seja, vamos continuar a dar cumprimento e a tarifar aquilo que já estava sinalizado; e depois lá em baixo, para gerar equilíbrio, para facilitar a vida às empresas, às famílias e às pessoas no Sul da cidade. Nada disto é penalizar quem quer que seja. -----

O custo do 2.º e 3.º veículo – uma coisa é aquilo que diz a cláusula e outra coisa é aquilo que, entretanto, se entendeu fazer, que a empresa entendeu fazer, que é custear metade do que lá está. São incentivos também aos próprios cidadãos e, se calhar, um incentivo à própria empresa. Não podemos evitar que alguém cobre menos do que está lá. Podemos evitar que alguém cobre mais, mas não podemos evitar que alguém cobre menos. É favorável aos nossos concidadãos. Não vejo qual é que é o problema. -----

Outro papão: “vejam lá que neste contrato a Câmara vai pagar 21 milhões de euros!” Isto é um absurdo. A cláusula é imposta pelo Código dos Contratos Públicos no seu artigo 410.º. Está lá a dizer que todos os contratos de concessão têm que ter um valor. Perguntam: “estão lá 21 milhões,

mas a Câmara anda a dizer que vai pagar 9.170.000 euros. Sim. Nem mais um tostão! A Câmara Municipal da Covilhã não vai pagar à concessionária nem mais um tostão do que estes 9.170.000 euros que estão contratualmente previstos. -----

E mais, fazendo um pequeno parêntesis: não fora a pandemia, o valor seria até substancialmente inferior. Não se esqueçam que o caderno de encargos é elaborado em plena pandemia. O que aconteceu foi claramente isso. -----

O que significam estes 21 milhões? São os custos das mercadorias que esta empresa há de adquirir, os fornecimentos e serviços externos, os gastos com o pessoal, as perdas por imparidade, as perdas por reduções de justo valor, as previsões do período, outros gastos e perdas, gastos e financiamentos, ... Ou seja, é o volume de todo o dinheiro que vai ser movimentado por esta empresa durante estes 10 anos. Isto não significa que os Covilhanenses tenham que acrescentar, através do erário público, mais um tostão que seja. A Câmara Municipal da Covilhã e o Município da Covilhã vai pagar 9.170.000 euros. -----

Mais ainda: este valor é inferior ao valor que pagávamos em 2019 pela manutenção, conservação e tudo o mais que tem a ver com os funiculares, elevadores, abrigos de passageiros e com a concessão. -----

Retenham só este número (e está documentado): -----

À época (2018 salvo erro), pagávamos 600 mil euros/ano só pelos autocarros. A certa altura, tivemos que criar mais 3 carreiras por causa dos transportes escolares e passou para 750 mil euros. Sabem quanto é que custa aproximadamente manter o Silo-Auto? Cerca de 120 mil euros. Sabem quanto é que custa também manter os elevadores, aproximadamente? Outros 100 e poucos mil euros. Somem 750 com mais de 200 e tal mil euros e estamos a falar de 1 milhão de euros/ano. --

Se, neste contexto inflacionista e de pandemia, vamos pagar, nos primeiros 2 anos, 910 mil euros e depois baixando para 800 até ao final do contrato, é só fazer as contas. -----

Tivemos a preocupação de que, com esta concessão, o Município não tivesse mais encargos do que tinha antes deste contrato, ou seja, é o mesmo do que o de 2019 com um acréscimo que não é de desconsiderar: vamos ter bicicletas elétricas e trotinete; temos 2 carreiras para a Serra que vêm valorizar a nossa terra sob todos os pontos de vista e vem facilitar a vida das pessoas. Não vejo ninguém ter a coragem de dizer que isso é positivo. -----

Isto é um serviço integrado. É um serviço inovador, tão inovador que o responsável pela Autoridade da Mobilidade e dos Transportes disse que não conhece nenhuma cidade no mundo onde os residentes não paguem pelo 1.º veículo estacionado, paguem 1,25€/mês pelo 2.º veículo e 2,50€/mês pelo 3.º veículo. -----

Este sistema é também inovador em Portugal porque é um sistema integrado, é um sistema onde toda a mobilidade está integrada. -----

Publicidade – O Município vai ter 25% da publicidade do espaço publicitário existente e que foi concessionado, ou seja, a Câmara Municipal, as associações (através da Câmara Municipal) e outras entidades de relevante interesse público poderão publicitar as suas ações de forma bonita,

agradável e visível nos renovados, requalificados e modernos 50 abrigos de passageiros que vão existir na nossa cidade. -----

Depois, quem vem das nossas aldeias e vias mais periféricas, relativamente à cidade da Covilhã, pode utilizar o mesmo passe para circular no espaço urbano e não pagam mais por isso. E, por isso obviamente, os estudantes não vão pagar mais por isso. Estamos aqui a garantir a gratuidade deste serviço nos termos em que o propusemos durante 10 anos. Há uma coisa que têm a certeza: com o PS a governar, vocês durante 10 anos terão sempre aqui este benefício. Não tenho a certeza se tal aconteceria com as oposições a governar caso lhes fosse concedido esse direito, esse privilégio por parte dos nossos concidadãos. -----

Este contrato visa proteger e garantir que os nossos concidadãos tenham bons serviços: autocarro, trotinetas, bicicletas, funiculares, elevadores, ..., estarem confortáveis nos seus abrigos de passageiros; os nossos comerciantes, famílias e empresários não serem onerados nem prejudicados pela inexistência de tarifas em sítios cruciais da nossa cidade. -----

Em suma, vamos ter melhores serviços a preços de 2019 naquilo que diz respeito ao que o Município vai despende com a totalidade da concessão e os nossos concidadãos não vão pagar pelos seus passes e pelas suas viagens mais do que estavam a pagar em 2019... e olhem que já temos em cima uma pandemia e uma inflação sem precedentes (há 32 anos que não temos esta inflação). É um feito do ponto de vista político conseguirmos que uma concessão desta natureza não tenha esta atualização face à inflação de que estamos todos a ser vítimas. -----

Foi aqui perguntado o que vai ser no futuro. É o que diz a Lei. As atualizações serão as que decorrem da Lei. -----

Relembro que, por mais que tentem lançar o labelo da falta de transparência, de esclarecimento, de incumprimento do que quer que seja, este contrato foi visto à lupa, foi filtrado, andou mais de um ano na Autoridade da Mobilidade e dos Transportes e na Autoridade da Concorrência. A concorrência é hoje vista ao pormenor, à lupa, ao microscópio e depois sindicada pelo Tribunal de Contas que é e está (e bem) cada vez mais exigente com as entidades públicas no que diz respeito à aplicação de dinheiros públicos. -----

Por conseguinte, tendo sido esta concessão filtrada, sindicada, monitorizada, ... obviamente que está em condições de arrancar de forma faseada.” -----

- **Dra. Joana Petrucci Dias Rocha (CDS-PP):** “Relativamente aos estudantes, a pergunta não foi se pagariam mais por usufruir dos transportes na cidade. O que perguntei foi: o que é que está previsto para o transporte desde a aldeia onde vivem, da freguesia mais distante do centro até à cidade, e não dentro deste sistema de mobilidade.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** venceu que “o nosso Concelho tem dois sistemas a funcionar em simultâneo: um suburbano, cuja autoridade de transporte é a Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela; e outro que é o nosso sistema urbano de mobilidade.

O que é possível é que aquele passe sirva para aqui, que os estudantes que residem em São Jorge da Beira, Sobral de São Miguel, Paul, Vale Formoso, Verdelhos, ... tenham os mesmos direitos daqueles que vivem cá dentro da cidade. -----

Porque as autoridades de transporte são diferentes e os contratos são diferentes tem que haver transbordo. Poderá, às vezes, não existir, mas isso será um problema de articulação entre as carreiras. Imagine que alguém vem, por exemplo, de Sobral de São Miguel e chega ao Tortosendo e apanha o autocarro para a Covilhã. Poderá dar-se a coincidência de o autocarro vir direto de lá aqui à Covilhã. Basta inscreverem-se na plataforma e têm acesso automático a este direito. -----

A bem deste assunto, porque insinua-se sempre de forma torpe e as mentes mais doentias utilizam este tipo de conversa, deixem-me dizer que na eletricidade estamos a falar de funiculares e nas docas e isso é património municipal. A eletricidade é nossa e, sim, somos nós que pagamos. -----

Ao longo do tempo, os nossos concidadãos vão aperceber-se das virtudes e da importância deste sistema integrado que temos, que até nos permite fiscalizá-lo melhor. Temos um gestor de contrato e uma equipa que vai acompanhar para fiscalizar o cumprimento disto. Vai ser visto, da nossa parte, à lupa e vai haver relatórios para esse efeito. -----

Foi colocada aqui também a questão de, naquelas zonas que estão marcadas a amarelo e a verde, quem nos garante que no futuro não sejam transformadas em estacionamento tarifado. Garantimos que não. Por isso é que há esse grupo de trabalho que vai monitorizar, acompanhar e fiscalizar de forma apertada o cumprimento desse contrato.” -----

Aquando do encerramento da discussão deste ponto da Ordem de Trabalho, o Membro Municipal **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)** solicitou o uso da palavra, solicitação recusada pelo Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** justificando que o assunto já tinha sido debatido suficientemente na Assembleia Municipal e na sessão de esclarecimento. -----

O Membro Municipal **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)** contestou dizendo que “a sessão de esclarecimento não substitui a Assembleia Municipal e o Senhor Presidente da Câmara está aqui na qualidade de membro titular de um órgão público para prestar esclarecimentos aos senhores Deputados. Não está aqui para prestar esclarecimentos quando quer e quando lhe apetece. O Senhor Presidente mentiu ao dizer que o valor do contrato mete combustível da empresa porque não é isso que lá está.” -----

O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** encerrou a discussão do presente assunto, tendo passado ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. -----

**2.2 – TOMADA DE CONHECIMENTO DAS DECLARAÇÕES AO ABRIGO DA ALÍNEA A) E B)
DO N.º 1 DO ARTIGO 15.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, ALTERADA PELAS
LEIS N.OS 20/2012, DE 14 DE MAIO, 64/2012, DE 20 DE DEZEMBRO, 66-B/2012, DE
31 DE DEZEMBRO, E 22/2015, DE 17 DE MARÇO**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 13 de janeiro de 2023, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para conhecimento, através do ofício n.º 332 de 17.01.2023 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foi interveniente o Senhor **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU - PCP/PEV)** que referiu ter verificado “que temos a declaração da Câmara afirmando não existir pagamentos em atraso. -----

Mas, em relação aos recebimentos, estive a comparar com os mapas de 2020 e de 2021 e não sei se fico preocupado com a capacidade da Câmara cobrar as dívidas ou se fico contente. Diria que, em muitos setores, a população não paga, os utentes não pagam - mas como sei que nas organizações temos que nos preocupar com as receitas e com as despesas -, mas verifiquei que praticamente em todos os itens há um aumento significativo, há casos em que se mantem já há 3 anos os mesmos valores. -----

Admito que os 2 anos de pandemia tenham provocado um pouco essa situação. São valores que transitam de ano para ano. Não sei se não existe, em termos contabilísticos, outra forma de resolver isto. Se existem dívidas que não são cobráveis, não sei se é legítimo mantê-las enquanto dívidas.” -----

--- ***A Assembleia Municipal da Covilhã tomou conhecimento das Declarações ao abrigo da alínea a) e b) do n.º 1 do artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 20/2012, de 14 de maio, 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro, e 22/2015, de 17 de março.*** -----

2.3 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS – CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE PONTOS DE CARREGAMENTO DA REDE PILOTO DE MOBILIDADE ELÉTRICA (PETROGAL, S.A.) - LICENÇA DE UTILIZAÇÃO PRIVATIVA DO DOMÍNIO PÚBLICO - PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO E A MOBI.E

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 03 de fevereiro de 2023, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, através do ofício n.º 773 de 03.02.2023 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para

todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- O Membro Municipal **Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes (CDS-PP)** pediu a palavra **para arguir que, nos termos do artigo 70.º do Código do Procedimento Administrativo, não iria participar e votar o presente assunto por impedimento legal.** -----

--- Submetido o assunto à apreciação foi interveniente a Senhora **Doutora Mónica Cristina Cerqueira Ramôa (CDU - PCP/PEV)** que fez intervenção que, a seguir, se transcreve: **(Doc.21)** -----

“A construção de uma sociedade de baixo carbono, contribuindo para o esforço global de não se exceder o aumento de 1,5° C na média da temperatura global até 2030, deverá ser uma prioridade e é um ato de inteligência. A mobilidade elétrica concorre para esta sociedade de baixo carbono, embora, encerre em si própria, outras questões, ambientalmente preocupantes, como é o caso da exploração de lítio, utilizado nas baterias, entre outros aspetos ecologicamente duvidosos. -----

Não colocando em causa a necessidade de abandonarmos o uso dos combustíveis fósseis, que é, aliás, urgente, não se compreende por que razão quer este executivo da CMC, assinando um protocolo, em 2017, isentar a Petrogal, SA, do pagamento de taxas pela concessão de exploração de pontos de carregamento da rede piloto de mobilidade elétrica, ainda que não haja taxas específicas para esta situação, mas há outras, aplicáveis. Mesmo que o Município não soubesse quem seria o concessionário, poderia, facilmente, intuir que seria sempre uma empresa robusta. Justamente a Petrogal SA, cuja fonte de lucros ao longo de décadas se deve à exploração de combustíveis fósseis, contribuindo para o aumento do efeito de estufa. Aliás, vivendo à custa dele! Por outro lado, por que razão quer a CMC dar esta bonificação de exceção, a uma empresa que pertence à GALP. Galp que em 2022 obteve 750 milhões de euros. -----

Repito: 750 milhões de euros de lucro. E todos sabemos quanto nos custou, com o aumento dos combustíveis, esses lucros. Mais... , destes 750 milhões de euros de lucro, a Galp distribuiu 570 milhões de euros aos acionistas. Perguntamos: precisará a Petrogal, SA deste modesto (à sua escala) incentivo, por parte da Covilhã, para este território figurar na rede piloto? Não vos parece um pouco escandaloso? O dinheiro dessas taxas pagas pela Petrogal, SA, nesses, 5 anos, poderia, por exemplo, ser utilizado para pintar passadeiras no Teixoso ou sinalizar estradas municipais como, por exemplo, a EM 501 que liga Teixoso-Sarzedo-Verdelhos... entre tantas outras, a necessitar de intervenção, por todo o concelho! -----

Relativamente à licença de utilização privativa do domínio público, pelo período de 10 anos, o protocolo, melhor dito, o contrato, entre o Município e a Mobi.e, assinado em dezembro de 2020, parece-nos desfasado do que é o interesse público. A decisão do Município da Covilhã de conferir, ou querer conferir, licença de utilização privativa de terreno de domínio público, por 10 anos, a uma empresa tão rentável, como esta, parece-nos desadequada. Porquê tantas facilidades? Nestes postos de carregamento, há muitas taxas e taxinhas que o utilizador tem de pagar... eles, os operadores, nada perdoam,... não são sensíveis ao esforço feito pelos cidadãos para a descarbonização da sociedade. O operador, o OPC, ou seja, ... a Mobi.e, não prescindirá de

nenhuma taxa ou taxinha, aos munícipes que lhes estão a ceder graciosamente a utilização privada do domínio público municipal... Caso esta Assembleia assim o decida. -----

Isto em nada contribui para a construção da sociedade de neutralidade carbónica... Talvez a Autarquia ter optado por transportes públicos elétricos ou a hidrogénio, fosse uma solução mais amiga do ambiente.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Isenção do Pagamento de Taxas – Concessão de exploração de pontos de carregamento da rede piloto de mobilidade elétrica (Petrogal, S.A.) - Licença de utilização privativa do domínio público - Protocolo entre o Município e a MOBI.E*** - foi a mesma ***aprovada por maioria com 34 votos a favor (PS, PPD/PSD, CDS-PP, Movimento “Covilhã Tem Força” e todos os Presidentes de Junta/Uniãos de Freguesia(s)) e 3 votos contra (CDU - PCP/PEV).*** -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, o Senhor Dr. Afonso Manuel Mousaco Gomes (PS) e os Senhores Presidentes das Uniãos de Freguesias de Covilhã e Canhoso e Peso e Vales do Rio. -----

2.4 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA A TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS ESTABELECIDAS PELO DL N.º 55/2020, DE 12 DE AGOSTO – DESCENTRALIZAÇÃO NO DOMÍNIO DA AÇÃO SOCIAL – ACORDO SETORIAL DE COMPROMISSO ENTRE O GOVERNO E A ANMP – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 03 de fevereiro de 2023, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido ao abrigo do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e para os efeitos do disposto no artigo 4.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, conjugado com o artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, na sua atual redação, através do ofício n.º 774 de 03.02.2023 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Senhores: -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** “Em setembro do ano passado, nesta Assembleia, questioneei o Senhor Presidente da Câmara sobre esta matéria. -----

Questionei nomeadamente sobre se tinha havido reconhecimento de que o Município não tinha condições para assumir esta competência, como era exigido pela anterior versão da Lei até março do ano passado; -----

Questionei se existiam condições físicas para assegurar um entendimento digno e seguro para os utentes e técnicos; -----

Questionei se estavam asseguradas as transferências de pessoal da Segurança Social que trabalhavam nestas áreas ou se era previsto contratar novos técnicos; -----

Questionei que garantias orçamentais existem ou existiam para o cumprimento das obrigações decorrentes desta matéria, mas sobretudo para questionar a autonomia orçamental municipal que garanta a efetiva execução sem constrangimentos ou sujeições a deliberações políticas; -----

Perguntei o que estava a ser feito para assegurar que não houvesse a tentação da interferência dos responsáveis municipais na atribuição direta de subsídios; -----

Pedi que, para haver este controlo, se criasse ou pelo menos se assegurasse que existissem mecanismos, nomeadamente a participação de membros da Assembleia no acompanhamento e na implementação destas competências. -----

Passados 6 meses, estamos cá e tenho de fazer duas declarações: -----

1. Percebemos que na altura o Senhor Presidente da Câmara nada me respondeu, como é habitual nalgumas matérias, porque de facto também ele nada sabia sobre às quantas anda o Governo e as Câmaras e os Municípios nesta matéria; -----
2. Estamos a assistir a outro desastre de transferência de competências. -----

Tal como aqui foi reconhecido pelo Senhor Presidente da Câmara em março - salvo erro - do ano passado no que diz respeito à transferência de competências na Educação, o Senhor Presidente assumiu que, de facto, as coisas não estavam e não estão a correr bem. E, nesta matéria, vamos pelo mesmo caminho. -----

Percebemos agora que o Governo, à última da hora (no dia antes do final do prazo para a implementação das competências, 31 de dezembro - a Lei foi publicada no dia 29 de dezembro), vem atabalhoadamente, e depois de andar com as negociações com a Associação Nacional de Municípios, dizer duas coisas que são importantíssimas: que, de facto, vai haver contratação de pessoal para esta matéria; e que nada estava feito para que esta competência fosse transferida. -

E querem-me dizer que até abril está tudo pronto! Estamos em fevereiro! -----

Reitero as mesmas perguntas. Reitero as mesmas questões. -----

Também não posso deixar de dizer que, como se disse na altura e porque só se assumiu infelizmente que as competências na Educação estavam a correr mal, era uma evidência e foi falado por toda a gente, nomeadamente por aqueles autarcas que têm poder e capacidade de dizer ao Governo que não está a trabalhar bem e que está a penalizar os municípios. -----

Na semana passada ouvimos dois autarcas das principais cidades do país (Porto e Lisboa) dizer que o Governo anda a brincar às transferências de competências. -----

O que me dana nem sequer é a triste figura dum município como o da Covilhã em brincar também às transferências de competências. O que é lamentável e reprovável é o Município, as pessoas e os Covilhanenses serem um juguete desse jogo, serem eles o objeto da brincadeira. Estamos a falar de uma coisa demasiado séria para que se possa brincar com ela. -----

Está na hora, de facto, de a Câmara, 6 meses depois de lhe terem perguntado se tinha competências, capacidade e se estavam preparados para fazer isto (e não basta vir dizer 6 meses depois que não tem), não só assumir que não tem para prorrogar o prazo, mas reconhecer que a Oposição também faz um trabalho válido, chama a atenção para aquilo que é importante, antecipa o que é a asneira deste Município e deste Governo. Depois, nós é que somos os maus!” -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD):** “O Senhor Presidente da Câmara já disse aqui, se não estou em erro em abril ou junho do ano passado, que a transferência de competências não estava correr como prevista. -----

Dois anos antes avisámos que não devíamos aceitar a transferência de competências porque não vinha acompanhada do envelope financeiro próprio e dos meios técnicos logísticos para a sua execução. -----

Mais uma vez vimos a uma Assembleia prorrogar a aceitação de competências numa área altamente sensível para o Município e de difícil gestão. -----

Não precisamos de entrar nos vários problemas que pode ter a legislação em causa. Todos aqui sem exceção, e estou certo, somos defensores da descentralização de competências para as autarquias que são aquelas que estão mais próximas dos cidadãos e, portanto, que melhor poderão responder às suas carências e às suas necessidades e defender os seus interesses. -----

Senhor Presidente da Câmara, o desafio que a bancada do PSD aqui faz é que nos acompanhe na denúncia veemente das condições que não estão asseguradas para que o Senhor e a autarquia que preside, para que todos nós possamos dar resposta às necessidades das pessoas numa competência que - como aliás as outras também, mas esta em particular -, é essencial para o desenvolvimento da comunidade local.” -----

- **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS):** “Em nome da bancada do Partido Socialista, quero saudar o Senhor Presidente da Câmara e o Executivo Municipal pela forma responsável e coerente como tem gerido este processo muito importante de descentralização de competências do Estado para as Autarquias Locais. -----

É comum e frequente dizermos que Portugal é um país profundamente centralista; que o Governo da Nação e que o Governo de Lisboa centraliza em si todas as competências, todos os recursos e todas as capacidades de ação. -----

Quando, por um lado, se consegue entrar e iniciar uma política de descentralização, vimos depois dizer que somos incapazes e incompetentes de a executar. Quero, por isso, saudar em nome da bancada do Partido Socialista, o Executivo Municipal por, por um lado, ter aceite estas competências, mas mais do que ter aceite estas competências por estar a fazer uma gestão rigorosa, coerente e responsável da sua aplicação porque só assim se compreende que se perceba

a necessidade de vir prorrogar o prazo da aceitação destas competências exatamente para que se faça esta gestão coerente e responsável da aceitação das competências, como tem demonstrado até aqui. -----

É óbvio que é um desafio. É um desafio para a administração local, para os serviços dos municípios, para a classe política municipal e, provavelmente, nem todos estarão à altura. Mas estou convencido que o Município da Covilhã vai, como até aqui, responder presente e vai ser capaz de executar com capacidade todas as competências que lhe são transferidas e delegadas do estado central, como tem feito até aqui sendo que, neste caso concreto, aquilo que aqui nos traz é a prorrogação do prazo para aceitar estas competências da Ação Social e parece-nos, da parte do Partido Socialista, que esse prazo deve ser concedido porque, naturalmente, é o Executivo Municipal que conhece as condições que tem para executar estas deliberações.” -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU - PCP/PEV):** “Em relação à transferência de competências, dizemos que politicamente é uma asneira não só do PS, mas também do PSD (o PSD também esteve neste procedimento do Estado). -----

Aquilo que dizemos é que, em primeiro lugar, é uma questão de princípio. A transferência de competências para os municípios não assegura a universalidade dos serviços e quem tem a competência ou pelo menos quem tem a responsabilidade e a capacidade de garantir no território nacional que todos os cidadãos são tratados da mesma forma nestas áreas (Educação e Serviços Sociais) só o Estado o pode garantir. E, desde o início deste processo, sempre dissemos “não concordamos com isto” porque é transferir para os municípios e para as câmaras competências que só a Administração Central pode garantir na equidade, universalidade, ... São princípios que devem estar presentes. -----

Verificamos na área da Educação, e já aqui o foi referido, tratamentos diferenciados de concelho para concelho, de acordo com as decisões dos decisores políticos em cada concelho. Há concelhos aqui ao lado que mantiveram o regime da fruta escolar e nós não o mantivemos. A privatização das AEC's é outra área que possibilita esta delegação de competências. -----

Depois há a questão financeira. A delegação de competências na área dos transportes escolares, por exemplo: a Câmara gasta muito mais do que aquilo que o Ministério da Educação transfere para a Câmara. Portanto, há aqui também a questão do equilíbrio financeiro das câmaras municipais. Aquilo que se verifica é que, com esta transferência de competências, o Estado, a Administração Central está a transferir encargos para as câmaras municipais. -----

A perspetiva é, como é evidente, a Administração central reduzir custos e transferir encargos. E, se repararem bem e se tiverem o cuidado de ler e de verificar todos os mapas que vêm neste acordo sectorial que está anexo, o que acontece é que, neste momento (está no preâmbulo da Lei), só 104 municípios é que aderiram no país. Porquê? Porque nesta área do serviço social, para além de ser sensível, é imprevisível aquilo que é necessário alocar e aquilo que é necessário investir nesta área. Depois as questões que já foram aqui colocadas: quem é que vai atribuir os subsídios, quem é que vai atribuir as candidaturas às famílias e às pessoas que necessitam do rendimento social de inserção. Se funcionar como na Segurança Social, sei como é (estive lá 4 anos no Núcleo da Inserção Local) e aí eu sei como é que se faz e como se articula com as diferentes

entidades. Isto implica que a Câmara monte uma estrutura muito semelhante para articular com outras estruturas da educação, da saúde, do emprego, ... Todos eles têm que intervir neste processo. -----

O Governo, verificando a não adesão da maioria dos municípios, tenta aqui, através do acordo sectorial, convencer os restantes municípios reforçando as verbas, atribuindo verbas para a contratação de pessoal, para instalações porque a maioria dos municípios não aceitavam as primeiras propostas. -----

Confirma-se aquilo que o PCP diz a nível nacional e dizemos também aqui. Afinal de contas, existia e continua a existir, na nossa opinião, a transferência de encargos. Se as câmaras tivessem assinado logo essa transferência, a Associação de Municípios não estava hoje a negociar com o Governo para o reforço das verbas. Afinal de contas, havia falta de verbas. Havia falta de dinheiro.

Se há atualmente este novo acordo sectorial, se o Governo aceita reforçar e gastar quase o dobro daquilo que tinha previsto, é porque o tal envelope financeiro ficava muito abaixo daquilo que era desejável. E, na nossa opinião, continua a ficar abaixo daquilo que é desejável. Atenção que estamos a falar, entre famílias e pessoas que têm acesso ao rendimento social de inserção, à volta de 400. É um sector onde a Câmara, ao aceitar esta transferência, terá que investir em recursos humanos, em estrutura e dar resposta a tudo aquilo que são as carências das populações e já aqui foi referido pela minha Camarada Mónica quanto à questão da habitação e das condições em que as pessoas vivem. A Câmara passa a ter o dever de intervir também nessas áreas porque era nessas áreas que a Segurança Social tinha intervenção e vai deixar de ter com a aceitação desta transferência de competências. -----

Diria que não existe aqui descentralização, como foi afirmado. Há aqui é uma desconcentração de serviços. A verdadeira descentralização só se realiza com uma administração mais próxima das populações e a regionalização é que deveria dar resposta à descentralização e à sucessão de novos desafios e novas competências. -----

Na nossa opinião, e face à prorrogação do prazo para uma decisão, quanto mais tarde melhor, mas neste momento não é uma decisão de grande responsabilidade decidirmos a prorrogação do prazo para que a Câmara Municipal possa verificar se tem ou não tem condições para aceitar as competências.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** referiu não ter “uma visão idílica desta questão, nem a diabolizo. Sou coerente. -----

Há cerca de um ano, sendo intelectualmente honesto, vim aqui dizer que, no domínio da Educação, não estava a correr como prevíamos, desejávamos e antevíamos. Por razões óbvias, podia ter omitido, estar caladinho e deixar correr o marfim como se costuma dizer. Mas não. Tive a frontalidade, a franqueza e a lealdade para com os Senhores de lhes dizer que não estava muito contente de como estava a correr. -----

Sou adepto da descentralização. À época sempre se me afigurou que era a decisão mais acertada. A questão do PCP é uma questão mais intrincada e mais extremada do ponto de vista ideológico. É legítima. É a que têm. Mas acho que hoje ninguém tem dúvidas de que quem está mais próximo

governa melhor. Nem em todos os domínios, verdade seja dita. Por exemplo, já agora e não querendo reabrir nenhuma guerra, andava-se por aí a insinuar que o Governo queria transferir para os presidentes de câmara a colocação dos professores. Isso seria um absurdo. Portugal ainda não evoluiu o suficiente, do ponto de vista cultural, para chegarmos a um patamar em que, de forma muito isenta e objetiva e com sustentação técnica, um presidente de câmara, nos contextos em que exercemos o poder em Portugal, faça essas colocações. Sempre que ouvi falar em tal coisa, fui contra. -----

Ao constatarmos que, efetivamente, as coisas na Educação não estavam a correr como pretendíamos, o que é que fizemos? Nós autarcas, que temos representação na Associação Nacional de Municípios Portugueses, entre pares e de forma transversal ao espectro partidário (excecionalmente obviamente os meus colegas presidentes de câmara do PCP que foram sempre coerentes e claros nisso), conversámos, pressionámos e fomos reivindicando. A reivindicação coletiva e conjunta produziu efeitos. No que diz respeito à Educação, já todos constatámos que subiu o preço das refeições, o problema da depreciação dos edifícios, da sua conservação e de quais são os valores mais proporcionados que estão lá tem válvulas de escape para atualizar valores. Neste momento, as coisas estão equilibradas do ponto de vista do envelope ou do suporte financeiro para o exercício descentralizado desta competência. -----

No domínio da Ação Social, verificava-se uma maior disparidade. Se é certo que, porventura, os municípios já estariam mais próximos e talvez mais vocacionados para poder aceitar estas competências no domínio da Educação, não o estavam tanto no que diz respeito à Ação Social, apesar de hoje os municípios terem um papel relevantíssimo neste domínio. -----

A verdade é que, graças à pressão da Associação Nacional de Municípios Portugueses, se conseguiu uma diferença de 56 milhões de euros para 91 milhões de euros. Ou seja, houve um aumento para que os municípios possam desempenhar cabalmente estas competências. Houve um incremento de 35,4 milhões de euros. Em rubricas, por exemplo: instalações e funcionamento, estamos a falar de 13,8 milhões de euros; subsídios eventuais, 6,9 milhões de euros; acordos do SAAS, 1 milhão de euros; transição do SAAS para o RLIS, 3,2 milhões de euros; ... Tudo isto perfaz uma diferença de 35,4 milhões de euros. -----

Estamos todos a adaptar-nos a esta realidade e é por isso que se pede essa prorrogação, para ajustarmos o trabalho que já tínhamos encetado, mas agora, com esta nova realidade financeira, vamos procurar afinar a nossa máquina para que ela funcione com este suporte financeiro e com esta responsabilidade que queremos assumir em 3 de abril.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Prorrogação do Prazo para a Transferência de Competências estabelecidas pelo DL n.º 55/2020, de 12 de agosto, que concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da Ação Social até 3 de abril de 2023, mediante comunicação à DGAL – Direção Geral das Autarquias Locais, a efetuar até final de fevereiro de 2023*** - foi a mesma ***aprovada por maioria com 33 votos a favor (PS, PPD/PSD, CDS-PP, Movimento “Covilhã Tem Força” e todos os Presidentes de Junta/União de Freguesia(s)) e 3 abstenções (CDU - PCP/PEV).*** -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, o Senhor Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro (PS) e os Senhores Presidentes de Junta/União de Freguesia de Unhais da Serra, Covilhã e Canhoso e Peso e Vales do Rio. -----

Foi feita a seguinte **Declaração de Voto:** -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** “Votámos favoravelmente porque, inequivocamente, o Município não tem condições para assumir isto desde já. Não o tinha antes; não o tem agora; e vamos esperar que, em dois meses ou mês e pouco, o consiga arranjar. -----

Votámos favoravelmente também na expectativa que o Senhor Presidente, nesta transferência, veja e sejam acauteladas as questões que foram colocadas na Assembleia de setembro de 2022 e que estão lá plasmadas, nomeadamente o acompanhamento e a garantia da transparência e imparcialidade na atribuição dos subsídios.” -----

2.5 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO DA CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS COM OS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS E ESCOLAS NÃO AGRUPADAS – 2023

a) AGRUPAMENTO DE ESCOLAS A LÃ E A NEVE

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 16 de dezembro de 2022, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 6133 de 20.12.2022 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Senhores: -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU - PCP/PEV):** Relativamente a todas as alíneas do ponto 2.5, referiu serem “contratos interadministrativos já negociados e vistos com a direção dos agrupamentos mas, não concordando por princípio com esta transferência de competências, da transferência de competências resultam estes contratos interadministrativos. -----

O Senhor Presidente da Câmara referiu há pouco que, na área da Educação, a Associação de Municípios conseguiu um aumento, nomeadamente por escola, para manutenção e conservação (penso que andava à volta dos 30 mil euros). Nestes contratos interadministrativos para o ano de 2023, ainda só constam 20 mil. Não sei se os números foram atualizados ou não. Estão lá 20 mil

quando sei que a Associação de Municípios e, eventualmente a Câmara, terão já assinado com o Ministério da Educação os 30 mil ou à volta disso e não os 20 mil. -----

Dar conta das dificuldades muitas vezes existentes nestes contratos ou resultantes destes contratos que são as despesas até 5 mil euros e as despesas acima dos 5 mil euros, em que a Câmara exige, em várias situações, três propostas ou orçamentos, o que dificulta muitas vezes o trabalho nas escolas, alterando até aquilo que são os ajustes diretos que são passíveis de serem realizados com valores superiores aos 5 mil. -----

Penso que a exigência que é feita às escolas (que a partir dos 5 mil têm que apresentar três propostas), cria dificuldades porque as escolas nem sempre têm o apoio técnico para andar atrás das empresas a pedir orçamentos porque têm a necessidade de os enviar para a Câmara Municipal. -----

Penso que era possível agilizar pelo menos a esse nível, concordando-se que não se transfere a totalidade da verba, nomeadamente para manutenção e conservação, mas era possível, penso eu, agilizar o procedimento no sentido de também dar uma maior autonomia às escolas e aos agrupamentos para fazerem a gestão dessa verba ao longo do ano que, nalguns casos e por dificuldades diversas, não é gasta.” -----

- **Dr. Afonso Manuel Mousaco Gomes (PS):** “Relativamente a estes contratos que aqui hoje discutimos, se olharmos para eles de forma isolada não passam da transferência de verbas do Município para os agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas, no âmbito da Lei-Quadro da Transferência de Competências do Estado Central para as Autarquias. -----

Porém, se olharmos numa perspetiva global, numa perspetiva holística, em todas as dimensões do que aí está representado, este ato traz-nos claramente uma mensagem política de incentivo à descentralização, à autonomia e proximidade às populações, fruto da coragem que o PS teve em promover uma reforma que transforma por completo o funcionamento do Estado, descentralizando competências da Administração Central para o Poder Local, dotando de todos os instrumentos para, de forma ágil, contribuir para a resolução dos principais problemas das populações, naturalmente com todos os seus prós e os seus contras e naturalmente com todos os desafios que isso também acarreta e que terão e que serão seguramente ultrapassados. -----

No entanto, importa aqui dar ênfase àquilo que é este propósito – o de estar mais próximo das populações. -----

A transferência de competências do governo central para os órgãos do governo municipais e intermunicipais neste estado de responsabilização positiva garante a qualidade nos acessos aos serviços públicos, à coesão territorial, à universalidade e igualdade de oportunidades no acesso a esse mesmo serviço, assim como a eficiência e eficácia e maior autonomia no âmbito da gestão pública. -----

Ninguém em Lisboa prioriza os problemas das pessoas da mesma maneira que quem os vive nos locais. Disse-o, por outras palavras, a Senhora Ministra Ana Abrunhosa nos Paços do Concelho, aquando da assinatura da transferência de competências na área da Saúde e a bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal da Covilhã está plenamente de acordo. -----

Termino afirmando que a concretização desta celebração de contrato é mais uma prova da coragem e competência que o executivo do Partido Socialista da Covilhã tem demonstrado ao longo dos anos na Câmara Municipal, contrariando também os arautos que trazem uma mensagem de desgraça, que como sempre prevê o pior, reafirmando nesta medida aquilo que melhor define o Partido Socialista – a proximidade aos cidadãos. -----

A bancada do PS vota favoravelmente esta proposta pelos motivos que acabei de elencar.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** esclareceu os valores relativos à conservação e manutenção dos edifícios. “Por área coberta e com menos de 10 anos ou requalificados ou modernizados há menos de 10 anos - 4€/m²; com mais de 10 anos - 6€/m²; que constam do mapeamento até que a intervenção de requalificação ou de modernização seja feita, ou seja, concluída - 8€/m²; por área descoberta - 0,50€/m². -----

Os 20 mil euros de que falava o Senhor Deputado Vítor Reis Silva passam a ser o valor mínimo e esses valores são atualizados todos os anos em função da inflação. -----

Dar a nota de que todos os meus colegas do CDS-PP, do PSD e do PS votaram favoravelmente este acordo no Conselho Geral da Associação Nacional de Municípios Portugueses.” -----

--- Colocada à votação, a **Proposta de Autorização da Celebração de Contrato Interadministrativo com o Agrupamento de Escolas a Lã e a Neve – 2023** foi **autorizada por unanimidade**. -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, o Senhor Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes (CDS-PP) e os Senhores Presidentes de Junta/Uniões de Freguesia Dra. Cátia Vanessa Alves Gaudêncio (Unhais da Serra), Carlos do Carmo Martins (Covilhã e Canhoso) e Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio) e António Manuel Pais Carriço (Teixoso e Sarzedo). -----

Foram feitas/apresentadas as seguintes **Declarações de Voto**: -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU - PCP/PEV):** “Votámos favoravelmente porque, apesar de não concordarmos, isto resulta de um processo que foi negociado ou pelo menos foi partilhado/conversado com as direções dos agrupamentos. -----

Dizer que não estamos aqui num processo de descentralização ou de proximidade. Com este processo de descentralizar para as câmaras, aquilo que aconteceu foi centralizar nas câmaras aquilo que eram os orçamentos próprios das escolas.” -----

- **Dr. Jorge Filipe Reis Ferrão Vaz (PPD/PSD): (Doc.22)** “O grupo municipal do PPD/PSD, vota favoravelmente este ponto, em todas as alíneas, com a consciência de que os contratos em causa são importantes e fundamentais ao normal e regular funcionamento dos Agrupamentos de Escolas e Escolas não agrupadas, mas sem deixar de notar que se verifica, mais uma vez, um atraso no tratamento deste tema, originando que os Agrupamentos e Escolas tivessem passado o mês de

janeiro e mais alguns dias/semanas de fevereiro, sem as transferências de fundos necessários ao normal funcionamento e cumprimentos das suas obrigações regulares.” -----

b) AGRUPAMENTO DE ESCOLAS PÊRO DA COVILHÃ

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 16 de dezembro de 2022, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 6133 de 20.12.2022 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Senhores: -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU - PCP/PEV):** Mesma intervenção feita no ponto 2.5.a). -----

- **Dr. Afonso Manuel Mousaco Gomes (PS):** Mesma intervenção feita no ponto 2.5.a). -----

- Senhor **Presidente da Câmara Municipal:** Mesma intervenção feita no ponto 2.5.a). -----

--- Colocada à votação, a **Proposta de Autorização da Celebração de Contrato Interadministrativo com o Agrupamento de Escolas Pêro da Covilhã – 2023** foi **autorizada por unanimidade.** -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, o Senhor Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes (CDS-PP) e os Senhores Presidentes de Junta/Uniões de Freguesia Dra. Cátia Vanessa Alves Gaudêncio (Unhais da Serra), Carlos do Carmo Martins (Covilhã e Canhoso) e Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio) e António Manuel Pais Carriço (Teixoso e Sarzedo). -----

Foram feitas/apresentadas as seguintes **Declarações de Voto:** -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU - PCP/PEV):** Declaração de Voto constante no ponto 2.5.a). -

- **Dr. Jorge Filipe Reis Ferrão Vaz (PPD/PSD):** Declaração de Voto constante no ponto 2.5.a). -----

c) AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DO TEIXOSO

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 16 de dezembro de 2022, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de

setembro, através do ofício n.º 6133 de 20.12.2022 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Senhores: -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU - PCP/PEV):** Mesma intervenção feita no ponto 2.5.a). -----

- **Dr. Afonso Manuel Mousaco Gomes (PS):** Mesma intervenção feita no ponto 2.5.a). -----

- Senhor **Presidente da Câmara Municipal:** Mesma intervenção feita no ponto 2.5.a). -----

--- Colocada à votação, a **Proposta de Autorização da Celebração de Contrato Interadministrativo com o Agrupamento de Escolas do Teixoso – 2023** foi **autorizada por unanimidade**. -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, o Senhor Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes (CDS-PP) e os Senhores Presidentes de Junta/Uniões de Freguesia Dra. Cátia Vanessa Alves Gaudêncio (Unhais da Serra), Carlos do Carmo Martins (Covilhã e Canhoso) e Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio) e António Manuel Pais Carriço (Teixoso e Sarzedo). -----

Foram feitas/apresentadas as seguintes **Declarações de Voto:** -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU - PCP/PEV):** Declaração de Voto constante no ponto 2.5.a). -

- **Dr. Jorge Filipe Reis Ferrão Vaz (PPD/PSD):** Declaração de Voto constante no ponto 2.5.a). -----

d) AGRUPAMENTO DE ESCOLAS FREI HEITOR PINTO

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 16 de dezembro de 2022, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 6133 de 20.12.2022 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Senhores: -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU - PCP/PEV):** Mesma intervenção feita no ponto 2.5.a). -----
- **Dr. Afonso Manuel Mousaco Gomes (PS):** Mesma intervenção feita no ponto 2.5.a). -----
- **Senhor Presidente da Câmara Municipal:** Mesma intervenção feita no ponto 2.5.a). -----

--- Colocada à votação, a **Proposta de Autorização da Celebração de Contrato Interadministrativo com o Agrupamento de Escolas Frei Heitor Pinto – 2023** foi **autorizada por unanimidade**. -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, o Senhor Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes (CDS-PP) e os Senhores Presidentes de Junta/Uniões de Freguesia Dra. Cátia Vanessa Alves Gaudêncio (Unhais da Serra), Carlos do Carmo Martins (Covilhã e Canhoso) e Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio) e António Manuel Pais Carriço (Teixoso e Sarzedo). -----

Foram feitas/apresentadas as seguintes **Declarações de Voto:** -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU - PCP/PEV):** Declaração de Voto constante no ponto 2.5.a). -
- **Dr. Jorge Filipe Reis Ferrão Vaz (PPD/PSD):** Declaração de Voto constante no ponto 2.5.a). -----

e) ESCOLA SECUNDÁRIA CAMPOS MELO

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 16 de dezembro de 2022, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 6133 de 20.12.2022 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Senhores: -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU - PCP/PEV):** Mesma intervenção feita no ponto 2.5.a). -----
- **Dr. Afonso Manuel Mousaco Gomes (PS):** Mesma intervenção feita no ponto 2.5.a). -----
- **Senhor Presidente da Câmara Municipal:** Mesma intervenção feita no ponto 2.5.a). -----

--- Colocada à votação, a **Proposta de Autorização da Celebração de Contrato Interadministrativo com a Escola Secundária Campos Melo – 2023** foi **autorizada por unanimidade**. -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, o Senhor Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes (CDS-PP) e os Senhores Presidentes de Junta/Uniões de Freguesia Dra. Cátia Vanessa Alves Gaudêncio (Unhais da Serra), Carlos do Carmo Martins (Covilhã e Canhoso) e Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio) e António Manuel Pais Carriço (Teixoso e Sarzedo). -----

Foram feitas/apresentadas as seguintes **Declarações de Voto**: -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU - PCP/PEV)**: Declaração de Voto constante no ponto 2.5.a). -

- **Dr. Jorge Filipe Reis Ferrão Vaz (PPD/PSD)**: Declaração de Voto constante no ponto 2.5.a). -----

f) ESCOLA SECUNDÁRIA QUINTA DAS PALMEIRAS

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 16 de dezembro de 2022, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 6133 de 20.12.2022 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Senhores: -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU - PCP/PEV)**: Mesma intervenção feita no ponto 2.5.a). -----

- **Dr. Afonso Manuel Mousaco Gomes (PS)**: Mesma intervenção feita no ponto 2.5.a). -----

- Senhor **Presidente da Câmara Municipal**: Mesma intervenção feita no ponto 2.5.a). -----

--- Colocada à votação, a **Proposta de Autorização da Celebração de Contrato Interadministrativo com a Escola Secundária Quinta das Palmeiras – 2023** foi **autorizada por unanimidade**. -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, o Senhor Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes (CDS-PP) e os Senhores Presidentes de Junta/Uniões de Freguesia Dra. Cátia Vanessa Alves Gaudêncio (Unhais da Serra), Carlos do Carmo Martins (Covilhã e Canhoso) e Rui

Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio) e António Manuel Pais Carriço (Teixoso e Sarzedo). -----

Foram feitas/apresentadas as seguintes **Declarações de Voto:** -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU - PCP/PEV):** Declaração de Voto constante no ponto 2.5.a). -

- **Dr. Jorge Filipe Reis Ferrão Vaz (PPD/PSD):** Declaração de Voto constante no ponto 2.5.a). -----

3. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

--- Foi dada a palavra ao Senhor **Hugo Renato dos Santos Duarte** que abordou a eventual transformação da SDUQ do Sporting Clube da Covilhã em SAD. -----

Informou que “recentemente, juntamente com o Paulo Cunha Ribeiro, fizemos uma providência cautelar com o objetivo da revogação das deliberações da antiga Assembleia Geral do clube. O processo ainda decorre no Tribunal. -----

Gostaria que a Câmara se pronunciasse sobre a seguinte questão: -----

Tendo em consideração a possibilidade da transformação da SDUQ, -----

Tendo em consideração que o Clube é o único detentor e o único proprietário atual da SDUQ e que esta SAD eventualmente seria vendido 80% a um proprietário alheio, desconhecido e privado,

Será que a Câmara Municipal da Covilhã tem o mesmo comportamento em relação à cedência das infraestruturas municipais? -----

Será legal e quiçá ético que a Câmara Municipal ceda, sem ser a preços de mercado, equipamentos municipais a uma sociedade anónima privada?” -----

--- Atribuída a palavra, o Senhor **Presidente da Câmara Municipal da Covilhã** iniciou dizendo que se tratava de “uma questão pertinente, mas também não é de fácil resposta. -----

Se no domínio dos princípios se me afigura que não se pode tratar da mesma forma um privado e uma associação/entidade sem fins lucrativos, a verdade é que temos de ver em que termos é que efetivamente essa transformação se vai operar, que grau de autonomia é que o Clube tem relativamente a essa sociedade anónima desportiva. -----

Tenho a certeza que é o que norteia quer os que opinam de uma maneira, quer os que opinam de outra, ou seja, quer aqueles que interpuseram a providência cautelar, quer aqueles que são objeto da mesma. Todos eles estão naturalmente, preocupados, com o Clube. -----

Uma declaração prévia de interesses: é o único clube de futebol de que sou sócio. Não quero misturar a minha qualidade de sócio com a minha qualidade de presidente da Câmara.

Obviamente que, enquanto cidadão, tenho as minhas opiniões; e, enquanto sócio, também tenho. Entendo que não as devo aqui misturar por questões de natureza ética. -----

No entanto, essa foi desde logo uma questão que me assaltou no sentido de aquilatar relativamente ao futuro qual é a atitude que o Município da Covilhã deve ter relativamente a uma situação dessa natureza. Mas, como digo, só depois de conhecer em concreto os termos em que essa sociedade anónima desportiva vai ser constituída, se é que o vai ser e como é que vai ser. ---

Em função do que lá constar é que o Município irá decidir o que fazer relativamente a uma circunstância dessa natureza. -----

Uma coisa, de facto, é a utilização de património municipal por um privado; outra coisa é a obrigação que existe, por parte do Município, em propiciar aos nossos concidadãos as melhores condições possíveis para poderem realizar a prática desportiva. -----

Relativamente ao Sporting da Covilhã, a nossa preocupação vai desde logo, independentemente da questão clubística, às camadas jovens e é essa a primacial obrigação do Município: acompanhar, ajudar e apoiar os jovens na sua prática desportiva. -----

Quanto à questão profissional, quanto à questão empresarial, quanto à questão que suscita, caso as coisas se venham a colocar dessa forma de a transformar em sociedade anónima desportiva, se a providência cautelar não obtiver ganho de causa, veremos os termos exatos em que essa sociedade está materializada e concretizada no papel e, em função disso, será a nossa reação.” --

ENCERRAMENTO DA SESSÃO

--- Antes de dar por encerrada a Sessão, a Mesa da Assembleia Municipal deu posse à **Comissão de Acompanhamento dos Trabalhos do Município e da Aplicação do Plano de Revitalização da Serra da Estrela**, constituída pelos seguintes elementos: -----

- Eng.º Pedro Miguel de Melo Bernardo (PS); -----
- Eng.º Lino Fernandes Torgal (PPD/PSD); -----
- Dr. Nuno Flávio da Costa Reis (CDS-PP); -----
- Doutora Mónica Cristina Cerqueira Ramôa (CDU - PCP/PEV); -----
- Dr. Fernando Teixeira Dias Pinheiro (Movimento “Covilhã Tem Força”); -----
- Presidentes das Juntas/Uniões de Freguesia(s) de: -----
 - Ferro; -----
 - Orjais; -----
 - Verdelhos; -----
 - Cantar-Galo e Vila do Carvalho; -----
 - Teixoso e Sarzedo; -----
 - Vale Formoso e Aldeia de Souto. -----

--- Por se ter chegado ao fim dos trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu por encerrada a Sessão eram dezanove horas, da qual se lavrou a presente ata que, para sua inteira validade e fé, no fim, vai ser assinada: -----

O Presidente,

O 1.º Secretário,

O 2.º Secretário,

(Doc. 01)

Deputado Fernando Pinheiro
(Covilhã sem força "MPT-??M-A")



As minhas primeiras palavras são de congratulação para com o Sr. Presidente da Câmara, Sr. Dr. Vitor Pereira e para com o seu chefe de gabinete Sr. Eng. Hélio Fazendeiro.

Assisti no Pavilhão da Anil à sessão pública de esclarecimento do sistema de mobilidade da Covilhã, em que participaram a autarquia e a empresa concessionária e senti o pulsar de uma Covilhã que está viva.

Por um lado porque a autarquia deu a cara e explicou os moldes da mobilidade, deu a explicar esses mesmos moldes, respondeu e permitiu que outros respondessem às questões que foram sendo colocadas.

Numa fase em que se discute o novo Regimento da Assembleia Municipal parece finalmente estar encontrada a fórmula do período de intervenção do Público.

Proponho ao Sr. Presidente da Câmara, que de vez em quando e não de quando em vez, se disponibilize para promover e prestar estes esclarecimentos públicos, que para além de aproximarem os órgãos dos cidadãos permitem aos cidadãos se aproximarem dos órgãos, poderem colocar questões, serem esclarecidos de viva voz, permitindo assim que não se disseminem especulações.

Claro que nestes esclarecimentos públicos e como diz a sabedoria popular, não há bela sem senão, vêm colocar-se a nu outros aspectos, e, das queixas que quase unanimemente ouvimos referiam que os



passeios na cidade se encontram num estado lastimável, que os buracos nas estradas são mais que muitos e que estradas e passeios também fazem parte da mobilidade de quem tem que diariamente os utilizar.

Voltando ao contrato de concessão, não duvido que as letras gordas do mesmo foram todas explicadas, mas a população pretende que também sejam explicadas as letras pequeninas, aquelas que ninguém tem pachorra para ler, mas são efectivamente aquelas que fazem moossa, eu que o diga, até por defeito de profissão.

O contrato aqui em causa não tem letras pequeninas mas há respostas que inequivocamente têm que ser dadas.

Saúda-se a gratuidade de todo o transporte escolar, que incluiu o universo universitário, pela qual todos pugnamos,

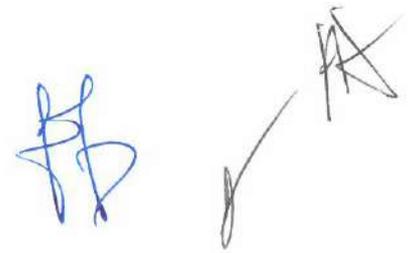
mas importa perguntar:

A Concessionária terá como receitas toda a bilheteira, toda a publicidade nas paragens de autocarro, nos próprios autocarros, nos elevadores e funicular e nos silos autos,

entre outra publicidade em mupiiis e outdoors

e anda o recebimento anual por compensação do serviço público
????

Serão imputados à Câmara as despesas com a electricidade, manutenção ou reparação estrutural dos elevadores e funiculares,



realização de obras para marcar estacionamento, e custos com consumos energéticos de carregadores, abrigos e afins ???

Não há dúvida alguma de que os contratualizados 9,1 milhões de euros não sofrerão alteração ???

Ou será que quando se utilizou a expressão “contratos dinâmicos” se quis dizer que os mesmos serão adaptáveis até se atingir um valor global final ???

Atrevo-me a ironizar que estas questões ora elencadas, não passam de meras minudências que constam no contrato e, por isso não foram ainda suficientemente abordadas e esclarecidas.

Mas se assim é façam o favor de as explicar, porque as mesmas ainda não foram entendidas por todos nós cidadãos comuns, que somos ao mesmo tempo eleitos e eleitores.



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Assembleia Municipal da Covilhã
Sessão Ordinária de 06-02-2023

1. PAOD

1.3. Intervenção política.

Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal,

Exma(s). Senhoras e Senhores Vereadores,

Exma(s). Senhoras e Senhores Deputados Municipais,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Parcerias Público Privadas

Do Saneamento, Água e Silos à Mobilidade

Segundo o Instituto de Gestão Financeira existem três definições de PPPs, indicando que a mais usual é a associação empresarial ou relação contratual entre uma entidade pública e outra privada, com fins lucrativos da entidade privada ou ganhos de "VfM – Value for Money".

Bastas vezes não existem riscos partilhados. O privado assegura sempre o lucro, à custa, como é evidente, da entidade pública.

Alguém conhece, ou tem noticia, de uma PPP onde o privado tem

prejuízo ?

Alguém tem conhecimento que um privado presta serviço público ao custo real do mesmo ?

Ou alguém conhece um privado a prestar serviço público abaixo do seu real valor ?

Um modelo, uma moda que recebemos dos Ingleses, das imposições e resoluções da União Europeia.

Sim....porque a perspetiva da União Europeia é a livre concorrência....os Estados não podem ter o monopólio do serviço público....têm que abrir as portas aos privados em todas as áreas....na água.....no saneamento...na rede viária (autoestradas)..nos CTTs, nos Combustíveis..na EDP..nas Comunicações....na Saúde e no Ensino....

Com estas imposições e com o lançamento dos concursos públicos internacionais cá aparecem os grandes grupos económicos europeus e outros, caso da EDP, a substituir a gestão pública.

Passado algum tempo, os nossos serviços de água ou de saneamento ou de transportes já andam no mercado internacional, no negócio de venda e compra destes ativos, pelos grupos financeiros, porque têm lucros assegurados, não existem incertezas, os clientes pagam e se estes incumprirem paga a entidade que concessionou.

Um negócio seguro. Um negócio lucrativo. Pagam sempre os mesmos.

Com o 25 de Abril de 1974 foi possível, com o esforço das populações, das suas autarquias locais e apoio da administração central fazer chegar as infraestruturas de luz, água, saneamento, hospitais, escolas, correios, comunicações, rede de telefone e TV, rede viária e transportes à generalidade das populações.

O investimento foi feito, criámos bem estar e qualidade de vida às populações. Mas...a quantidade de clientes...abriu a gula aos privados.

Dito isto..podemos afirmar que na nossa cidade, após o 25 de Abril de 1974, o Poder Local Democrático criou e aprofundou o serviço público, através de serviços municipais, o fornecimento de eletricidade, de água e de saneamento. Sem grandes custos para a autarquia criaram-se os transportes urbanos.

Porém, a partir de 1990, tivemos uma gestão PSD até 2013, com interregno entre 1994 e 1998, que defendeu a venda de serviços públicos a privados em parcerias público privadas, ruinosas para o concelho como hoje se verifica.

Verifica-se na venda de 49% da AdCovilhã que obriga a tarifas no consumo de água para remunerar o parceiro privado....remunerando-se também a Câmara Municipal na distribuição de dividendos, diga-se.

Quem paga ? O consumidor, o cliente, o munícipe, a população !

Verifica-se na Concessão do Saneamento a um privado as Aguas da Serra, com lucros antecipadamente arrecadados, e que hoje aufere centenas de milhares de euros por mês, cobrados na fatura de água.

Um escândalo, este negócio da gestão do PSD, que o Sr Presidente da Câmara Municipal do PS tarda em desmontar, remunicipalizando o serviço.

Quem paga ? O consumidor, o cliente, o munícipe, a população !

Verificou-se na concepção, construção e exploração dos Silos do Pelourinho...para um investimento de 5 milhões a empresa foi remunerada em 12 milhões. E a cessação do negócio foi feito com o argumento, por parte da empresa, de que a CMC não cedeu 120 estacionamentos à superfície.

Coisa conveniente, diga-se. Argumento aceite pelo tribunal arbitral (privado).

E lá vai dinheiro público...e ninguém é responsável.

Quem pagou e paga ? A população !

Verifica-se na Contratação de Recolha de Resíduos Sólidos a uma empresa que tem dificuldade em realizar um serviço público de qualidade.

Quem paga ? O consumidor...o cliente....a população !

Verificou-se na concessão dos transportes à Covibus

Foi prestado melhor serviço público ? Não !

Quando a estratégia da empresa mudou, abandonou os Covilhanenses e obrigou a Câmara Municipal a sujeitar-se às condições e preços da Transdev.

Os exemplos atrás referidos, prática da gestão municipal, não acrescentaram conhecimento aos atuais eleitos.

A dialética das coisas e do social ensina-nos que da prática resulta um conhecimento que nos leva a confirmar e a reforçar procedimentos, avaliados como positivos.

A experiência anterior, quanto aos procedimentos adoptados, já nos levou a concluir (quer pelo Executivo quer aqui no Órgão Deliberativo) que as opções não foram as mais adequadas em defesa do interesse público.

Então, porque insistir nas Parcerias Público Privadas ?

Por comodidade ?

Porque não se procurou outra forma de fazer as coisas ?

Se a Câmara Municipal vai remunerar o privado pelo serviço de transportes urbanos, que tem que comprar viaturas e contratar pessoal, porque não estruturou a Câmara um serviço de transportes municipais ?

Acresce ainda a falsa afirmação de que a solução privada fica mais barata do que a solução pública e que esta concessão não é muito mais cara do que a anterior.

Só que, não se diz:

1 - O acréscimo no valor base de concurso para perto do milhão de euros aproximou a opção privada dos valores do estudo para a opção pública;

2 - A anterior concessão não tinha o rendimento dos estacionamentos em silos e estacionamentos à superfície;

3 – Não tinha rendimentos da utilização de elevadores e funiculares, bicicletas e trotinetas.

A preocupação das populações quanto ao estacionamento à superfície é justa. Todos vão pagar, pouco ou muito, é mais uma despesa a sair do bolso dos mesmos de sempre.

E que dizer da situação miserável dos transportes do resto do Concelho ?

Qual a intervenção e solução que a maioria do PS apresenta para a melhoria das condições de mobilidade (qualidade das viaturas e horários) dos residentes nas freguesias do Concelho ?

E para quando a implementação do PART (Redução Tarifária) para todos os residentes no Concelho da Covilhã?

Quem utiliza viatura própria é o trabalhador, comerciante, empresário, funcionário disto ou daquilo.

A Câmara Municipal da Covilhã discrimina o cidadão em idade ativa, ligado à criação de riqueza. Não valoriza quem trabalha, quem produz e investe.

O Part visa a redução das emissões de carbono provocadas pela circulação de veículos na área da cidade.

Com a política de mobilidade desta Câmara Municipal, de gestão PS, nada se muda...continuamos a ter os mesmos veículos a circular...e não é esta a fundamentação do PART.

Mais um erro escandaloso do PS na implementação e gestão de um programa, objetivo nacional, no nosso Concelho.

A opção do PS é irresponsável na gestão local dos transportes, porque comete o mesmo erro na opção pela concessão privada, e não contribui para o objetivo nacional de Redução Tarifária para as populações do Concelho.

Disse





[Handwritten signature]

Sr. Presidente da Assembleia Municipal da Covilhã e restantes membros da Mesa,

Sr. Presidente da Câmara,

Sras e Srs Vereadores,

Sras e Srs. Membros da Assembleia Municipal,

Sras e Srs. Presidentes de Junta de Freguesia,

Sras e Srs. Diretores de Serviços da Câmara Municipal

Comunicação Social,

Minhas senhoras e meus senhores,

PAOD

Intervenção

Gostaria de iniciar esta intervenção recuando um pouco no tempo para mencionar um princípio consignado na Lei 73/2013 de 3 de setembro, mais especificamente a alínea f) do nr. 2 do art.º 3º da referida lei, o Princípio da Equidade Intergeracional.

Este princípio, refere que a atividade financeira das autarquias locais está subordinada ao princípio da equidade na distribuição de benefícios e custos entre gerações, salvaguardando as suas legítimas expetativas através de uma distribuição equilibrada dos custos.

Há, ainda, outros princípios que devem regular a atividade autárquica.



Handwritten initials: "H2" and "AN".

Referimo-nos, concretamente, aos princípios da economia, eficiência e eficácia que consistem em conseguir assegurar adequados padrões de qualidade dos serviços públicos com a utilização da menor despesa, garantido o acréscimo de produtividade, com resultados semelhantes ou melhores com menos despesa. Os referidos princípios implicam a utilização dos recursos mais adequados para atingir o resultado que se pretende alcançar, garantindo uma boa administração.

Por boa administração deve entender-se a administração economicamente eficiente e sustentável e socialmente justa, obtendo os melhores resultados ao menor custo social e os objetivos alcançados corresponderem à utilidade social desejada pelo cidadão, à prossecução do interesse público. Os princípios da economia, eficiência e eficácia são, desde logo, princípios enquadradores da atividade financeira de qualquer Estado de Direito Democrático. São, na verdade, limites internos do exercício de poderes discricionários por parte da Administração Financeira do Estado.

Tudo o atrás referido enquadra as dúvidas que nos suscita o contrato de Mobilidade em vigor desde o passado dia 2 de fevereiro.

Queremos mesmo acreditar que todas as preocupações colocadas na negociação e contratação de todos os serviços associados à mobilidade do Município levaram em linha de conta os princípios mencionados ou, de outro modo, seria de difícil compreensão todas e tantas críticas que ouvimos a gestões autárquicas anteriores pelos mesmos motivos, embora possamos sempre questionar que procedimentos foram iniciados para inverter as eventuais situações



Handwritten signature and initials in the top right corner.

penalizadoras para o município e seus munícipes, passados 9 anos da primeira eleição.

Mas centremo-nos nas questões que esta assembleia pretende ver esclarecidas, acreditando que a maioria dos munícipes partilha das mesmas dúvidas.

Começamos pelo valor total do contrato:

Indicado o valor da adjudicação por 9.170.000 euros, a verdade é que o contrato na sua Clausula 123 menciona claramente 20.952.867 euros, ou seja, quase 21 milhões de euros, valor ao qual devemos somar mais o valor aproximado a 5 milhões de euros, pago até esta data.

Para além do óbvio pedido de esclarecimento sobre este valor e do motivo da sua diferença, que nos parece atribuível a algum mecanismo de compensação tarifária ou de compensação de receitas expectáveis e que não se concretizem, parece-nos que o princípio com que iniciámos a nossa intervenção, da Equidade Intergeracional se encontra incumprido.

Qual é, afinal o número de lugares de estacionamento tarifado na via publica?

O contrato refere na clausula 66.1) um número não inferior a 1.000 lugares.

As informações veiculadas pela CS referem no dia 16/12/2022 – 300, no dia 22/12/2022 – 300 e no dia 31/01/2023 – 450.



Que compensação pode a concessionária receber por esta diferença?

No que respeita ao custo do estacionamento para residentes, devemos fazer fé no estipulado no contrato, clausula 69.2, com atualização de acordo com a fórmula da clausula 80, que refere o valor de 30 euros para o 1º carro e 60 euro para o 2º, ou devemos considerar os valores informados pelo Sr. Presidente e que são 50% destes valores?

É ou não verdade que o Concessionário terá como receitas as seguintes (cláusulas 4.1e), 14.1, 74.1, 75.1), ou seja:

- Toda a bilhética;
- Toda a publicidade nas paragens de autocarro, nos autocarros, nos elevadores e funicular e nos silos automóveis;
- Autorização para colocar de forma gratuita 200 mupis novos explorando toda a publicidade que aí vender;
- Autorização para colocar de forma gratuita 20 outdoors (8X3) explorando toda a publicidade que aí vender;
- Autorização para colocar de forma gratuita 200 postes publicitários explorando toda a publicidade que aí vender;
- Recebimento anual por compensação do serviço publico, que segundo o contrato é de 100.000 euros nos primeiros 2 anos do contrato.

É ou não verdade que as despesas a cargo da Câmara Municipal serão:



Handwritten signature and initials, possibly 'AR'.

- Cláusula 63.1) a eletricidade com os carregamentos das bicicletas, trotinetas, elevadores e funiculares;
- Cláusula 52) manutenção ou reparação estrutural dos Elevadores e Funiculares, pinturas e atos de vandalismo;
- Cláusula 66.2) realização das obras necessárias à demarcação, bem como instalação de sinalização horizontal e vertical das novas zonas de estacionamento tarifado na via pública;
- Cláusula 71.1) Os custos com consumos de energia elétrica relativos à operação dos parquímetros;
- Cláusula 78.1) Os custos com consumos de energia elétrica relativos ao mobiliário urbano publicitário e sinalização direcional publicitária;

Por fim, é ou não verdade que, em 2020, a Câmara assinou um contrato de arrendamento do silo do Sporting por 500.000 euros (por 10 anos) e que agora o vai ceder, gratuitamente, à empresa concessionária?

Como é que, perante estes valores e questões podem V.Exas garantir e comprovar que os princípios da economia, eficiência e eficácia foram respeitados?

Disse

Pela Bancada do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã

Jorge Vaz



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Assembleia Municipal da Covilhã
Sessão Ordinária de 06-02-2023

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'MOR', 'A', and 'WGP'.

1. PAOD

1.3. Intervenção política.

Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,
Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal,
Exma(s). Senhoras e Senhores Vereadores,
Exma(s). Senhoras e Senhores Presidentes de Junta,
Exma(s). Senhoras e Senhores Deputados Municipais,
Minhas Senhoras e meus Senhores,

Uma espécie de *Photo dump* da vida dos portugueses... nomes fictícios... situações reais, na Covilhã e no país.

— Rodrigo, 25 anos, licenciado em gestão. Trabalha numa loja de uma marca famosa. Tem um horário muitíssimo flexível e, raramente, está de folga ao fim de semana. Ganha cerca de 500 € limpos. Não consegue sair da casa dos pais.

— Ana, 27 anos, técnica audiovisual, refere que já só cozinha 2 vezes por semana para poupar energia e, ao jantar, evita comer refeições quentes, para poupar na comida que gasta. Este ano, nunca ligou o aquecimento.

— Inês, 25 anos, atriz. Partilha uma casa com mais 4 jovens. Nem sempre consegue comer 3 refeições por dia.

— Pedro, 31 anos, licenciado em comunicação social. É trabalhador numa grande superfície. Nunca conseguiu exercer a sua profissão por mais de 3 meses seguidos. Consegue cerca de 700 € para viver. Desistiu do sonho de formar família e ser jornalista.

Joana, 29 anos, licenciada em educação física. Foi colocada a 597 Km de casa, num horário incompleto. Recebe limpos 600 €. Dorme num sofá da sala de uma colega.

Jorge, 47 anos. Empregado de armazém. Confessa que o seu ordenado não chega para as despesas fixas. Tem sempre de recorrer ao cartão de crédito

Al
N

para a alimentação e despesas de saúde. Tem 2 filhos menores.

- Eugénia, 48 anos, funcionária pública, mãe solteira. Pediu um empréstimo para poder pagar as aulas de ballet da filha, que é talentosa na dança. Nunca conseguiu gozar férias.
 - Andreia e Miguel, 35 e 36 anos, respetivamente. Ambos operários na Covilhã. Ficaram sem o apartamento, por não conseguirem pagar as prestações. Têm 2 crianças pequenas. Vivem os 4 com os pais dela, num apartamento de tipologia T2. Não conseguem ter liquidez suficiente para alugarem uma casa.
- Maria, 20 anos, estudante de engenharia. Recebe cerca de 150 € por mês de bolsa de estudo. Não consegue sobreviver com esse dinheiro. Trabalha num café, clandestinamente, para não desistir de estudar.
- Amélia e José, pensionistas, ambos com 78 anos. Só fazem uma refeição quente por dia, não aquecem a casa e já só ligam as luzes e a televisão à noite, durante 2 horas. Nunca saíram do lugar onde vivem.

São estas as vidas de muitas pessoas. São, segundo o INE, cerca de 4 milhões e meio de portugueses pobres ou em risco de cair em pobreza. Pessoas que trabalham e, mesmo assim, são pobres. O aumento do custo de vida, com a inflação que continua a enriquecer alguns, com lucros obscenos, o aumento das taxas de juro do crédito à habitação e outros, a insuficiente e quase insultuosa atualização dos salários e pensões, a crescente precariedade no emprego, as más condições de habitação ou, mesmo a inexistência dela, estão a destruir o país. Estamos perante a destruição da capacidade do país poder superar-se.

Os portugueses e, principalmente, os jovens têm como destino, em Portugal, a pobreza.

Aqui, o futuro ... não é de manhãs claras!

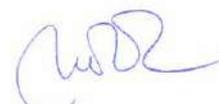
Disse.



Vítor Reis Silva



Marco Gabriel



Mónica Ramôa

(Doc.05)





Handwritten scribbles and a signature.





Handwritten scribbles in black ink, possibly initials or a signature.





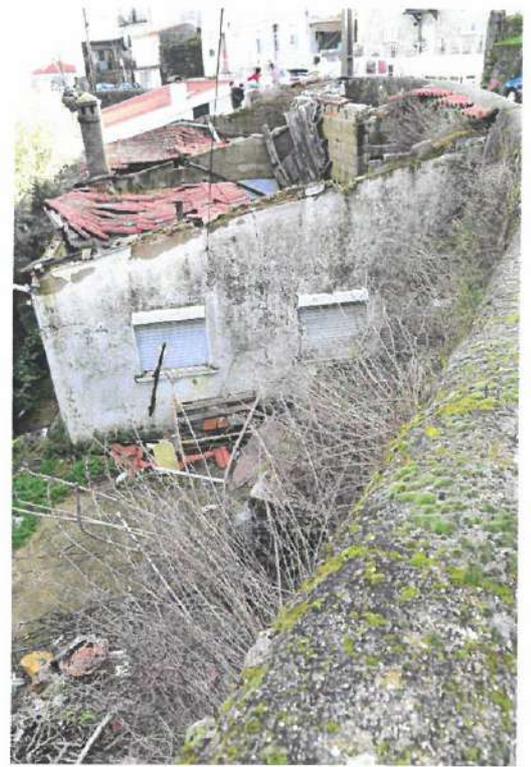


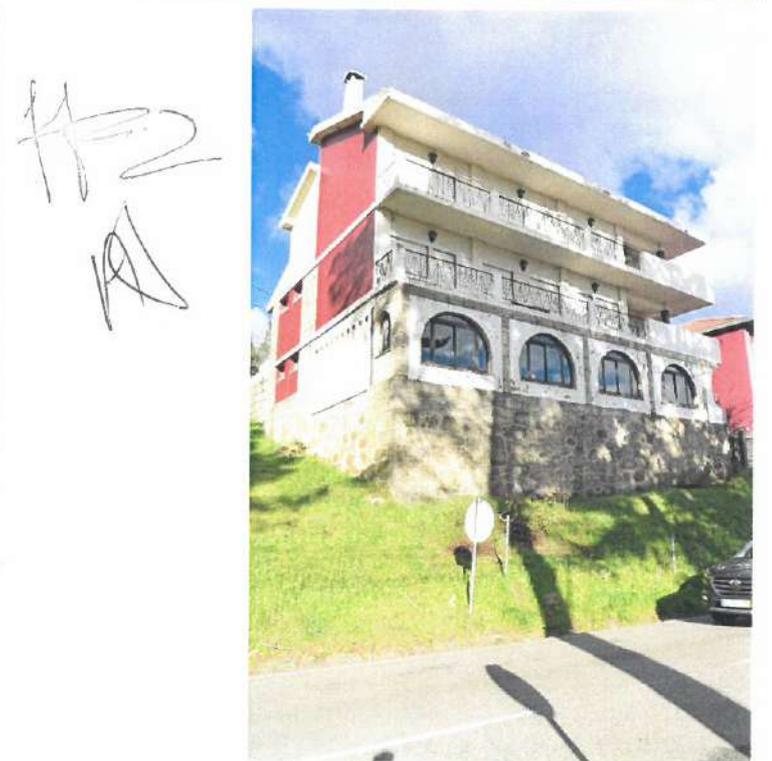
Handwritten scribbles, possibly initials or a signature.





Handwritten signature or initials in black ink, possibly reading 'H. S.' and 'R.' below it.







Handwritten notes in black ink, possibly initials or a signature, located to the right of the first image.





Handwritten scribbles, possibly initials or a signature.





Handwritten scribbles and a large 'X' mark.



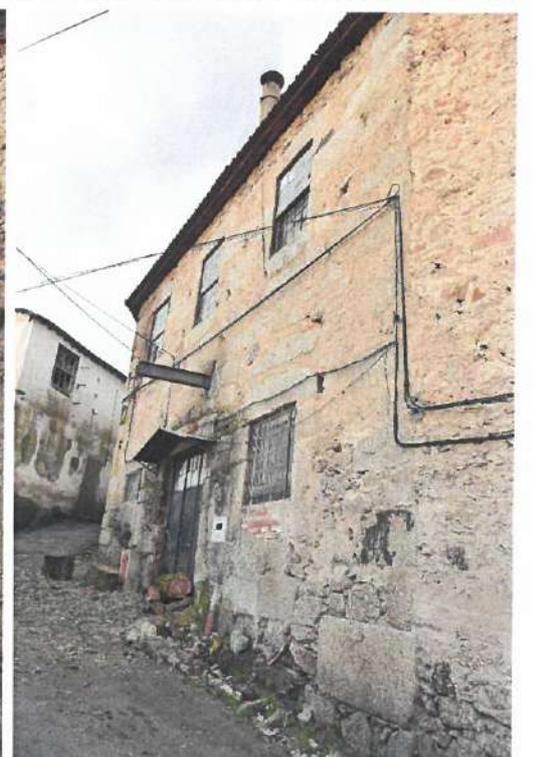
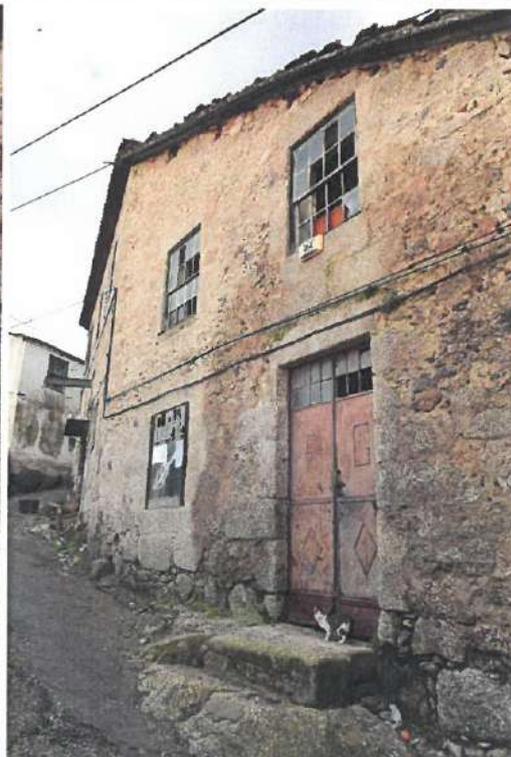


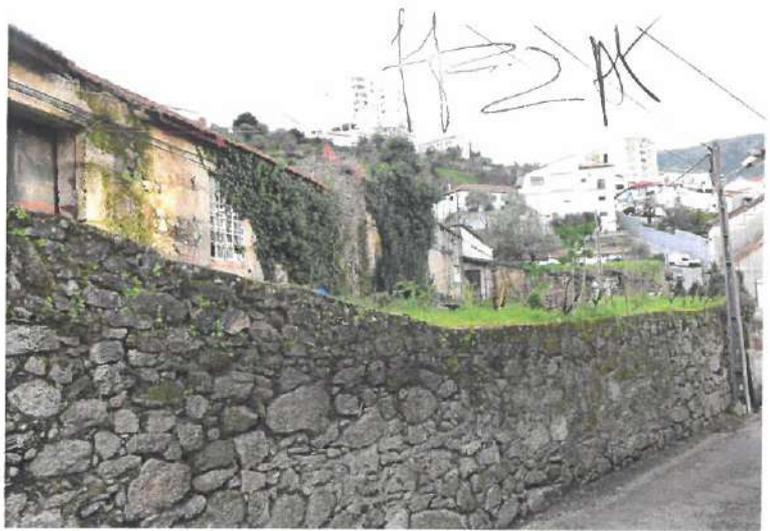




Handwritten mark: *H=2*









Intervenção: TMC, desinteressante ou incompreendido?

- Sr. Presidente da Assembleia Municipal da Covilhã,
- Sr. Presidente da Câmara Municipal da Covilhã,
- Sras. e Srs. Vereadores,
- Sras. e Srs. Membros da Assembleia Municipal,
- Presidentes de Juntas de Freguesia,
- Senhoras e senhores,

Sendo natural, estudante e residente da Covilhã, foi com grande orgulho e satisfação que eu pessoalmente, e enquanto representante do PSD, vi o Teatro Cine ser alvo da remodelação que prometia ser o prólogo de um novo capítulo na história da cultura da nossa cidade, cidade dos estudantes, mas também de todos os que cá vivem e trabalham.

Há quase dois anos que se escreve, então, o capítulo “Teatro Municipal da Covilhã” com uma cadência de espetáculos que aqui louvamos e que acreditamos ser ambição de várias salas nacionais de renome.

A dúvida que aqui trazemos, e que gostaríamos de ver respondida, é se a cadência de espetáculos é proporcional ao número de espectadores e valores de bilheteira ou se, pelo menos, estes valores de bilheteira são satisfatórios na medida em que permitem fazer face às despesas inerentes ao funcionamento da sala ou até mesmo recuperar o investimento nela feito.

E coloco esta dúvida talvez por inaptidão da minha parte, ou talvez pela falta de transparência a que nos têm habituado, já que temos fácil acesso à agenda do TMC e também ao número de espectadores de cada evento, não obstante a ausência dos valores de bilheteira.

Ainda assim, uma simples análise à informação escrita disponibilizada permite-nos afirmar que, desde o passado mês de outubro, com espetáculos semanais, o TMC esteve próximo de atingir a sua lotação máxima em apenas 5 ocasiões, todas elas com artistas reconhecidos a nível nacional. Creio que será simples de perceber, até para os menos astutos e pouco dotados de conhecimento na matéria, a preferência cultural do público covilhanense.

Sendo louvável a oportunidade dada a artistas locais e regionais para apresentar e divulgar o seu trabalho, parece-nos que a estratégia de marketing cultural do TMC se encontra aquém do expectável, da mesma forma que se encontra a gestão do mesmo.

E esta impressão advém da simples comparação do TMC com outras salas no nosso concelho e até salas improvisadas no concelho vizinho. Senão vejamos: é certo que o TMC nos presenteia



com espetáculos semanais, ao contrário dos espetáculos realizados no Pavilhão do Unidos do Tortosendo ou na Moagem e Octógono, no Fundão, que ocorrem, na melhor das hipóteses, mensalmente. É certo também que a dimensão e lotação destas salas em nada se compara às do TMC, da mesma forma que não é comparável o valor dos bilhetes, já que atinge o máximo de 10€ em espetáculos no TMC enquanto esse é o preço mínimo praticado nas outras salas.

Tendo em conta a crise económica que vivemos e os constrangimentos cada vez maiores que os habitantes da nossa cidade enfrentam, é louvável a possibilidade que nos é dada de ter acesso a cultura a custos reduzidos. Ainda assim, o que nos intriga é saber que os espetáculos realizados nas outras salas que aqui uso como termo de comparação vêm os seus ingressos, com custo médio de 15€, esgotados pouco tempo após a sua disponibilização, enquanto a maioria dos ingressos no valor de 4€ para assistir a atividades no TMC ficam *ad eternum* nas bilheteiras. Mais ainda, intriga-me ver estudantes da Covilhã e covilhanenses, muitos deles membros desta Assembleia, deslocarem-se várias vezes ao concelho vizinho, custeando a viagem e o ingresso, para ter acesso a atividades culturais, desconsiderando as que ocorrem simultaneamente na sua cidade, a um custo muito inferior.

Mais uma vez, e para terminar, questiono. Os covilhanenses e estudantes desta cidade têm uma disponibilidade financeira muito superior à que referem? Os covilhanenses e estudantes desta cidade preferem assistir a atividades culturais em salas degradadas ou até improvisadas, ao invés de salas novas com condições de excelência? Ou será que os covilhanenses e estudantes desta cidade têm valores e interesses culturais que têm escapado ao planeamento estratégico de marketing e gestão do TMC?

Os membros do grupo do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã.

Hugo Ferrinho Lopes

Jorge Vaz

Vanda Ferreira

Luís Rodrigues

Valéria Garcia



Jaime A
H2

Moção

Acessibilidades na Serra da Estrela

As assimetrias territoriais entre Litoral e Interior têm se agravado ano após ano, provocando constrangimentos de natureza distinta ao longo do país, e em que os Censos 2021 são retrato perfeito e desolador. O despovoamento do interior de Portugal é hoje o nosso principal problema enquanto país, gerador de cada vez mais acentuadas desigualdades, desembocando até em catástrofes “naturais” das quais é exemplo último o grande incêndio da Serra da Estrela, em Agosto passado.

Como tal, nunca foi tão importante o desígnio da Coesão Territorial, transformado, e bem, em ministério por este governo, reconhecendo a gravidade da situação. Neste âmbito, urge tomar medidas que promovam o desenvolvimento dos territórios desfavorecidos, algumas delas constantes de planos nacionais com décadas e que ainda hoje as populações aguardam a sua execução, dos quais o IC6 é exemplo máximo.

As cidades de Seia, Covilhã e Oliveira do Hospital são autênticos pólos de desenvolvimento de uma zona do país que se encontra em acentuada queda populacional, sendo fundamental procurar criar sinergias entre elas por forma a mitigar o problema. Porém, tal torna-se extremamente complicado enquanto existirem obstáculos como a enorme distância temporal entre cidades, apesar de concelhos vizinhos. Entre Seia e Covilhã, por exemplo, a ligação rodoviária mais curta faz-se, imagine-se, pelo Alto da Torre, num desnível de 1.500m para cada lado da serra que não se cumpre em menos de 1 hora.

O IC6, itinerário incluído no Plano Rodoviário Nacional e que prevê ligar a Covilhã (A23) a Coimbra, pólo dinamizador da região centro, tem 28,5km em funcionamento desde 2010, entre o Porto da Raiva e Tábua, tendo o governo já anunciado a intenção de concluir o troço em falta (cerca de 59km), começando pelo troço Tábua-Folhadosa (19km) que estará, segundo o governo, concluído em 2026. O IC7 e IC37, também integrantes nos eixos rodoviários da Serra da Estrela, permanecem adormecidos, impedindo a concretização plena do PRN. Ora, a drástica evolução do despovoamento do território não permite que se adie mais a conclusão destas obras estruturantes para a zona da Serra da Estrela, para a Beira Interior e para Portugal, sob risco de assistirmos a uma falência contínua de serviços essenciais que resultará, inevitavelmente, em mais situações como as vividas em Agosto último.

Desta forma, e dada a urgência de colocar estas estradas ao serviço das populações, as Assembleias Municipais de Seia e Covilhã, vêm propor ao Governo:

H=2A

- Que assumo o compromisso e tome as diligências necessárias para que os itinerários complementares em torno da Serra da Estrela (IC6, IC7 e IC37) estejam ao serviço em 2030, elaborando um plano temporal para a realização de cada um dos troços.

- Avançar para a conclusão do IC6 com a maior brevidade possível, sugerindo que se divida o troço em falta do IC6, Folhadosa-Covilhã (40km), em dois troços: Folhadosa-Pedras Lavradas (17km) e Pedras Lavradas-Covilhã (23km), lançando primeiramente o troço Pedras Lavradas-Covilhã e posteriormente o troço Folhadosa-Pedras Lavradas, cumprindo a meta de 2030 para todo o IC6 se encontrar transitável.

- Iniciar assim que possível o IC37, conexão fundamental desta zona a Viseu, dando prioridade ao troço Seia-Nelas, de vital importância para o desenvolvimento da região por se tratar da ligação do maciço norte da Serra da Estrela à ferrovia em Nelas.

Mais uma vez, entendemos os encargos financeiros que estas obras acarretam, mas também percebemos melhor que ninguém o que será o futuro das nossas populações se o governo não der a devida prioridade às mesmas. Esperamos, sinceramente, que o governo também perceba.

Depois de aprovada, esta moção deve ser enviada ao Senhor Primeiro-Ministro, ao Senhor Ministro das Infraestruturas,* ao Presidente da Assembleia da República, aos grupos parlamentares da Assembleia da República, ao Senhor Presidente da República e às Infraestruturas de Portugal.

* À SENHORA M. N. SILVA DA COLEÇÃO TEMPORÁRIA

[Handwritten signatures in blue ink]
Afonso Gomes
Cátia Mendes
Beves
Cátia Mendes
Cátia Mendes
Cátia Mendes
Cátia Mendes
Cátia Mendes
Cátia Mendes
Cátia Mendes

[Handwritten signatures in blue ink]
Cátia Mendes
Cátia Mendes

[Handwritten signature in blue ink]



Nos passados dias 25 e 26 de Janeiro de 2023 o Governo visitou os 11 concelhos do Distrito de Castelo Branco, onde naturalmente também fomos incluídos.

Como alguém afirmou o distrito de Castelo Branco transformou-se na sede do Governo.

Em uma agenda intensa, primeiro ministro, ministros e secretários de Estado desdobraram-se em visitas, contactos e reuniões.

A isso juntou-se ainda a realização do Conselho de Ministros, cujo “briefing” não escapou aos assuntos que preocupam a região, mesmo os que não foram alvo de nenhuma decisão, como as portagens.

Continuamos a perder estas oportunidades, para não sermos incómodos com os governantes que nos visitam, de os obrigar de uma vez por todas a assumir uma decisão clara e inequívoca que vá de encontro aos nossos anseios, ou seja a abolição das portagens.

Todos temos a ganhar com essa decisão, mas a mesma é sempre adiada, com as promessas governativas de que muito em breve há decisão.

Urge essa decisão.

No essencial ouvimos de todas as autarquias os mesmos problemas, ou seja: Habitação, Saúde, Educação, Investimento, Fixação de Pessoas, continuam a esquecer-se da Justiça mas todos a reclamam em surdina.



Começando por esta última continua a ser lamentável que as grandes causas civis e penais do nosso Distrito continuem a ser julgadas apenas e só em Castelo Branco,

e quando aí chegamos ao Tribunal da sede de distrito, deparamo-nos invariavelmente com cidadãos e profissionais do foro, da Covilhã e do Fundão,

que infelizmente para aí têm que se deslocar para ver resolvidos os seus direitos, que reclamam na via judicial, com os acrescidos custos, que não são tão poucos, sendo que os factos se passaram ou no concelho da Covilhã ou no concelho do Fundão

Haja coragem de reivindicar para a Covilhã e para o Fundão o pleito destes casos que apenas à sua população dizem respeito,

se antes nos foram retirados que nos sejam devolvidos .

dando assim utilidade aos famigerados investimentos de remodelação efetuados em ambos os Tribunais.

Fala-se tanto em morosidade da justiça, que por causa desse requisito inclusivamente não conseguimos captar alguns investimentos, não nos esqueçamos então de pugnar por aquilo que é nosso por direito próprio.

A UBI centralizou uma parte da visita governamental na Covilhã em que o Sr. Reitor voltou e bem a pedir um financiamento justo, garantido que a verba seria usada para transformar a UBI na melhor universidade do país em cinco anos.



Tenhamos este espírito e foco e por certo o sonho vira realidade.

Sabemos que a Covilhã detém uma Faculdade de Ciências da Saúde, onde a Medicina se ensina, um Hospital Universitário onde a medicina se pratica, uma Ubimedical onde a medicina se testa.

Num momento em que se pretende aliciar os médicos, propondo melhores condições, para que se fixem no Interior, em regiões com menor densidade populacional, tendo nós em mãos a fábrica que os produz e desenvolve

saibamos potenciar logo à nascença essa possibilidade de os cativar para que os mesmos se fixem no nosso Concelho, indo ao encontro dos seus anseios, escutando as suas sugestões e criando condições para que fiquem.

Ouvi o Sr. Ministro da Saúde dizer que por delegação de competências o município da Covilhã assume competências nos cuidados de saúde primários, tendo sido assinado protocolo nesse sentido.

Ouvi também da Sra. Ministra da Coesão Territorial, Dra. Ana Abrunhosa referir que a delegação de competências é feita nas áreas em que o Governo sabe que as autarquias estão mais capacitadas, porque têm soluções de proximidade mais adequadas e até outra sensibilidade face ao problema.

Daí que, pelo que conheço o Município tem parceria, por exemplo com a Mutualista Covilhanense, que permite fazer chegar através do

projecto Unidade Móbil acompanhamento médico ao Sarzedo, a Verdelhos, a São Jorge da Beira, a Aldeia de São Francisco de Assis, aos Trigais num total de 11 localidades.

Mutualista que tem ainda parcerias com os núcleos universitários de Medicina e Ciências Farmacêuticas e que faz chegar através desses núcleos mais valias de saúde a essas localidades.

Sou obrigado a questionar, do que é que estamos à espera,??? temos Universidade, Hospital, Ubimedical, e Instituições de rectaguarda.

Este mundo da Saúde, seja nas suas vertentes públicas, público-privadas ou mesmo privadas são o nosso novo têxtil, disso não tenhamos qualquer dúvida.

Já não somos a Manchester Portuguesa, mas podemos num primeiro momento ser Pamplona em que a faculdade de medicina revitalizou toda a província de Navarra

A saúde tem que ser forçosamente o nosso polo de desenvolvimento regional.

Continuamos a ter emigrantes do nosso Conselho, que por exemplo estiveram em França, Suíça, Luxemburgo, Alemanha e se veem na contingência de ciclicamente voltarem a esses países única e exclusivamente por motivos de assistência na saúde.

Não foi obra do acaso o sanatório ter sido construído na nossa encosta da Serra da Estrela, apostemos também e de uma vez por todas no Turismo da Saúde,

não só por nós,

mas também por todos aqueles que nos podem visitar e quiçá fixar, há cada vez mais idosos, atenta também a expectativa média de vida, a longevidade com qualidade só se consegue apostando nos cuidados de saúde.

Acabamos de sair de uma pandemia que veio transmitir-nos, respirem ar puro.

Haveria ainda tanto mais a dizer sobre a saúde, mas voltaremos ao tema

- Duas notas finais que agradecia que o Sr. Presidente da Câmara pudesse abordar transmitindo o que eventualmente tem conhecimento das mesmas:

1) A Sra. Ministra da Coesão Territorial referiu que mais de 70% das medidas para a Serra, pós incêndio, estão no terreno. Quais ???

2) O Sr. Ministro das Infraestruturas que tutela a área das telecomunicações esteve no Data Center da Altice, sendo que por decisão da empresa, o encontro não foi aberto à comunicação social.

Conhece as Conclusões da reunião ???



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'A' and a signature that appears to be 'J. A.'.

Covilhã, 06 de Fevereiro de 2023

1.3 – Intervenções - PAOD

Sr. Presidente da Assembleia Municipal da Covilhã,
Sr. Presidente da Câmara,
Sras. e Srs. Vereadores,
Sras. e Srs. Membros da Assembleia Municipal,
Presidentes de Junta de Freguesia,
Comunicação Social,
Estimadas e Estimados concidadãos,
Minhas senhoras e meus senhores,

O assunto que hoje me traz aqui já é sobejamente conhecido, mas teima em não ser resolvido da forma como todos nós aqui presentes há muito ambicionamos.

No arranque da campanha eleitoral para as Legislativas de 2015, o atual Primeiro Ministro, à data de 20 de setembro de 2015 na qualidade de candidato, e à saída de uma visita ao Centro Hospitalar Pêro da Covilhã, referiu e passo a citar “É necessário fazer a reavaliação das obrigações contratuais que o Estado assumiu de forma a permitir, quer nas regiões do interior, quer em todas as regiões fronteiriças e zonas de particular fluxo turístico como é o caso da Via do Infante, eliminar e criar condições para que se possa criar melhores condições de acessibilidade à região” fim de citação.



Na campanha eleitoral para as Legislativas de 2019, mais uma vez a promessa é plasmada no programa eleitoral do PS no distrito de Castelo Branco.

Em maio de 2020 a Sra. Ministra da Coesão Territorial diz que “**deixa de ser ministra**” se não conseguir cumprir a promessa que fez de descontos nas portagens das antigas SCUT no interior do país. Mais duas promessas falhadas, a da diminuição do valor das portagens e a sua demissão, é caso para dizer “habituem-se”.

Em 2021 tivemos uma redução significativa à custa de uma proposta de redução em 50% do valor das portagens, apresentada pelo PSD no âmbito da Lei do OE2021 e aprovada na Assembleia da República com os votos contra do PS incluindo os seus deputados do distrito de Castelo Branco, esta redução não se tornou efetiva na sua plenitude porque mais uma vez o PS com pouca vontade ou nenhuma em cumprir a promessa de redução ou abolição das portagens, teve o descaramento de revogar os descontos anteriores para depois aplicar o desconto de 50% que a Lei do OE2021 impunha.

Na campanha eleitoral para as Legislativas de 2022 a Sra. Ministra Ana Abrunhosa, numa reportagem no dia 21 de janeiro em Vila Velha de Rodão na Adegas 23, evidencia a promessa do Sr. Primeiro Ministro em reduzir o valor das portagens na A23 tendo como objetivo final a eliminação das mesmas, mais uma promessa e mais um discurso pouco coerente como já nos habituou.

No âmbito do “Governo Mais Próximo em Castelo Branco” que decorreu nos dias 25 e 26 de janeiro último, a Plataforma P’la Reposição das SCUT A23 e A25 pediu uma audiência ao Sr. Primeiro Ministro da qual não obtiveram resposta, no entanto a Sra. Ministra da Coesão Territorial veio afirmar que a abolição das portagens seria uma contradição com a



implementação do Plano de Mobilidade Territorial, o incentivo aos transportes públicos e com as questões ambientais.

Sra. Ministra, em termos de Mobilidade Territorial estamos muito mal, começando pelo Plano Ferroviário Nacional que não trás nada de novo para a região nas próximas décadas, no que diz respeito aos transportes públicos entre as cidades, vilas ou aldeias que a A23 serve, não temos nada em concreto que sirva o cidadão comum para se deslocar para o trabalho diariamente. Quanto à questão das preocupações ambientais o melhor é mesmo eliminar as portagens da A23 encurtando os tempos de viagem de quem aqui reside e aliviando os custos com a mobilidade e nas contas do deve e haver a nossa região contribui e muito para que Portugal cumpra os critérios ambientais previstos no Acordo de Paris.

Por fim fomos brindados com mais do mesmo ao sermos informados pela Sra. Ministra que o Governo vai esclarecer “de uma vez por todas” que posição tem “relativamente às portagens no interior e na A22” até à próxima reunião com os responsáveis da Plataforma P’la Reposição das SCUT A23 e A25, marcada para 15 de fevereiro.

Com esta última informação da Sra. Ministra ficámos esclarecidos que o Governo nos tem prometido uma coisa da qual não tem posição ainda definida o que demonstra que temos sido enganados constantemente, é conversa, mas nada.

Sra. Ministra tire mas é consequências das suas palavras porque até agora só tem feito uma coisa: mentir para se manter no cargo, nem por ter um Secretário de Estado amigo do Dr. Victor Pereira lhe tem valido.

Disse

Pela Bancada do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã,

Luis Rodrigues



Handwritten signature and initials.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal
Senhor Presidente da Camara Municipal
Senhoras e Senhores Deputados Municipais
Senhoras e Senhores Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia
Caros colaboradores do Município
Minhas Senhoras e Meus Senhores

Sobre o tema do Sistema de Mobilidade da Covilhã trazido a debate, aprez-me constatar nesta assembleia um facto político e um facto de interesse publico.

Ao facto político que o Sistema de Mobilidade da Covilhã trouxe aos covilhanenses, é que a coligação PSD/CDS não é de confiança.

Este facto não é propriamente uma novidade, mas em boa verdade nestas últimas semanas, e agora também nesta assembleia, a coligação PSD/CDS ao decidir fazer eco de quem se quer afirmar como o “André Ventura da Serra”, esmerou-se nas múltiplas tentativas de enganar os covilhanenses...

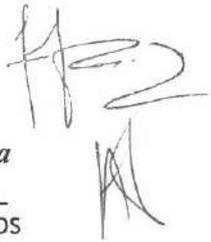
Esmerou-se quando orgulhosamente manifestou publicamente a sua incompetência de analyse de um contrato publico, disponível para consulta desde 9 de fevereiro de 2022. Aprovado e publico o caderno de encargos em sede de Assembleia Municipal a 2 de Março de 2020 e discutido com a população da Covilhã no final de 2019.

Relembro esta Assembleia, que esta incompetência já teve custos para os Covilhanenses, tendo em conta o triste exemplo dos 8,8 Milhões de euros que os covilhanenses pagaram à Parque C de indemnização à conta da gestão do PSD.

Esmerou-se na mentira apregoada ao manipular informação de um Programa de Mobilidade com parecer positivo da Autoridade Mobilidade e Transportes e do Tribunal de Contas, revelando de novo, aquilo que os covilhanenses manifestaram nas últimas 3 eleições...

O PSD e o CDS da Covilhã não são de confiança.

Senhoras e Senhores Deputados...



Almejar promover na Covilhã um clima de ódio e suspeição, enganando os covilhanenses através de mentiras e manipulação de informação, não é fazer oposição.

É fazer um chorrilho de baixa política atacando os mais elementares valores democráticos que os Covilhanenses não merecem. Um ataque que não toleramos, nem aceitamos!

A Covilhã e os Covilhanenses merecem respeito e dignidade no debate político.

A frustração demonstrada pela vossa incapacidade de apresentar soluções para os problemas dos Covilhanenses, não serve de justificação para a rendição ao modus operandi de extrema-direita em que estão inundados.

Minhas senhoras e meus senhores

Quanto ao facto de interesse publico, é que desde o dia 1 de Fevereiro entrou em funcionamento um Sistema de Mobilidade integrado, diversificado e melhorado com o contributo dos covilhanenses, que vem reformar de forma estrutural e estratégica a mobilidade numa cidade do interior de Portugal, comparável à realidade vivida em grandes centros urbanos por esse mundo fora.

Um Sistema de Mobilidade, que promove a utilização de transportes públicos a todos os estudantes de forma gratuita durante os próximos 10 anos. Assumindo-se não só como redução de custos às famílias, mas também como instrumento de criação de hábitos de mobilidade que se irão perpetuar no futuro.

Que dá aos Covilhanenses uma verdadeira alternativa ao uso de carro próprio, uma das maiores despesas no orçamento de qualquer família. Mas acima de tudo presta um serviço público a quem não tem possibilidades de ter viatura própria.

Que serve de complemento de serviços ao desenvolvimento do turismo na Covilhã, quando a estação de ferrovia passa a ser paragem de transportes públicos, liga a Covilhã à Serra da Estrela e tem como oferta diferentes modalidades de passes, disponíveis a quem visita a Covilhã.



Um Sistema de Mobilidade que dá um passo importante para a descarbonização da Covilhã, reforçando a responsabilidade ambiental no nosso município.

Um Sistema de Mobilidade que é uma realidade e que por isso desafio a oposição a utilizar.

Senhoras e Senhores deputados,

Termino com as declarações públicas do vereador do CDS da Covilhã em 2020, como mote para a próxima reflexão que o PSD irá ter durante o fim de semana quando novamente e para surpresa destes (e passo a citar) “existir um fluxo anormal de turistas à região”.

“Estamos a caminhar para um sistema de mobilidade mais integrado e mais pensado”,
“acredito que os municípios sairão beneficiados nas diferentes modalidades de passes pensados”.



[Handwritten signature]

Sr. Presidente da Assembleia Municipal da Covilhã,
Sr. Presidente da Câmara,
Sra e Srs Vereadores,
Sras e Srs. Membros da Assembleia Municipal,
Presidentes de Junta de Freguesia,
Comunicação Social,
Minhas senhoras e meus senhores,

Prometi, aqui, neste órgão, na última Assembleia Municipal, a todos os presentes e aos Covilhanenses, que o PSD não se ia esquecer, dos incêndios do verão passado e do plano de revitalização da Serra da Estrela . O PSD vai continuar a debater-se por aquilo em que, piamente, acredita.

E esta bancada acredita que o processo de combate ao incêndio, tem de ser investigado para se apurar tudo : as boas praticas mas também o que foi mal analisado e decidido, para que no futuro a tragédia não se volte a repetir.

Acredita que se deve exigir todos os esforços e apoios para que a recuperação da área ardida seja uma efetiva realidade e as vitimas mais diretas da catástrofe sejam ressarcidas das suas perdas, por forma a retomar a sua vida e as suas atividades.

Esta bancada acredita que o Município deve e pode ter um papel ativo na recuperação da Serra da Estrela exigindo ao Poder Central o cumprimento das suas promessas de ajuda aos territórios devastados por esta tragédia.



E ACREDITA que se tudo continuar como até hoje, fevereiro de 23, a 4 meses do início do verão , corremos sérios riscos de tudo se voltar a repetir e desta vez só arde aquilo que ainda ficou por arder.

Dito isto, agradecer ao executivo a resposta aos requerimentos sobre os incêndios, nomeadamente, o relatório dos prejuízos e a resposta a alguma perguntas. Dizendo claramente que, na sua generalidade, as respostas são tão evasivas que, sinceramente, ficamos a saber o que já sabíamos : nada !!!

Como “nada” é, e continua a ser o trabalho de uma comissão “fantasma” que desrespeita em primeira instancia o órgão que a criou : ESTE .

È inacreditável e até provocatório receber um mail, 4 meses depois da comissão ter sido criada, antes mesmo desta AM, simplesmente para dar prova de vida, com medo de sofrerem novas criticas. Aqui está uma Comissão “consequente” como a bancada do PS tanto queria. Parabéns !!!

Abordemos agora as ultimas declarações publicas, da Ministra da Coesão Territorial, sobre o tema :

“ Mais de 70% das medidas de emergência na Serra da Estrela estão concretizadas disse Ana Abrunhosa depois do Concelho de Ministro em Castelo Branco .” Estão, Sr. Presidente ? No nosso território, também? confirma ?

A Ministra sublinhou, também, que ao nível dos equipamentos e infraestruturas municipais foram já transferidos, via fundo de



Handwritten signature or initials in the top right corner.

emergência municipal, 6 milhões de euros. Já foram pagos, no final do ano passado, cerca de 60% desse valor. Já, Sr. Presidente? A camara já recebeu verbas? que valor? já foram utilizadas? quando e onde? este órgão merece respostas ...

Mas também José Luis Carneiro, Ministro da administração Interna veio publicitar novos apoios dizendo e cito " estamos a preparar o verão " - 21 municípios assinaram contratos-programa para a recuperação das áreas ardidas : Murça, Vila Real, Carraceda de Ansiães, Mesão Frio, Valpaços, Vila Pouca de Aguiar, Peso da Régua, Guarda, Fundão, Albergaria-a-Velha, Estarreja, Oliveira de Azeméis, Ansião, Alvaiázere, Leiria, Pombal, Ourém, Ferreira do Zêzere, Tomar, Palmela e Loulé.

Só tenho uma pergunta : Onde está a Covilhã, Sr. Presidente ?

Termino com o nosso Concidadão e atual secretário de estado do turismo Drº Nuno Fazenda que deu a conhecer 2 medidas de apoio aos sectores do turismo e do Comercio. Foco-me naquela que faz mais sentido na minha intervenção : Programa Transformar Comercio , destinado ao comercio dos concelhos afetados pelos incêndios no Parque Natural da Serra da Estrela . Apoios a fundo perdido a micro e pequenas empresas do comercio a retalho. Uma medida com uma dotação de 2 milhões de euros, 80% financiado a Fundo perdido e um teto de 7.500 € por empresa .

Sr. Presidente aqui está um excelente apoio para o nosso comercio, o que é que a camara já fez na divulgação do mesmo e na ajuda



técnica às candidaturas? ao que sei nadaao contrário de outras camaras mais céleres e proactivas.

Não é melhor dar "corda aos sapatos" antes que a dotação se esgote ou o prazo termine... é já sexta-feira... fica o desafio !!!!

Obrigada

Pela Bancada do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã,
Vanda Ferreira.

MOÇA

(Doc. 12)

15 16 →

Atendendo à radical importância do novo sistema de mobilidade, e tendo em conta o seu impacto na vida das nossas populações, torna-se essencial que os órgãos autárquicos promovam um amplo debate e esclarecimento sobre o modelo e as suas alegadas vantagens.

Neste sentido, impõe-se que a Assembleia Municipal, enquanto órgão fiscalizador, convoque a concessionária para um amplo debate com os eleitos locais e com as populações.

Deve assim ser convocada uma sessão extraordinária desta Assembleia, aberta à população, ~~iniciada~~ com a presença da concessionária, e que esta seja integrada periodicamente ao longo da fase de implementação do sistema.

É o que se propõe.

Grupo Municipal PSD-PP

Adelino A. M.

Moção sobre Plano Ferroviário Nacional

A Assembleia Municipal da Covilhã incentiva o Governo a melhorar o Plano Ferroviário Nacional, incluindo na proposta final medidas que melhorem o serviço na Linha da Beira Baixa.

A versão colocada para consulta pública ignora as falhas do serviço ferroviários aos cidadãos e empresas, bem como a necessidade **premente** de melhoria da infraestrutura, destacando-se:

- A necessidade de redução dos tempos de viagem é urgente. **O Intercidades da Linha da Beira Baixa é o mais lento do país e é inexplicável que o Plano Ferroviário Nacional não contenha medidas de redução do tempo de viagem.** Qualquer cidade média do país ficará a menos de 2h30 de uma Área Metropolitana, à exceção da Covilhã e Fundão.
- O Plano Ferroviário Nacional mantém a Linha da Beira Baixa como uma infraestrutura de segunda categoria para mercadorias, apesar de ser o trajeto mais curto entre o sul do país e o centro da Europa (menos 45 km face à Linha da Beira Alta) e poder contribuir para uma maior competitividade das exportações portuguesas.
- É preocupante que seja rejeitado um serviço regional de elevada frequência no eixo da Beira Interior Castelo Branco – Fundão – Covilhã – Guarda sem que tenham sido publicados estudos ou seja equacionada a possibilidade de as Comunidades Intermunicipais assumirem o serviço. Ao contrário do resto do país, as pessoas residentes neste eixo ficam, na prática, afastadas do acesso a passes regionais de reduzido custo na mobilidade casa-trabalho.

Rejeitamos que um documento estratégico para a política de transportes contribua para os desequilíbrios socioeconómicos do país.

A Assembleia Municipal da Covilhã incentiva o Governo a incluir na proposta final o seguinte:

- Melhorias na infraestrutura da Linha da Beira Baixa, tendo como objetivos estratégicos a **ligação em 2h30 entre Lisboa e Covilhã**, bem como a **integração deste eixo ferroviário nas redes transeuropeias de transportes**. Estas intervenções devem ter lugar ao longo dos próximos quadros comunitários de apoio, beneficiando do expectável aumento de financiamento europeu para ação climática;
- **Reconhecimento da necessidade de serviços regionais de maior frequência no eixo da Beira Interior**. Caso o Governo não esteja disposto a facilitar estes serviços, deve abrir a possibilidade de as Comunidades Intermunicipais concessionarem o serviço.

Handwritten initials and a checkmark in the top right corner.

• Considere o estudo de uma ligação de alta velocidade, alternativa, para ligação a Espanha, via Plasencia, que maximize a intervenção na Linha da Beira Alta construindo um troço que derive na Guarda, no sentido sul, passando pela Covilhã e Fundão em direção a Plasencia onde o Plano Ferroviário espanhol prevê já uma ligação direta a Madrid. Esta opção poderá resultar em tempos de viagem mais curtos entre Porto e Madrid face à alternativa por Guarda – Salamanca – Medina del Campo – Madrid.

O Plano Ferroviário Nacional deve contribuir para reduzir os desequilíbrios territoriais, e não o contrário. O investimento nacional na ferrovia não pode deixar para trás uma região que tem conseguido nos últimos anos atrair empresas de serviços de alto valor acrescentado e tem uma Universidade em franco crescimento e com fortes relações científicas internacionais. De facto, a ausência de investimentos na Linha da Beira Baixa significa que a Universidade da Beira Interior continuará a ser a universidade europeia mais afastada por ferrovia de um aeroporto internacional. Os atuais tempos de percurso, em que praticamente uma manhã é perdida numa deslocação Lisboa-Covilhã, condicionam a atratividade para a fixação de empresas na região ou mesmo a possibilidade de turistas provenientes de Lisboa se deslocarem no mesmo dia à nossa região.

Não aceitamos que o Plano Ferroviário Nacional introduza limites implícitos ao desenvolvimento da região no país mais centralizado da União Europeia. Incentivamos o Governo a melhorar o Plano Ferroviário Nacional, apresentando medidas concretas de melhoria de infraestrutura na Linha da Beira Baixa e que de reforço da frequência do serviço regional no eixo da Beira Interior.

Depois de aprovada, esta moção deve ser enviada ao Senhor Primeiro-ministro, ^{à sua M.C.T.)} ao Senhor Ministro das Infraestruturas, ao Senhor Presidente da Assembleia da República, aos grupos Parlamentares da Assembleia da República, ao Senhor Presidente da República, às Infraestruturas de Portugal e à CP - Comboios de Portugal.

Assembleia Municipal da Covilhã, 3 de fevereiro de 2023

Handwritten signatures of the assembly members, including names like António, Catarina, João, Paulo, and others.

Assembleia Municipal - CMCOVILHA

De: João Flores Casteleiro <joao.f.casteleiro@gmail.com>
Enviado: 10 de março de 2023 09:39
Para: Assembleia Municipal - CMCOVILHA
Assunto: Re: "Moção sobre Plano Ferroviário Nacional" - Declaração de Voto

Bom dia,

Segue então a minha declaração de voto sobre a Moção apresentada na última Assembleia Municipal relativa ao Plano Ferroviário Nacional.

As minhas desculpas pela demora no envio da mesma.

Melhores Cumprimentos,
João Flores Casteleiro

Declaração de Voto:

"Votei favoravelmente por concordar com a generalidade dos pontos presentes na Moção, sendo inexplicável como o Governo apresenta uma primeira versão do Plano Ferroviário Nacional completamente ausente de estratégia para o país, em que a maioria dos pólos de desenvolvimento regional do interior, nomeadamente da Beira Interior e de Trás-os-Montes, são completamente ignorados, por exemplo no que à Alta Velocidade diz respeito, acentuando ainda mais as assimetrias territoriais que tanto obstaculizam o progresso de Portugal ao invés de funcionar como ferramenta mitigadora das desigualdades existentes.

Ainda assim, considero que esta Moção relativa ao PFN deveria focar-se no essencial, ou seja, na absoluta necessidade do Plano prever a redução dos tempos de viagem entre a Covilhã e as Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, bem como uma eventual ligação direta a Espanha que tornasse a Covilhã, e a Cova da Beira, num pólo relevante a nível nacional em termos de ferrovia. Tal apenas pode ser alcançado através de duas reivindicações presentes na Moção:

- ou pela renovação da Linha da Beira Baixa, em que se incluem vários quilómetros de novo traçado entre Alferrarede e Sarnadas (desviando a linha da corda do rio Tejo), entre Castelo Branco e o Fundão (com a construção de um túnel ferroviário na Serra da Gardunha) e entre a Covilhã e a Guarda;
- ou pela extensão do atual plano de Alta Velocidade da Guarda até à Covilhã, deixando para decisão posterior a ligação desta a Espanha, existindo aí duas possibilidades: Guarda-Vilar Formoso-Medina del Campo e Covilhã-Penamacor-Plasencia, sendo que a segunda opção serviria muito melhor os interesses do país, privilegiando o transporte de passageiros via Penamacor e o transporte de mercadorias via Vilar Formoso.

Se nenhuma destas reivindicações constar da versão final do documento, o Plano Ferroviário Nacional nunca servirá as nossas populações, continuando, no mínimo até 2050, a ser o automóvel o único meio de transporte realmente eficiente para quem se desloque entre a Cova da Beira e as principais cidades portuguesas, algo que, na minha opinião, seria totalmente incompreensível."

Assembleia Municipal - CMCOVILHA <assembleia.municipal@cm-covilha.pt> escreveu no dia sexta, 24/02/2023 à(s) 10:29:



União de Freguesias de Covilhã e Canhoso

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA COVILHÃ

VOTO DE LOUVOR

Considerando:

- O trabalho desenvolvido nestes 25 anos ao serviço da comunidade e em especial daqueles que por algum infortúnio estão hospitalizados,
- A sua intervenção técnica, mas acima de tudo humana, no contacto com doentes,
- A vontade, carinho e disponibilidade demonstrada no apoio aos que mais precisam e ainda,
- Pela presença constante e ações desenvolvidas no sentido de melhorar a qualidade da assistência aos doentes, mas também a qualidade geral dos serviços prestados pelo CHUCB,

Venho, na qualidade de Presidente da União de Freguesia de Covilhã e Canhoso, propor que a Assembleia Municipal da Covilhã, na sua reunião ordinária de 6 de fevereiro de 2023, aprove um voto de louvor ao Voluntariado Hospital do CHUCB, que ao longo destes 25 anos deram uma parte do seu tempo em prol dos outros.

Covilhã, 6 de Fevereiro de 2023

O Presidente da União De Freguesias de Covilhã e Canhoso

Carlos do Carmo Martins

[Handwritten signature of Carlos do Carmo Martins]

Covilhã



Voto de louvor a Healthway e seu diretor geral, José Pedro Dias

A Healthway, criada há quase uma década em Oeiras, visa fomentar a formação e a certificação dos profissionais de saúde, tais como, médicos e enfermeiros, mas cujo objetivo é vir a iniciar formação também para o doente.

José Pedro Dias viu na Covilhã e no Ubimedical as condições ideais para o crescimento da sua empresa o que, aliado ao desejo de regresso às raízes, levou à deslocalização da Healthway e seu visível progresso, reconhecendo que uma das estratégias de sucesso da empresa é a descentralização das formações, indo ao encontro dos formandos.

Como reconhecimento do mérito do seu trabalho e das conquistas da sua empresa, bem como agradecimento por escolher a Covilhã para integrar este projeto, propõe-se que esta Assembleia Municipal da Covilhã, através da aprovação simbólica deste Voto de Louvor, reconheça a esta empresa e ao seu diretor geral o mérito e louve o seu trabalho, esperando que tenha muita força, dedicação e saúde para continuar este audacioso percurso.

Após a sua aprovação, propõem-se que deste voto seja dado conhecimento à própria empresa e ao seu diretor geral.

Os membros do grupo do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã.

Hugo Ferrinho Lopes

Jorge Vaz

Vanda Ferreira

Luís Rodrigues

Valéria Garcia

Valéria Garcia
Hugo Ferrinho Lopes
Jorge Vaz
Vanda Ferreira
Luís Rodrigues

Voto de louvor a DeepNeuronic e seus fundadores

Fundada em plena pandemia COVID-19, por dois covilhanenses e alunos de doutoramento na Universidade a Beira Interior, a DeepNeuronic, através do uso de inteligência artificial, visa facilitar o processo de supervisão de câmaras de vigilância com deteção automática e em tempo real de situações anormais e perigosas.

Refletindo sobre as problemáticas e desafios do mundo atual, os jovens covilhanenses perceberam que as mais de mil milhões de câmaras de vigilância pelo mundo, por norma, são apenas capazes de fazer simples deteções de movimento. Como tal desenvolveram um sistema que permite detetar e emitir alertas imediatos numa infinidade de cenários perigosos, com a possibilidade de incluir novas situações.

A inovação e pertinência da estratégia foi já reconhecida e financiada por uma série de projetos e entidades, sendo o último investimento de um milhão e meio de euros para consolidar e desenvolver a tecnologia, projetando-a no mercado internacional.

Como reconhecimento do mérito do seu trabalho e das suas conquistas, bem como agradecimento por escolher a Covilhã para continuar o desenvolvimento da sua tecnologia, propõe-se que esta Assembleia Municipal da Covilhã, através da aprovação simbólica deste Voto de Louvor, reconheça a esta empresa e aos seus fundadores o mérito e louve o seu trabalho, esperando que tenham muita força, dedicação e saúde para continuar este audacioso percurso.

Após a sua aprovação, propõe-se que deste voto seja dado conhecimento à própria empresa e aos seus fundadores.

Os membros do grupo do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã.

Hugo Ferrinho Lopes

Jorge Vaz

Vanda Ferreira

Luís Rodrigues

Valéria Garcia



Voto de louvor a João Leitão

João Leitão é docente da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UBI, na área de Economia, além de vice-coordenador e investigador no Núcleo de Estudos em Ciências Empresariais da UBI. É ainda investigador colaborador do Centro de Estudos de Gestão do Instituto Superior Técnico e investigador associado do Instituto de Ciências Sociais, da Universidade de Lisboa, sendo também diretor do MBA, da UBIExecutive, Business School.

Além da atividade política que exerce no concelho vizinho, João Leitão, doutorado em Economia pela UBI, tem participação ativa nas mais diversas áreas a nível internacional e foi, no passado dia 27 de janeiro, eleito presidente da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional para o triénio 2023-2025.

Como reconhecimento do mérito do seu percurso, com enfoque na construção de uma forte ligação entre o conhecimento científico e a prática do desenvolvimento regional, políticas públicas de coesão e de desenvolvimento regional sustentável, propõe-se que esta Assembleia Municipal da Covilhã, através da aprovação simbólica deste Voto de Louvor, lhe reconheça o mérito e louve o seu trabalho, esperando que tenha muita saúde para continuar este audacioso percurso na investigação relacionada com a ciência regional.

Após a sua aprovação, propõem-se que deste voto seja dado conhecimento ao próprio.

Os membros do grupo do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã.

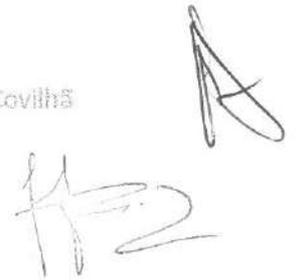
Hugo Ferrinho Lopes

Jorge Vaz

Vanda Ferreira

Luís Rodrigues

Valéria Garcia



Voto de louvor a CooLabora

A CooLabora, cooperativa de intervenção social, tem pautado o seu percurso com forte contributo no desenvolvimento das pessoas, das organizações e do território, através de estratégias de promoção da igualdade de oportunidades, de aprofundamento da democracia e da participação cívica, da aprendizagem colaborativa e da coesão social.

Não obstante o reconhecimento cívico, a organização viu agora o seu novo projeto de reinserção social ser financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian, em consórcio com a Fundação Bissaya Barreto.

Como reconhecimento do mérito do seu trabalho, com enfoque nos sobreviventes de violência doméstica, migrantes e pessoas em situação de pobreza, e o esforço feito em promover nestes grupos uma maior autonomia económica, propõe-se que esta Assembleia Municipal da Covilhã, através da aprovação simbólica deste Voto de Louvor, reconheça a esta organização o mérito e louve o seu trabalho, esperando que tenha muita força, união e dedicação para continuar este audacioso percurso.

Após a sua aprovação, propõem-se que deste voto seja dado conhecimento à própria organização.

Os membros do grupo do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã.

Hugo Ferrinho Lopes

Jorge Vaz

Vanda Ferreira

Luís Rodrigues

Valéria Garcia



[Handwritten signature]

Dito isto passo para a informação escrita, propriamente dita:

Mais uma sessão da AM se realiza e já vamos na terceira após a grande catástrofe que se abateu sobre este território, a informação escrita não tem nada descrito sobre a recuperação e revitalização da área devastada pelos incêndios do verão passado.

O documento continua a mostra pouco mais que um trabalho de gestão corrente. Temos um resumo de todos os licenciamentos submetidos e para além disso, um resumo de atividades de comunicação e iniciativas culturais, que são de louvar mas que no nosso entender continuam aquém daquilo que poderia ser uma verdadeira agenda cultural para o concelho. Mas e o resto?

Onde estão esplanadas as atividades mais prementes para a resolução de problemas graves e estruturantes para o concelho e para os nossos concidadãos? Não estão.

Onde está algo feito no âmbito da preparação dos incêndios de 2023? Onde está a aplicação do Programa de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela (PRPNSE) na componente que toca ao município? Continua-se a deduzir-se – se não consta do documento – que nada foi feito. Se, afinal, algo foi feito, então há uma falha de transparência, porque não o reporta ao órgão máximo do município.

Em qualquer um dos casos, é grave. Ou o município anda em pura gestão corrente na preparação do verão de 2023, ou então desrespeita a democracia local.



AS

Na tal gestão corrente queremos voltar a salientar que o Sr. Presidente da Camara continua a fazer nomeações em não eleitos, pessoas que não foram eleitas pelo povo para o exercício dessas funções.

Por sua vez, continuamos a ter, um nomeado que vai ás reuniões da Comunidade Intermunicipal da beira e serra da estrela para tomar decisões . Nomeado esse que é Deputado Intermunicipal e que vai às respetivas sessões fiscalizar o que decidiu. Claramente um atentado á separação de poderes. Ah ! mas se lá está (só de corpo presente) e não colabora na decisão então a Covilhã está claramente diminuída na sua representação, na sua comunidade intermunicipal .

Termino, novamente, com uma referência á informação financeira que continua a ser genérica e efetivamente pouco informa e não tem qualquer menção aos resultados da participação do município nas empresas locais e em quaisquer outras entidades, exigidos pela al. b) do n.º 2 do art.º 25.º da lei 75/2013

Disse,

Pela Bancada do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã,
Vanda Ferreira.



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Assembleia Municipal da Covilhã
Sessão Ordinária de 06-09-2023

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'CSD', 'MG', and other illegible marks.

2. POD

2.3. **Apreciação e deliberação sobre a proposta. De isenção do pagamento de taxas – Concessão. De exploração de pontos de carregamento da rede piloto de mobilidade elétrica (Petrogal, AS) – Licença de utilização privativa do domínio. Público – Protocolo entre o Município. E a Mobi.e.**

Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,
Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal,
Exma(s). Senhoras e Senhores Vereadores,
Exma(s). Senhoras e Senhores Presidentes de Junta,
Exma(s). Senhoras e Senhores Deputados Municipais,
Minhas Senhoras e meus Senhores,

A construção de uma sociedade de baixo carbono, contribuindo para o esforço global de não se exceder o aumento de 1,5° C na média da temperatura global até 2030, deverá ser uma prioridade e é um ato de inteligência. A mobilidade elétrica concorre para esta sociedade de baixo carbono, embora, encerre em si própria, outras questões, ambientalmente preocupantes, como é o caso da exploração de lítio, utilizado nas baterias, entre outros aspetos ecologicamente duvidosos.

Não colocando em causa a necessidade de abandonarmos o uso dos combustíveis fósseis, que é, aliás, urgente, não se compreende por que razão quer este executivo da CMC, assinando um protocolo, em 2017, isentar a Petrogal, SA, do pagamento de taxas pela concessão de exploração de pontos de carregamento da rede piloto de mobilidade elétrica, ainda que não haja taxas específicas para esta situação, mas há outras, aplicáveis. Mesmo que o Município não soubesse quem seria o concessionário, poderia, facilmente, intuir que seria sempre uma empresa robusta. Justamente a Petrogal SA, cuja fonte de lucros ao longo de décadas se deve à exploração de combustíveis fósseis, contribuindo para o aumento do efeito de estufa. Aliás, vivendo à custa dele! Por outro lado, por que razão quer a CMC dar esta bonificação de exceção, a uma empresa que pertence à GALP. Galp que em 2022 obteve 750 milhões de euros.

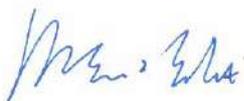
Repito: 750 milhões de euros de lucro. E todos sabemos quanto nos custou, com o aumento dos combustíveis, esses lucros. Mais..., destes 750 milhões de euros de lucro, a Galp distribuiu 570 milhões de euros aos acionistas. Perguntamos: precisará a Petrogal, SA deste modesto (à sua escala) incentivo, por parte da Covilhã, para este território figurar na rede piloto? Não vos parece um pouco escandaloso? O dinheiro dessas taxas pagas pela Petrogal, SA, nesses, 5 anos, poderia, por exemplo, ser utilizado para pintar passadeiras no Teixoso ou sinalizar estradas municipais como, por exemplo, a EM 501 que liga Teixoso-Sarzedo-Verdelhos... entre tantas outras, a necessitar de intervenção, por todo o concelho!

Relativamente à licença de utilização privativa do domínio público, pelo período de 10 anos, o protocolo, melhor dito, o contrato, entre o Município e a Mobi.e, assinado em dezembro de 2020, parece-nos desfasado do que é o interesse público. A decisão do Município da Covilhã de conferir, ou querer conferir, licença de utilização privativa de terreno de domínio público, por 10 anos, a uma empresa tão rentável, como esta, parece-nos desadequada. Porquê tantas facilidades? Nestes postos de carregamento, há muitas taxas e taxinhas que o utilizador tem de pagar... eles, os operadores, nada perdoam, ... não são sensíveis ao esforço feito pelos cidadãos para a descarbonização da sociedade. O operador, o OPC, ou seja, ... a Mobi.e, não prescindirá de nenhuma taxa ou taxinha, aos munícipes que lhes estão a ceder graciosamente a utilização privada do domínio público municipal... Caso esta Assembleia assim o decida.

Isto em nada contribui para a construção da sociedade de neutralidade carbónica... Talvez a Autarquia ter optado por transportes públicos elétricos ou a hidrogénio, fosse uma solução mais amiga do ambiente.

Disse.

Os eleitos do PCP:



Vítor Reis Silva



Marco Gabriel



Mónica Ramôa

(Doc. 22)

PPD/PSD | ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA COVILHÃ



Covilhã, 6 de fevereiro de 2023

DECLARAÇÃO DE VOTO

PONTO 2.5 – ORDEM DE TRABALHOS – Celebração de contratos Interadministrativos

O grupo municipal do PPD/PSD, vota favoravelmente este ponto, em todas as alíneas, com a consciência de que os contratos em causa são importantes e fundamentais ao normal e regular funcionamento dos Agrupamentos de Escolas e Escolas não agrupadas, mas sem deixar de notar que se verifica, mais uma vez, um atraso no tratamento deste tema, originando que os Agrupamentos e Escolas tivessem passado o mês de janeiro e mais alguns dias/semanas de fevereiro, sem as transferências de fundos necessários ao normal de funcionamento e cumprimentos das suas obrigações regulares.

Os membros dos grupos do PSD e do CDS na Assembleia Municipal da Covilhã,

Hugo Ferrinho Lopes

Vanda Ferreira

Jorge Vaz

Luís Rodrigues

Valéria Garcia